

JOSÉ

ESPOSO DE MARIA



Editado por 

JOSÉ, ESPOSO DE MARIA

FEDERICO SUAREZ

EDITORA REI DOS LIVROS, LDA.

EDIÇÕES PRUMO, LDA.

LISBOA

1986

NIHIL OBST AT

LISBOA, 6 DE JANEIRO DE 1986

CÓN. ANTÓNIO DE AZEVEDO PIRES

IMPRIMATUR

LISBOA, 6 DE JANEIRO DE 1986

† D. ANTÓNIO DOS REIS RODRIGUES, Bispo Auxiliar Vig. Geral

FONTE DO TEXTO:
Livros Católicos para Download

IMAGEM DA CAPA:
encuentra.com/

Se eu fora pessoa que tivesse autoridade para escrever, de boa vontade me alongaria a dizer muito por miúdo as mercês que este glorioso Santo me tem feito a mim e a outras pessoas. Mas, para não fazer mais do que me mandaram, em muitas coisas serei mais breve do que quisera. Em outras mais extensa do que era mister; enfim, como quem em todo o bem tem pouca discrição. Só peço, por amor de Deus, que faça a prova quem não me acreditar e verá por experiência o grande bem que é o encomendar-se a este glorioso Patriarca e ter-lhe devoção. Em especial as pessoas de oração sempre lhe haviam de ser afeiçoadas. É que não sei como se pode pensar na Rainha dos Anjos - no tempo em que tanto passou com o Menino Jesus - sem que se dê graças a São José pelo muito que então Os ajudou. Quem não encontrar mestre que lhe ensine oração, tome a este glorioso Santo por mestre e não errará no caminho.

Praza ao Senhor não haja eu errado em atrever-me a falar dele; porque embora publique ser-lhe devota, no seu serviço e imitação sempre tenho falhado.

SANTA TERESA DE JESUS

(Vida, c. VI)

ÍNDICE

— Preâmbulo

1. A figura de São José
2. Um homem silencioso
3. O Esposo de Maria
4. Como era justo
5. Enquanto reflectia
6. E recebeu a sua Esposa
7. Encontraram Maria, José e o Menino
8. A quem porás o nome de Jesus
9. Simeão abençoou-os
10. Levanta-te e vai para o Egipto
11. Permanece aí
12. Temeu ir para lá
13. Regressaram a Jerusalém à sua procura
14. E vendo-O, ficaram admirados
15. Teu Pai e Eu
16. Não entenderam a sua resposta
17. Era-lhes submisso

18. O filho do artesão

19. Servo fiel e prudente

PREÂMBULO

Não é fácil escrever com fundamento sobre São José, o último patriarca, artesão de Nazaré e esposo da Virgem Maria. Qualquer historiador sabe que é impossível fazer história sem fontes, pois não se pode ultrapassar o nível da simples conjectura. E quando os dados que existem são escassos, pode-se traçar um esboço, enriquecido com a ajuda de uma ambientação adequada, mas este esboço nunca pode chegar a ser nem sequer uma breve biografia.

No entanto, é diferente escrever, não sobre São José mas acerca de São José, ou a propósito de São José. Neste caso, não se trata de uma biografia mas de uma reflexão ou, se preferirmos, de uma meditação. Não se procura a reconstrução de uma vida, mas de um conjunto de considerações baseadas em alguns dados, nem sempre explícitos, mas revelados.

O facto de serem dados revelados é muito importante. São Tomás More, na contemplação da agonia de Cristo que escreveu quando estava preso na Torre de Londres, dizia que não era pura casualidade que tal ou qual nome (que podia ter-se omitido) estivesse escrito no Evangelho: o facto de que esteja ali tem algum significado. «Dado que nem uma sílaba pode considerar-se vã ou supérflua num escrito inspirado pelo Espírito Santo» é impossível pensar que possa haver algo fortuito na Escritura.

De facto assim é, devemos tê-lo muito presente. Dizia São Paulo: «Toda a Escritura é divinamente inspirada e útil para ensinar» (II Tim 3, 16). Se, pois, tudo se diz quanto nos Evangelhos de São José - ou com ele se relaciona - está ali por um desígnio do Espírito Santo, sem que nada do que é necessário para a nossa edificação falte ou esteja a mais, e por que nesses dados, mesmo nos que estejam implícitos, há um ensinamento para nós.

A devoção de Monsenhor Escrivá de Balaguer ao Santo Patriarca levou-o a traçar este lacónico e penetrante retrato: «Um homem corrente, um pai de família, um trabalhador que ganhava a vida com o esforço das suas mãos» [1] Mas não se poderá dizer isto mesmo de tantos outros homens? E não é isto o mesmo que dizer que a santidade - uma vez que São José é um

grande santo - é acessível nas circunstâncias mais correntes e habituais? Nesse caso, a contemplação do que o Evangelho nos diz acerca de São José, um homem tão ao nosso nível (humanamente falando) não poderá descobrir-nos o segredo da santidade no trabalho e nos deveres próprios de cada um?

É evidente que esta empresa parecerá sem dúvida pretensiosa. No entanto, umas palavras de São João de Ávila, escritas para justificar, pelo menos desculpar o objectivo desta obra: «Assim como tudo o que se diz em louvor da Virgem Santíssima, - escreveu - se converte numa homenagem a Nosso Senhor Jesus Cristo, seu Bendito Filho, segundo afirma São Jerónimo, também tudo o que se disser em louvor de São José, se converte num modo de honrar Nosso Senhor Jesus Cristo, que o dignificou com o nome de pai, e da Virgem Santíssima, de quem foi verdadeiro e castíssimo esposo. O Senhor quererá que o seu santo servo seja honrado e a Virgem que digamos bem do seu esposo. Ele e Ela no-lo agradecerão e recompensarão copiosamente. E, porque convém à honra de Deus e desejamos ganhar essa recompensa, começaremos esta santa história em honra deste glorioso santo, esposo da Virgem Maria.

Queira a Bendita Mãe de Deus ajudar-nos a descobrir a grandeza daquele que tanto a amou e a quem o Espírito Santo chamou «homem justo», e a imitar a sua fidelidade, tão necessária nestes tempos pouco propensos a valorizá-la.

F. S.

[1] *Na oficina de José*, homilia incluída em *Cristo que passa*, nº 39. A partir deste momento, e com o fim de não multiplicar desnecessariamente as citações (porque não é este um livro de investigação, nem sequer de erudição), todas as deste autor são retiradas, se não há qualquer indicação em contrário, desta mesma obra; as de São João Crisóstomo, das Homilias 4 e 5 sobre São Mateus e as de S. Agostinho do Sermão 51.

1. A FIGURA DE SÃO JOSÉ

1. A FIGURA DE SÃO JOSÉ São José não pertence àquele tipo de santos que despertam admiração e suscitam desejos de emular os seus actos. Deveríamos antes situá-lo entre esse tipo de homens nos quais se, por casualidade, repararmos alguma vez, jamais nos sentimos impelidos a lançar um segundo olhar. Pertence ao tipo de homens comuns, que não se distinguem dos outros, porque se fundem de tal maneira no conjunto que nem o mais ligeiro pormenor é suficientemente chamativo, para atrair a atenção, e não a esse outro grupo de santos que é proposto como modelo ou arquétipo a que se deve aspirar.

Passa pelo Evangelho sem pronunciar uma só palavra. Nunca escreveu nem uma linha. Não fez nada que ultrapassasse os limites das acções mais comuns. Foi - como diria quem gostasse de utilizar uma linguagem um tanto gasta - um homem sem mensagem.

Tudo isto, é o que parece à primeira vista; o que parece, e também, de certo modo, o que é, porque essa impressão é verdadeira e corresponde à realidade. De facto, São José não foi um homem brilhante. Mas será que o brilho tem consistência entitativa? Desde quando é que a qualidade de um homem, o seu valor como tal, se medem pelo grau de brilhantismo que possa possuir?

Também não parece ter deixado grandes obras para a posteridade. Arquimedes, S. Tomás de Aquino, Miguel Ângelo ou Edison aumentaram o património comum da humanidade com contribuições valiosas, de consequências incalculáveis. E neste aspecto, é forçoso confessar que José também não se fez credor do agradecimento dos homens. É verdade que nem sequer tentou fazê-lo e, pelo que dele sabemos, não parece ter sido uma questão que lhe tirasse o sono ou que o submergisse na angústia.

Deste modo, em certo aspecto, a sua figura talvez apareça aos olhos e à consideração de alguns como a de um homem vulgar, tão vulgar que não deixou atrás de si nada que possa falar por ele aos que vieram depois. No entanto, os que pensam assim pertencem a certo tipo de homens, talvez

mais abundantes do que o desejável, que só aceitam critérios de valorização de curto alcance. São os que julgam os outros de acordo com certas normas convencionais, baseadas mais na aparência do que na realidade, e dão mais valor ao que é visível e externo do que ao que é verdadeiro, embora oculto. Por outras palavras, são pessoas que pensam mais em categorias mundanas do que em critérios sobrenaturais, o que equivale a julgar os outros não pelo que são, nem sequer pelas suas obras, mas apenas por determinado tipo de obras, precisamente por aquelas que previamente decidiram classificar como dignas de mérito ou de ser recordadas.

Segundo os critérios em voga, critérios mundanos, nada sobrenaturais e em geral muito pouco profundos, essa figura, bastante nebulosa precisamente pela sua aparente falta de personalidade, não desperta no homem do nosso tempo interesse suficiente para lhe dedicar uma atenção especial. Com tais critérios, um homem comum, artesão de uma aldeia, que nunca disse nada, nem fez nada que mereça ser narrado, poderá merecer muita estima, poderá ser um homem bom. Mas ninguém tem tempo para se dedicar a contemplar todos os homens bons que passaram por este mundo. Há coisas mais importantes a fazer, coisas mais urgentes, mais úteis, mais necessárias.

Segundo os critérios deste mundo, o facto de Deus ter escolhido este homem para lhe confiar a guarda dos dois maiores tesouros que jamais houve na terra, Jesus e Maria, não tem muita importância. Esta é uma das razões que nos permitem assegurar que os critérios referidos são mundanos e, portanto, superficiais. Por isso mesmo tais critérios são sempre insuficientes para um cristão que seja verdadeiramente o que este nome indica, para um homem que é discípulo de Cristo. Um discípulo de Cristo nunca deve aceitar seja o que for, apenas pelo seu valor aparente. Essa avaliação não lhe serve; necessita de conhecer o seu valor real. E o valor real das coisas criadas, sejam quais forem, o seu valor mais profundo e verdadeiro tem muito a ver com Deus, com Cristo, com o mundo sobrenatural e com a revelação.

Para um cristão que acredita em Cristo, que crê que Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, o facto de Deus ter escolhido José para esposo da Virgem Maria e pai legal de Jesus é motivo suficiente para

pensar que, apesar de tudo, talvez não tenha sido um homem tão vulgar e comum, uma vez que o próprio Deus o escolheu - mais ainda, o criou - para desempenhar uma das missões mais difíceis e de maior responsabilidade jamais confiada a um homem.

É, porventura, esta consideração, a da escolha de José para esta missão peculiar que pode servir de ponto de partida para um conjunto de reflexões que nos levarão, muito provavelmente, a aumentar de modo considerável a estima e o respeito por este santo. Porque este homem que, aparentemente, não passa de ser um homem bom, uma personagem um tanto desvaída, que nunca fez nada de relevante, apresenta-se-nos com uma categoria muito pouco corrente; este homem, que não pronuncia uma só palavra na sua passagem pelo Evangelho, dá-nos, com o seu silêncio, uma lição de esmagadora eloquência; este homem, que não escreveu uma linha, nem nos legou um só pensamento, ensina-nos algumas lições tão profundas que é duvidoso que uma não pequena parte dos homens de hoje sejam capazes de as perceber, dada a pouca afeição que o homem contemporâneo sente pela reflexão, e o pouco tempo que o trabalho, os negócios, as pressas e o constante desejo (ou insatisfações?) de mudança lhe deixam para o fazer.

Seria temerário tentar escrever uma biografia de José de Nazaré. Não pode haver biografia (que não é mais do que a história de uma pessoa) sem dados suficientes, e os dados que o Evangelho nos transmite são muito escassos, muito pobres para reconstruir uma vida. Por outro lado, são muitos e significativos para nos permitirem uma consideração pausada, embora não qualquer tipo de consideração; pois não se trata simplesmente de um exercício intelectual, ainda que também o seja, mas sobretudo de um exercício piedoso, de uma reflexão feita à luz da fé e tendo como base dados e factos que pertencem à revelação. Esses factos foram-nos transmitidos certamente para algo: para nosso proveito e edificação.

Tendo um critério cristão que permita ver os factos com essa terceira dimensão que a visão sobrenatural dá, José aparece como a pessoa mais unida (depois de Nossa Senhora) à Santíssima Trindade.

Sobre ele recaíu, em palavras de Pio IX, «a missão de guardar a virgindade e a santidade de Maria; a missão de cooperar, sendo o único chamado a participar do conhecimento desse grande mistério oculto ao

mundo, na Encarnação divina e na salvação do género humano». Uma missão, sem dúvida, de grande responsabilidade, sumamente delicada, cheia de dificuldades, pela excepcional qualidade de Maria (cheia de graça, Mãe, Filha e Esposa do próprio Deus) e porque o Menino pelo qual devia velar era o Criador do Mundo e o seu Senhor. Era bem clara, mesmo para uma inteligência média, a sua inferioridade em relação às pessoas que lhe iriam estar subordinadas. E que difícil é mandar em quem é superior a nós ! Que enorme dificuldade, a de tomar decisões dirigidas aos que sabemos serem mais inteligentes, mais capazes, mais bem preparados, mais profundos do que nós! Se não existe uma base de humildade bem arraigada, é quase inevitável cair no ressentimento provocado por um complexo de inferioridade, ou num apoucamento que se procura superar por meio de artifícios e convencionalismos.

São José nunca tentou superar nenhum complexo. Há pessoas que se acham mais insignificantes do que talvez desejariam, o que as amargura e as torna desagradáveis. Ou tentam disfarçar a sua personalidade modesta cultivando uma aparência - cuidando a imagem -, que a seu ver os façam melhores do que são aos olhos dos outros, e assim os apreciem pela aparência, já que imaginam que ninguém os apreciará pelo que são na realidade.

Nada disto se encontra em José. A sua figura tem o selo da autenticidade, de quem se aceita tal como é. Não há nele a mais leve nota falsa, nem o menor artifício, nem estridência ou discordância alguma; nenhuma afectação, nem assomo de ansiedade pelo que os outros pensem ou digam, nenhuma preocupação pela sua «imagem», por querer ou aparentar ser outra coisa do que aquilo que é.

Vista por outro ângulo, a tarefa que Deus lhe confiou estava bem ao seu alcance, pois tudo o que se lhe pedia era, como diz São João Crisóstomo, o que se pede a qualquer pai que é chefe de família: o sustento e a educação dos seus. Ora bem: encontrar-se quase no centro do mistério da Redenção, unido aos seus dois protagonistas principais, e limitar-se a um papel ainda menos que secundário, alheio em si mesmo à Redenção, sem ter nada a ver directamente com a missão redentora de Jesus, nem qualquer participação activa na formação da Nova Aliança, como tiveram, por exemplo, os

Apóstolos, a desempenhar além disse com toda a rectidão o encargo recebido, sem ambições de nenhuma espécie, sem frustrações ou ressentimentos de orgulho ferido, sem pretender sobressair do lugar e da tarefa que lhe compete, tudo isto requeria, sem dúvida, uma qualidade pouco comum.

E é esta qualidade humana e sobrenatural, velada a olhares superficiais e a mentes distraídas, que paulatinamente vai surgindo aos olhos de quem, pela reflexão vai aprofundando nos escassos, mas significativos dados que o Evangelho nos dá acerca daquele a quem se chamou, acertadamente, o «homem de confiança» de Deus. Tal qualidade desmente essa primeira impressão apagada de homem comum, para a substituir por outra mais real e verdadeira, que não tem nada de apagada, e que nos mostra a José como arquétipo do que podemos chegar a ser - salvaguardando, naturalmente, as distâncias - a maioria dos homens, embora as nossas vidas não pareçam, talvez, ultrapassar o nível comum mais generalizado, nem as nossas acções nos façam sobressair entre os outros homens. Tal como nos aparece no Evangelho, a qualidade deste homem justo resume-se em poucas palavras muito expressivas: «soube viver, exactamente como o Senhor queria, todos e cada um dos acontecimentos que compuseram a sua vida. Por isso a Sagrada Escritura louva José, afirmando que era justo» (J. Escrivá de Balaguer). E isto não é coisa que se possa didzer da maioria de nós.

A figura de José constitui, portanto, um incentivo de Deus para fomentar a nossa esperança. Porque se não passamos de ser homens vulgares, sem nada especial que nos distinga dos outros, sem essas qualidades relevantes que acabam por colocar aqueles que as possuem acima da generalidade dos seus contemporâneos, podemos, no entanto, aspirar a bastante mais do que à mediocridade a que parecemos estar destinados, por falta de qualidades excepcionais. Felizmente para nós, Deus tem um critério de avaliação muito diferente do que costumamos usar os homens. Não é questão de talento ou de habilidades fora do normal; ou pelo menos, trata-se de outra espécie de talento ou habilidade. Também não é questão do brilho ou aparência do papel que temos de representar na vida, tal como é entendida aqui em baixo. Trata-se apenas, e não é pouco, de desempenhar bem, acabadamente, sem que falte nem sobre, sem excesso e

sem defeito, a tarefa que cabe a cada um no plano de Deus, segundo a sua vocação peculiar, no lugar em que a deve executar.

E não é preciso brilhar perante os outros homens; nem sequer é necessário que saibam da nossa existência, pois nem uma coisa nem outra têm a mínima importância. Basta apenas realizar os pequenos e vulgares deveres quotidianos, com amor e humildade, com o fim de agradar a Deus. Aos Seus olhos, é isto que dá testemunho da qualidade intrínseca de um homem. Em resumo: recordar que, com palavras de Mons. Escrivá de Balaguer, «nenhum homem é desprezado por Deus. Todos, seguindo cada um a sua vocação - no seu lar, na sua profissão ou ofício, no cumprimento das obrigações que correspondem ao seu estado, nos seus deveres de cidadão, no exercício dos seus direitos - todos estão chamados a participar no Reino dos Céus». E José, o último patriarca, mostra-nos como, com este modo de viver, se pode chegar a ser um grande santo.

2. UM HOMEM SILENCIOSO

O que, em primeiro lugar, chama poderosamente a atenção quando começamos a observar a figura de José, é um facto de certo modo negativo: José passa pelo Evangelho como uma sombra, despercebido, sem agitação e sem ruído. Com efeito, em todo o tempo, não pronuncia uma única palavra.

Ao começar a sua narração São Mateus, apresenta-nos São José como um homem angustiado, tentando descobrir uma saída honrada e justa para resolver o grave problema que se lhe tinha posto. Mas fá-lo em silêncio, sem fazer participar ninguém duma intimidade que não era só sua e que, por isso mesmo, não podia comunicar sem perigo de prejudicar outra pessoa. Um homem que, sozinho perante Deus e a sua própria consciência, examina serenamente a situação; e sem lamentos, sem procurar algum apoio para descarregar uma parte da sua responsabilidade, enfrenta as circunstâncias com lucidez e suporta o peso da sua própria decisão.

Sem uma queixa e também sem atrasos, abandona Nazaré com a sua esposa para ir a Belém recensear-se, mal se tomou público o édito de César Augusto. Nem a mais leve menção da sua ansiedade e da sua humilhação ao não encontrar, na cidade de David, um tecto para a Virgem, prestes a dar à luz; nem uma desculpa ao não poder oferecer-lhe outra coisa senão uma gruta, com uma manjedoura e talvez um pouco de palha limpa. E ali, sem comentários, em silêncio, observa o desfile dos pastores, a narração da visão nocturna dos Anjos, a homenagem ao Menino e à sua Mãe.

Vai e volta do Egipto sem pedir explicações e, também sem explicações, encaminha depois os seus passos de novo para a Galileia e para Nazaré. Aí passam uns anos obscuros, com um silêncio ainda mais denso. E quando podia ter falado, quando encontrou Jesus no templo após três dias de insuportável angústia, deixa que seja Ela, a Mãe, a dirigir-se a Jesus e a fazer-lhe a pergunta que tinha de ser feita. Depois disto, desaparece do Evangelho e some-se no esquecimento. Nem sequer uma palavra se nos diz acerca da sua morte. E depois só uma vez é recordado (e nem sequer pelo seu nome) quando em Nazaré os conterrâneos de Jesus, admirados com a sua sabedoria, exclamam: «não é este o filho do artesão?» (Mt, 13, 55).

José não teve nada para nos dizer. Também não há nada que dissesse a outros e pudesse ter interesse para nós. Mas há diferentes modos de silêncio e é evidente que este silêncio de José não é o resultado de uma vida passada num meio, entre umas pessoas ou numa época tão vulgares e insignificantes que não haja nada que mereça ser dito. Pelo contrário, o ambiente, as pessoas e a época são, sem dúvida, não só notáveis, mas de certo modo, únicos, tão únicos que são incomparáveis e irrepetíveis. Jamais na história do mundo se dará outro momento semelhante, nem ninguém viverá tão unido ao divino como então. Com efeito, não voltará a acontecer de novo que a Terra, este planeta que Deus, fez para ser habitado pelos homens, albergue o Filho Unigênito de Deus feito homem, nem contemplará jamais uma criatura semelhante à bem-aventurada Virgem Maria. Em nenhum outro período da história se voltará a repetir o prodígio de que uma dúzia de homens obscuros, rudes e incultos, uns aldeões sem horizontes e desprovidos até das mais elementares qualidades que se julgam necessárias para triunfar ou sobressair, iniciem uma transformação do mundo como não se conhecerá outra semelhante.

O silêncio de José não se deve ao meio, às pessoas ou à época. Folheando os Evangelhos, sabemos que não se conservou uma única palavra sua, mas a razão disto permanece ignorada. E todas as cabalas, hipóteses ou explicações que queiramos dar a esta curiosa circunstância serão provavelmente inseguras, ainda que possam talvez ser piedosas e úteis. A única coisa certa é o facto que acabamos de apontar: no Evangelho, José não diz absolutamente nada. Deste facto podemos extrair consequências mais úteis para as nossas vulgares vidas do que todas as investigações que possamos fazer acerca das razões desse silêncio.

Ernesto Hello disse de São José que «este homem envolto em silêncio, inspira silêncio». Mas o seu silêncio não é vazio, simples ausência de palavras e de pensamento, nem uma espécie de lacuna não preenchida, simples mutismo. Pelo contrário, é um silêncio denso, um «silêncio profundo em que estão sentidas todas as palavras», um silêncio «vivificante», refrescante, apaziguador, que sacia: o silêncio substancial», prossegue dizendo o mesmo autor.

Mas, que significa tudo isto? Que querem dizer estas palavras?

Fala-se do «silêncio profundo em que estão contidas todas as palavras» certamente no mesmo sentido em que se diz que no branco estão contidas todas as cores. Não se trata, portanto, de um vazio, de uma ausência, mas de plenitude: «O seu silêncio é a abdicação de palavra ante o Insondável e o Imenso». José encontra-se perante um mistério de um Deus feito homem, de uma Virgem que concebe sem obra de varão, e de uma eleição - a que Deus fez dele - para velar o mistério e proteger os seus protagonistas. Que ia ele dizer ante semelhante prodígio, um homem simples, um artesão de uma aldeia perdida num canto do Império, ao ver-se não somente espectador do mais maravilhoso sucesso ocorrido desde a criação do mundo mas implicado nele, por um particular desígnio de Deus? Não se fala quando se está imerso na contemplação do divino, quando a grandeza do que se está a contemplar é tal que qualquer palavra se torna trivial, uma vez que o acontecimento ultrapassa completamente a pessoa e o que ela possa dizer. E, em todo o caso, porque havendo algo que dizer, não seria ele, José, quem teria a missão de o dizer. A sua missão era outra.

Ora bem: o seu silêncio não era o de um homem que se perde na imaginação.

No que se refere à imaginação, era também um homem silencioso, porque um homem pode não pronunciar uma só palavra e, não obstante, não estar em silêncio devido a um tropel de imagens que se atropelam na alma e a submergem no irreal. S. José dá mais a impressão daquele que emprega a imaginação ao serviço da sua tarefa, sem sonhos de abúlico nem confuso barulho de fantasias sem finalidade e sem sentido. Talvez por não ser um sonhador se tenha podido converter num homem eficaz, num homem capaz de levar para a frente o que lhe competia, mais atento ao trabalho presente do que à imaginação de um futuro longínquo, irreal e inseguro.

Portanto, a primeira característica que observamos em José é o seu silêncio, um silêncio que não é vazio, antes está cheio de conteúdo. E a primeira lição que dele podemos aprender é que há um silêncio que nos é proveitoso, um silêncio que não provém da distração, da ausência do pensamento que está «noutra coisa», mas um silêncio que tem como causa a contemplação e que é, ao mesmo tempo, condição para que a interioridade seja possível. Não é possível compaginar a reflexão, e menos ainda a

contemplação, com a verborreia. É necessário que haja um mínimo de silêncio para que a atenção da mente se aplique sossegadamente na consideração do que temos ante nós, na resolução das questões que a vida diária nos apresenta frequentemente. Toda esta actividade interior, que é prova de que um homem tem vida sobrenatural, requer um mínimo de silêncio, que é «como o porteiro da vida interior» (*Caminho*, 281) e é condição sem a qual a vida interior é impossível. A dissipação, o ruído, o atordoamento provocado pela solicitação simultânea de vozes dispares, que mais do que gritar nos berram de mil sítios diferentes, não favorecem o carácter reflexivo. Não há nada que perturbe tanto a clara visão da alma como a turbulência provocada pelas preocupações triviais e pelo enxame de banalidades que atraem a nossa atenção e que tornam o homem tão ligeiro como inconstante, à semelhança dos indivíduos desse povo de macacos que tão bem descreve Kipling nas «*Aventuras de Mowgli*».

Um homem que cala pode escutar, e um homem que escuta está em condições de aprender muitas coisas. Pelo seu silêncio, José pôde ouvir o anjo que, no seu sonho, lhe descobriu o grande segredo que afectava tão profundamente, não só a sua própria vida mas a de todo o género humano. Mas é muito difícil escutar quando não conseguimos deter o jorro de lugares comuns e de banalidades que saem a borbotões da nossa boca. Como é possível ouvir alguma coisa quando estamos a criar à nossa volta um alvoroço ensurdecedor?

Há também um silêncio que é fortaleza. Quem está sempre a queixar-se das contrariedades, do azar, quem apregoa os seus problemas pessoais, quem se está sempre a desculpar, quem se sente constantemente urgido a dar explicações do que faz, de porque o faz, do que deixa de fazer, de porque não o fez, quem necessita da aprovação alheia para se sentir tranquilo, não é homem que tenha aprendido a arcar com as suas próprias responsabilidades. Pelo contrário, suportar as cargas sem se queixar e sem apregoar aos quatro ventos, enfrentar os problemas pessoais sem os atirar para as costas dos outros, responder pelos próprios actos e decisões sem se refugiar em desculpas e justificações reveladoras de uma escassa qualidade pessoal, tudo isto é prova de que um homem chegou realmente a sê-lo. E há uma grande fortaleza em quem sabe calar-se, em quem aplica a sua energia e a sua atenção ao trabalho que tem entre mãos, ao «único necessário», em

vez de se dispersar em mil assuntos que não lhe dizem respeito, em ocupações estéreis como as dos atenienses contemporâneos de S. Paulo de quem nos dizem os Actos dos Apóstolos que «não se ocupavam noutra coisa, senão em dizer ou ouvir as últimas novidades» (Act 17, 21).

Podem bem, e com toda a propriedade, aplicar-se a S. José as palavras de Isaías (30, 15): «*in silentio et in spe erit fortitudo vestra*» - é no silêncio e na esperança que reside a vossa fortaleza -, pois este homem silencioso que esperou em Deus, deu provas da sua fortaleza em situações difíceis e comprometedoras, mantendo-se digno da confiança nele depositada.

É sempre melhor guardar silêncio acerca daquilo que não deve ser dito. Normalmente, é o orgulho ou a vaidade que nos levam a falar de coisas acerca das quais deveríamos ficar calados. Por isso, ferimos muitas vezes os outros com as nossas palavras, ou usamos as palavras como pedras atiradas ao ar, que acabam por magoar os outros quando caem (pior ainda, se as atiramos de propósito para onde sabemos que vão doer...). Julgamo-nos espertos e não nos importamos de o demonstrar, mesmo que seja à custa do ridículo ou da humilhação de outrém. Outras vezes procuramos sobressair entre os outros não por mérito próprio, mas à custa de rebaixar ou de afundar o próximo: uma palavra depreciativa ou uma breve frase irónica são às vezes suficientes. E assim nascem rancores, inimizades, discussões, divisões pois «quem diz o que não deve, ouve o que não quer». Ao fim e ao cabo, dar à língua nunca traz nada de bom. Também se podem aplicar a José sem qualquer violência, outras palavras de Isaías: «não gritará, não clamará, não erguerá a sua voz nas praças» (Is 42, 2), porque não foi um homem de discussões, nem passou a vida a queixar-se, ou a dar explicações, ou porfiando. Não era rezingão, nem espalhafatoso, e não se dedicava a contar os seus problemas a quem estivesse disposto a ouvi-los. Muito menos se ocupou com a vida dos outros, nem arranjou tempo para descobrir defeitos no comportamento, no modo de ser ou nas actividades dos seus vizinhos.

Deveríamos ser muito cuidadosos com o que dizemos. As palavras que um homem pronuncia hoje continuam a viver, mesmo depois de passado muito tempo, no pensamento de outros. Ninguém sabe as consequências que podem desencadear porque, uma vez ditas - ou publicadas - vivem já fora de nós e escapam ao nosso domínio. Podem ir passando de boca em

boca, dia após dia, talvez durante anos, despertando ecos profundos, fazendo vibrar noutros homens cordas sensíveis que os levam a praticar o bem ou a fazer o mal. E quem as pronuncia ou escreve e publica, toma-se em parte responsável, quer queira quer não, de todas as consequências que forem provocando ao longo dos anos, do bem ou do mal que essas palavras tenham causado.

O silêncio de José, tão pleno e tão denso, dever-nos-ia fazer pensar, a nós, homens de hoje. Falamos demasiado. Este homem, que poderia ter-nos comunicado coisas maravilhosas porque durante muito tempo esteve no centro do mistério, cala-se. Protege, com o seu silêncio, a intimidade do que deve permanecer oculto, velado, quer à curiosidade superficial de olhares que vagueiam inquietos duma coisa para a outra, quer às línguas expeditas cuja única ocupação parece ser espalhar aos quatro ventos notícias, boatos e vidas alheias que não interessam a ninguém.

E, nos nossos dias, parece, desgraçadamente, que a única missão - ou pelo menos a principal - dos chamados meios de comunicação social é manter-se continuamente a falar, oralmente ou por escrito, acerca de qualquer coisa e sobre todo o tipo de assuntos. É tal a densidade do ruído, inclusivamente a dessa espécie de ruído mudo que, no entanto, não é silêncio, que parece que se quer impedir a todo o custo até a possibilidade de que o homem possa exercer a sua capacidade de reflexão em coisas substanciais. Talvez seja esta a causa de que haja tão pouca interioridade entre os nossos contemporâneos, de que, à força de se verterem nos inúmeros acontecimentos de toda a espécie que os solicitam desde os mais diversos pontos de vista, se tenham exteriorizado de tal modo que os frutos que podem mostrar como resultado de tanta actividade sejam apenas a agitação e o empobrecimento interior. E talvez seja também certa outra das afirmações de E. Hello: «muitos, que nada têm para dizer, falam, e sob o ruído da sua linguagem e a turbulência das suas vidas dissimulam o nada das suas ideias e dos seus sentimentos». S. José, pelo contrário, que tantas coisas poderia dizer, não fala. Guarda dentro de si as grandezas que contempla. E é seguramente essa atitude que faz que um homem permaneça em paz, «senhor da sua alma e em posse do seu silêncio».

O silêncio e a reflexão são os que impedem que a simples aparência externa, que a superfície das coisas e dos acontecimentos, sejam véus opacos que ocultam a realidade essencial da criação e do plano de Deus. O silêncio e a reflexão são como os olhos que penetram através do nevoeiro que confunde os objectos e esbate as verdades e, ao atravessá-lo, permitem chegar ao que verdadeiramente é e ao que verdadeiramente importa, pois significa silenciar toda a espécie de vozes confusas e discordantes para que se possa ouvir a palavra viva, clara e penetrante que Deus, através das criaturas e dos próprios acontecimentos, dirige aos homens, a cada homem. Por isso S. José chegou a conhecer tão bem o plano de Deus e pôde, em cada momento, fazer o que o seu Criador esperava que fizesse.

3. O ESPOSO DE MARIA

No final do seu livro *Subida al Monte Sion*, Bernardino de Laredo escreveu um breve tratado sobre São José, no qual afirma que «há alguns pontos textuais e convenientes para a pregação, e outros mais próprios para serem considerados na meditação do que para serem afirmados textualmente, críveis por piedade de fé...»

Estes pontos mais próprios para serem meditados do que para serem afirmados com segurança, críveis no entanto «por piedade de fé», como diz Frei Bernardino de Laredo com grande propriedade, são os que se referem ao modo como São José desempenhou a missão a que foi chamado e às circunstâncias em que se desenrolou a sua vida. Não há acerca deles dados seguros e fidedignos em que possamos apoiar-nos, mas podem deduzir-se do que sabemos pela Fé. São plausíveis e não contrariam em nada o que sabemos. Como diz esse autor estão «em tudo apoiados na doutrina da Verdade». São afinal os pormenores referentes à pessoa de José e às suas circunstâncias, «mais próprios para a consideração pela via da meditação».

Quando José aparece mencionado pela primeira vez no Evangelho é já como um homem ligado a uma mulher: «Jacob gerou José, esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado Cristo» (Mt 1, 17). Este texto que S. Mateus põe no final da genealogia com que inicia o seu Evangelho, mostra-nos José como descendente de David, de estirpe real. São Lucas, ao referir-se ao recenseamento ordenado por Augusto, confirma este facto: «José, por ser da casa e da família de David ...» (Lc 2, 4).

Durante muito tempo - séculos - São José era apresentado como um ancião, provavelmente por influência de apócrifos como o *Protoevangelho de São Tiago* e outros parecidos. Neste *Protoevangelha*, que já circulava e é mencionado no século III, descreve-se de um modo pitoresco como é que os sacerdotes de Jerusalém escolheram esposo para a Virgem Maria que segundo o mesmo texto, se supõe recolhida no templo desde a infância. Quando a Virgem chegou aos doze anos, convocaram os viúvos da Judeia ao templo para os submeter a uma prova e ver qual era o escolhido por Deus para esposo de Maria. José, estava entre os convocados, foi o

escolhido porque do seu cajado saiu uma pomba que voou sobre a sua cabeça. Ao conhecer o desejo dos sacerdotes e a sua escolha desculpou-se, dizendo: «Tenho filhos, sou um homem velho; ela, pelo contrário, é jovem. Tenho medo de parecer ridículo perante os filhos de Israel. A velhice de São José também aparece na *História de José, o Carpinteiro* (do século VI ou VII): José é «um ancião justo», um dos doze mais velhos da tribo de Judá convocados pelos sacerdotes, viúvo, com quatro filhos e duas filhas. Alguns livros piedosos chamam-lhe «O santo ancião José».

Bernardino de Laredo revoltou-se contra esta opinião generalizada de considerar São José um velho. Explicava-a, ou melhor desculpava-a, por ter havido na Igreja primitiva herejes que diziam que José era o pai natural de Jesus. Para refutar melhor esses erros, pintaram «São José como um homem velho», mas continuar a fazê-lo era - dizia esse autor - «um grande disparate». E de facto, era. Já no século XVII se argumentava com razões poderosas, para defender a juventude de José no momento dos esponsais com Maria. É evidente que a honra da Virgem ficava mais bem defendida com um marido jovem do que com um velho. Como se observou acertadamente, a avançada idade de São José tomaria ridículo o voto de castidade que, segundo a opinião generalizada, ele fez. E, além disso, convém ter em conta que as circunstâncias em que se iria desenrolar a vida da Virgem e de Jesus, exigiam o apoio de um homem jovem, capaz de decisão e de esforço, e não de um velho. Tal como Gerson, que o via jovem e bem-parecido, Frei Bernardino dá-lhe uns quarenta anos pois «se conclui que um varão começa a ser jovem aos trinta e cinco anos e a juventude chega até aos cinquenta».

Um século depois de Frei Bernardino, já em pleno século XVIII, uma freira, a Irmã Maria de Jesus de Agreda, escreveu uma grande soma de comentários sobre Nossa Senhora e São José. Diz às vezes coisas pitorescas (fala, por exemplo, de dez mil anjos que guardavam a Virgem, que os via e que lhes pedia muito delicadamente pequenos serviços). Mas, no meio de tudo isso, está talvez mais perto da verdade e de Frei Bernardino de Laredo ao afirmar a juventude de José, do que toda a tradição pictórica e literária que o apresenta como um ancião viúvo. A Venerável Irmã Maria de Agreda afirma claramente que quando se realizaram os esponsais a Virgem Maria

tinha catorze anos e José trinta e três e que era «de condição nobilíssima, cortez, afável e simpático».

Claro que estas afirmações não são mais seguras que quaisquer outras, quanto à sua fundamentação em dados positivos. Todas são conjecturas. Mas parece mais lógica, mais real, mais de acordo com o sentido comum a opinião da Irmã Maria de Jesus de Agreda que as restantes. O argumento de que a virgindade perpétua e a pureza delicada de Nossa Senhora se explicaria melhor com um esposo ancião do que com um jovem parece provocado por uma espécie de secreta desconfiança na capacidade da juventude para viver a castidade. Exclamava Mons. Escrivã de Balaguer, com um certo humor, ao falar deste tema: «Como se fosse necessário ser velho para viver a santa pureza!»

Entrava plenamente no plano de Deus que Jesus nascesse no seio de uma família, apesar de ser uma família constituída apenas por um casal, Maria e Jose. Quer um quer outro tinham o seu papel a desempenhar nos anos que precederam a vida pública do Redentor, um papel projectado por Deus, para o qual eles tinham sido eleitos e para cujo cumprimento adequado tinham sido instruídos sobrenaturalmente. São João Crisóstomo, um dos Padres que mais extensamente falou de São José assinala pelo menos quatro razões de conveniência para que isto se desse assim.

A primeira, escreve ele, era que ficasse patente a origem régia da Virgem Maria. Tanto São Mateus como São Lucas afirmam claramente que José era da «casa e da família de David», como já vimos. E sendo costume inveterado entre os judeus que o casamento se fizesse entre membros da mesma estirpe, fica claro que Maria também era da estirpe real. Assim o afirma também Maldonado nos seus *Comentários*. A opinião de que a Virgem Maria era da tribo de Levi, deduzida do seu parentesco com Isabel, esposa de Zacarias, apoia-se segundo parece, em argumentos menos sólidos e mais forçados.

Em segundo lugar, prossegue o Crisóstomo, para salvaguarda da honra de Maria, e evitar que ela sofresse pena legal. “E: evidente que conceber e dar à luz um filho sem estar casada equivaleria a uma desonra pública. Apesar de a sua virgindade permanecer intacta e Ela ser a cheia de graça e a bem-aventurada Mãe de Deus, o que o povo via, o que era patente era um

filho sem pai. Muito dificilmente se evitaria a desonra e a difamação, numa pequena aldeia, ante tal espectáculo. A situação de Jesus não estaria de acordo com a ordem jurídica do seu povo e do seu tempo e desde o princípio estaria de certo modo marcado pela má fama. A situação seria ainda pior se se aplicasse uma das prescrições do Deuteronomio: «Se a jovem perde a sua virgindade, será apedrejada pelos homens da cidade e morrerá, porque cometeu um crime detestável em Israel, fornicando em casa de seu pai» (Deut 22, 21).

A terceira razão é que um ancião, por muito bondoso e disposto que estivesse, dificilmente teria arranjado forças e «arrojo para a dura e precipitada viagem ao Egipto, começando aí de novo a vida sem outra ajuda que a do seu próprio trabalho, no meio de gente desconhecida, e num ambiente em que os costumes pagãos pouco favoreciam uma vida tranquila.

Ainda acrescentou uma quarta razão, tomada, ao que parece, de Santo Inácio de Antioquia: ocultar ao demónio o nascimento do Messias; pois quando foi anunciado à Virgem Maria, por meio do anjo São Gabriel, o mistério da Encarnação, ela estava já desposada com José e os esposais eram, na verdade, o matrimónio, sendo as «bodas» apenas a sua perfeição.

Séculos depois, São Tomás de Aquino (*Sum. Th.*, III q. 29, a. 1) apresentava até doze razões, tanto suas como tomadas de Santo Ambrósio, Crisóstomo e outros, para que fosse conveniente, quer por Jesus, quer pela Virgem Maria, quer por nós, que a Virgem estivesse unida em matrimónio com José: para ocultar o seu nascimento ao demónio, para que Maria não fosse lapidada, para que Jesus não fosse tido por filho ilegítimo, para que houvesse quem cuidasse deles, etc. Não deixa de chamar a atenção outra das razões que, como um argumento da virgindade de Maria, dá São Tomás apoiando-se em Santo Ambrósio: mediante o seu matrimónio com José, «apresenta-se uma valiosa e bem documentada testemunha do pudor: o marido que poderia ter-se doído da injúria e vingado a desonra se não estivesse a par do mistério».

Pondo de lado o maior ou menor efeito persuasivo de cada uma das razões de conveniência a que aludem São João Crisóstomo e São Tomás, é preciso pensar também e principalmente, em que a razão óbvia é de puro sentido comum e talvez por isso não costuma dizer-se de uma forma

explícita: Qualquer criança precisa de uma família; e não há propriamente família, ou está incompleta, onde só há uma mulher, mesmo que seja a bem-aventurada Virgem Maria. Um lar precisa, não só de um grande coração - e a mulher é-o sempre na casa - mas também de uma cabeça. É evidente que Deus podia ter prescindido de José: não precisou dele, de nenhum modo, para que a Virgem concebesse o Salvador; mas nesta linha, também poderia ter prescindido da Virgem Maria. O Deus Onnipotente poderia ter estabelecido outros mil modos para nos proporcionar a Redenção.

Ora bem: uma vez decretado pela providência divina este determinado plano da Redenção, no qual o Verbo Unigénito do Pai havia de fazer-se homem tomando carne nas puríssimas entranhas de Nossa Senhora, o seu nascimento no seio de uma família, de acordo com o lugar, as gentes e o tempo da sua vinda ao mundo, parece que deveria realizar-se sem estridências. É um facto que os milagres não são prodigalizados para suprir aquilo que possa - e convenha - fazer-se de modo natural, e por meios comuns, correntes; e tanto a Mãe como o Filho precisavam de quem desempenhasse o papel de cabeça de família, não apenas no que se refere ao sustento diário, mas também diante dos outros, nas relações sociais e na educação do Menino.

Em suma: não entrava no plano de Deus uma situação tão escandalosa como a de uma mulher solteira, mãe de um menino. Mais quis o Senhor que alguns duvidassem da sua própria geração do que da pureza da sua Mãe, escreveu Santo Ambrósio. E assim, o Senhor «não quis - diz São João de Ávila - que andasse na boca dos homens que Ela tinha filho sem ter marido; e preferiu que o julgassem a Ele filho de um homem comum, sendo Filho do Pai Eterno, do que tocassem na fama da sua sacratíssima Mãe». Mas também não queria que fosse uma mulher casada com um homem que lhe desse outros filhos. Jesus, Filho de Deus, devia nascer no seio de uma família do povo eleito, pois deveriam cumprir-se as profecias (filho de Abraão, filho de David); deveria ter legalmente, não só uma mãe mas também um pai. Para cumprir com a primeira condição, a Virgem Maria deveria estar casada; quanto à segunda, o homem que fosse seu esposo deveria amá-la e ser homem bastante para respeitar a sua pureza virginal. José foi o varão justo que Deus elegeu para esta difícil missão. E «toda a santidade de José está no cumprimento fiel até ao escrúpulo desta missão

tão grande e tão humilde, tão alta e tão escondida, tão resplendente e tão cercada de trevas» (Pio XI).

Hoje, quase não se encontra ninguém para quem a expressão «desposada» equivalha a «prometida». Já Maldonado apresentou abundantes testemunhos para rebater tal opinião. Quando a Escritura se refere à Virgem Maria como «esposa de José» («Joseph, filii David, ne timeas accipere Mariam *conjugem tuam*», (Mt 1, 20), o que mostra é que estavam casados e não simplesmente prometidos. E embora «não seja a perda da virgindade mas sim o testemunho do matrimónio aquilo que declaram as solenidades nupciais», guardemo-nos de pensar que o matrimónio de José e de Maria seria apenas uma espécie de ficção legal. Casaram-se porque se amavam e só depois, quando estavam já desposados - mas ainda sem terem celebrado as bodas - Deus lhes mostrou os seus desígnios com respeito a eles, primeiro à Virgem Maria, depois a José; foi um verdadeiro matrimónio; ambos se outorgaram reciprocamente direitos sobre os seus corpos em ordem à geração; ambos, voluntaria e livremente, com pleno conhecimento da sua responsabilidade, renunciaram a exercer estes direitos já que, como Santo Agostinho argumentou contra Juliano, a essência do matrimónio não consiste no seu uso. «Se acontece - escreveu em *De nuptiis et concupiscentiis* - que, por um acordo recíproco, resolvem abster-se para sempre do uso da concupiscência carnal, nem por isso o laço conjugal fica quebrado. Bem pelo contrário, esse laço é tanto mais forte quanto com mais cuidado e mutuamente forem observadas as promessas que se fizeram, mas não pelos nós sensuais. Com efeito, não foi em vão que o Anjo disse a José: não temas receber a Maria, tua esposa. Deste modo, Maria é chamada esposa devido aos seus compromissos, embora o seu esposo nunca se tivesse aproximado dela nem o fizesse mais tarde».

José amou a Virgem, mas não como um irmão; amou-a com um amor conjugal limpo, tão profundo que tornou supérflua toda e qualquer relação carnal; tão delicado, que o converteu não apenas em testemunha da pureza virginal de Maria - virgem antes do parto, no parto e depois do parto como nos ensina a Igreja - mas também em seu protector. E não era preciso que José tivesse uma idade avançada para viver junto da sua esposa com toda a castidade. O seu próprio amor para com a criatura mais maravilhosa que jamais existiu, era uma garantia suficiente. «Jovem era o coração e o corpo

de São José - escreveu Monsenhor Escrivá de Balaguer - quando contraiu matrimónio com Maria, quando conheceu o mistério da sua Maternidade Divina, quando viveu junto dela respeitando a integridade que Deus queria oferecer ao mundo como mais um sinal da sua vinda às criaturas. Quem não for capaz de compreender um amor assim, conhece muito mal o verdadeiro amor, e desconhece por completo o sentido cristão da castidade.»

E como se fosse pouco, tudo aquilo que eles sabiam. Ante tão poderosa manifestação do sobrenatural (e os dois a tinham experimentado) até a própria natureza fica apaziguada e como que esquecida de um impulso que apenas em ordem à espécie - não ao indivíduo - existe no homem. «*Sufficit tibi gratia mea*», - «basta-te a minha graça» - ouviu São Paulo da boca do seu Senhor (2 Cor 12, 9) quanto mais neste caso, quando a graça superabundou naquele homem que tão rude combate livrara antes de que o anjo lhe comunicasse o porquê do seu matrimónio com Maria!

4. COMO ERA JUSTO

A base da informação que nos chegou sobre São José, está centrada num conflito. E nesta primeira cena do Evangelho, pode já vislumbrar-se um pouco, não só a qualidade de José como a dificuldade da missão que lhe foi confiada. José estava desposado com Maria e «antes de coabitarem, achou-se que tinha concebido no seu seio» (Mt 1, 18). Eram já marido e mulher, pois os esposais tinham pleno valor de matrimónio. Porém, não se tinham celebrado ainda as bodas, isto é, a condução solene da esposa até à casa do esposo para iniciar a vida em comum. Tal era o costume entre os israelitas, pois como as mulheres eram dadas em matrimónio muito jovens, costumavam permanecer ainda durante algum tempo em casa dos pais (um ano, geralmente) antes de se mudarem para o seu novo lar.

Embora S. Lucas não mencione José quando se ocupa da visitação da Virgem a Santa Isabel, o seu silêncio não indica necessariamente exclusão. Os autores que se decidem pela presença de José no pequeno povoado das montanhas da Judeia onde vivia o casal Zacarias e Isabel, não pensam mal, visto que, estando desposados e sendo a Virgem Maria tão jovem, não é nenhuma fantasia (antes pelo contrário, é quase bom senso) a afirmação de que José, seu esposo, a acompanhou à ida e foi buscá-la quando, cumpridos os dias e nascido João Baptista, regressou de novo a Nazaré. O que não é tão fácil de afirmar é a sua presença na altura em que Maria saudou Isabel e esta, cheia do Espírito Santo, descobriu o mistério, pois então as dúvidas e perplexidades de José não encontram explicação; mas também isto não é argumento em contra suficiente pois, embora as palavras de Isabel fossem o bastante para despertarem a suspeita de que alguma coisa fora do corrente estava a acontecer, não desvelavam porém com clareza a concepção virginal de Maria. O que sem dúvida é improvável e até inverosímil, é fazer de José não apenas um acompanhante de Maria mas também um hóspede de Zacarias durante todo o tempo que aí esteve a Virgem, como alguns autores antigos conjecturam.

A Venerável Irmã Maria de Agreda pertence ao número daqueles que gostam de contemplar José acompanhando Maria nesta nada curta viagem, sendo notáveis as delicadas (e às vezes atinadas) observações que a sua

devoção a leva a fazer. Comentando o regresso de casa de Isabel, acompanhada por José, considera que a Virgem estava consciente de que seria impossível ocultar já por muitos dias o seu estado e acrescenta: «com esta consideração, olhava-o já com maior ternura e compaixão por causa do sobressalto que o ameaçava de perto, do qual desejava livrá-lo se conhecesse a vontade divina. Mas o Senhor não respondeu a estes cuidados porque dispunha o acontecimento com meios apropriados à Sua glória e merecimento de José e da sua Mãe, Virgem».

Com efeito, foi em Nazaré, e depois dos meses que Maria esteve a acompanhar Santa Isabel, quando viu José que a sua esposa estava grávida. Deve ter sido para ele um duro golpe, uma amarga surpresa, aquele facto que não encaixava de modo nenhum no conceito que tinha da Virgem Maria, mas para o qual não parecia que se pudesse procurar senão uma causa natural. Era difícil de acreditar mas que, no entanto, tinha de aceitar pois a realidade estava patente. Como num pesadelo que fosse desvanecer-se assim que terminasse o mau sonho, o acontecido pesava como uma lousa sobre a sua alma; parecia uma coisa impossível que Maria, sua esposa, pudesse ter feito coisa alguma que estivesse mal. Mas passavam os dias e não havia nenhum mau sonho, nenhum pesadelo, nenhuma explicação; apenas uma realidade que era preciso aceitar porque o real acaba sempre por se impor.

Com efeito, podia ele pensar que a Virgem tivesse podido ofender a Deus? Para ele isto era simplesmente inconcebível; contudo não podia «O pensamento desmentir aquilo que aos olhos era notório». «Suspendia algumas vezes as suspeitas - prossegue a Irmã Maria de Agreda - e outras aumentava-lhas a evidência.» Assim, nesta flutuação, passava o tempo sem que soubesse que determinação tomar.

Nem sempre foi vista da mesma maneira a causa do conflito que, durante algum tempo, tanto fez sofrer São José. Diz o Evangelho que «achou-se ter concebido no seu seio por obra do Espírito Santo antes de coabitarem» (Mt 1, 18): um acontecimento inimaginável para José, algo realmente desconcertante, sobretudo tendo em conta o propósito de Maria - que ele conhecia e com o qual estava identificado - de manter a sua consagração virginal a Deus. Que devia fazer? Reflectiu e chegou a uma

conclusão: «José, seu esposo, sendo justo e não a querendo difamar, resolveu repudiá-la secretamente» (Mt 1, 19).

Os Padres e os comentaristas coincidem em reconhecer a *justiça* de José, coisa natural e lógica, posto que o afirma o Evangelho; mas onde ou em que se manifestou a sua justiça? Porque se faz fincapé em que era *justo*, precisamente quando resolve abandonar secretamente a sua esposa? Porque se manifesta precisamente nesta decisão a sua condição de homem justo?

Aqui a explicação já não é uniforme. Alguns Padres - São João Crisóstomo, Santo Agostinho, Santo Ambrósio... -, com a liberdade que lhes dava a simplicidade com que procuravam o bom aproveitamento espiritual por meio da recta compreensão do texto sagrado, cifram a santidade de José em que, supondo nele a explicação óbvia do estado da Virgem, arrastasse aquela terrível prova sem ser dominado pela reacção natural. Com o desembaraço com que era costume expressarem-se então e que para a nossa sensibilidade se toma um tanto cru, escrevia Santo Agostinho: «Sabia, com efeito, não estar ela grávida dele e por conseguinte teve-a por adúltera (...) Perturbou-se como esposo, mas como justo, não se mostrou cruel. Tanta santidade se atribui a este varão, que nem lhe agrada ter consigo uma adúltera, nem ousa castigá-la publicando a sua desonra (...)».

São João Crisóstomo, por sua vez, coincide substancialmente com Santo Agostinho, embora o expresse talvez com maior precisão: «Mas José - diz - não só atendeu ao mal maior do castigo de morte, como ao menor da vergonha da Virgem; porque não só não quis castigá-la como não consentiu em entregá-la à desonra pública (...). Estava José tão limpo de paixão que não quis que a Virgem fosse minimamente molestada. Retê-la em sua casa parecia ser contra a lei; despedi-la e levá-la aos tribunais era entregá-la forçosamente à morte. Nenhuma das duas coisas fez José, a sua conduta levanta-se já acima da lei.»

Hoje são muito poucos - se é que há alguns - os que aceitam esta explicação. Opõe-se a ela um dado muito importante e que, segundo parece, não mereceu então atenção, talvez por ainda quase não se terem explorado as consequências que se deduzem da condição singular e única da Virgem Maria. Daqui que se mostre mais profunda e - segundo hoje se admite

geralmente - mais exacta outra explicação menos natural e mais sobrenatural: mais em consonância portanto com o que era *Nossa Senhora* e mais em consonância, também, com a santidade de José. O padre Francisco Suarez, numa das suas *Disputae*, no fazer-se eco desta corrente, cita como uma das suas manifestações mais expressivas o texto do *Auctor imperfecti* que bem merece ser conhecido:

Oh inestimável louvor de Maria! São José acreditava mais na castidade de sua esposa do que naquilo que os seus olhos viam, mais na graça do que na natureza. Via claramente que a sua esposa era mãe e não podia acreditar que fosse adúltera; acreditou que era mais possível que uma mulher concebesse sem varão do que Maria pudesse pecar.

Naturalmente José ignorava o que tinha acontecido. É evidente que, se tivesse conhecido o mistério (a fantasia de algumas explicações recentes chega ao extremo de afirmar em José o conhecimento do que acontecera, por lho ter comunicado a Santíssima Virgem, não directamente mas através da sua mãe, Santa Ana) não só a revelação que teve em sonhos seria praticamente supérflua, como toda a incerteza de José que transparece do texto do Evangelho acerca do que deveria fazer perde a sua carga de angústia. E, embora o piedoso Frei Bernardino de Laredo escrevesse que a revelação do anjo a José não foi para o ilustrar acerca daquilo que ele já sabia «e tinha por bem certo, por causa do admirável fulgor do rosto angelical e a santidade perfeita que na Virgem Santíssima ele conhecia», porém não é possível concordar facilmente com «O divino resplendor que só ele merecia ver no rosto da Virgem desde o primeiro instante em que ficou grávida de Deus». Como nos apócrifos, há às vezes nalguns piedosos autores, afirmações que, por não constarem senão na sua imaginação ou na sua devoção, não podem servir de fundamento para uma melhor compreensão do texto.

Os autores das anotações à Bíblia de Jerusalém, expõem assim a questão: «A justiça de José consiste, sem dúvida, no facto de não querer encobrir com o seu nome uma criança cujo pai ignora; mas também em que, convencido da virtude de Maria, nega-se a entregar ao rigoroso procedimento da lei (Dt 22, 20 e sg.) este mistério que não compreende». Pelo seu lado, o *Diccionario* de Spadafora diz: «Como era justo, ao não ter

nem sequer a mais pequena suspeita contra a integridade da sua esposa, ante o incompreensível queria ocultar o mistério e eclipsar-se pessoalmente».

Este estado de perplexidade de José tinha a sua origem, portanto, na contradição entre os dois factos, ou dados, certos e seguros no seu ânimo: por um lado, o facto certo de que a Virgem iria ser mãe sem a sua intervenção; pelo outro, a sua convicção, não apenas da pureza da sua esposa mas também da sua santidade. Sendo isto assim, era injustiça notória o denunciá-la para que lhe fosse aplicada a pena prevista no Deuteronomio - lapidação - e ele era justo. Tal solução ficou, desde o princípio, descartada. Dar-lhe talvez o libelo de repúdio? Isto estava, sem dúvida, dentro da ordem estabelecida entre os judeus. Mediante o libelo, ambos recobram a liberdade e podiam refazer as suas vidas. Mas com semelhante solução, infamava a Virgem, pois um homem que repudiasse a sua esposa grávida antes de viverem juntos, estaria a proclamar publicamente que ali existira alguma coisa culpável. E no futuro, a Virgem Maria seria sempre uma mulher a quem o seu marido tinha despedido pública e legalmente ... antes mesmo de a receber em sua casa! Não é difícil de perceber o que isto iria significar numa pequena aldeia onde todos se conheciam e onde os temas de conversa não eram abundantes nem vastos. Que teria acontecido? Que leria feito ela para que, recém-desposados, o marido se afastasse de si numa forma tão rotunda e repentina? Tomar tal medida equivalia a transformar a Virgem Maria numa mulher marcada.

A outra solução, que José pensou adaptar, resolvia também a questão mas os seus efeitos eram na verdade muito diferentes. Abandoná-la secretamente significava, simplesmente, sair do assunto; deixar por cumprir o matrimónio a que se tinha solenemente obrigado pelos esponsais. Neste caso, e com esta solução, a Virgem já não seria uma mulher rejeitada, mas sim uma mulher abandonada; não uma mulher marcada pela culpa mas uma mulher tocada pela desgraça. Não uma mulher que paga qualquer falta mas uma mulher que sofre por uma falta alheia. Também nesta solução existia um culpado; só que quem aparecia como tal, era ele: o homem que deixou por cumprir uma palavra dada e que abandonou sem explicações a sua mulher e o fruto do matrimónio.

José era um homem justo, diz-nos a revelação. E porque o era, adaptou, com respeito à Virgem Maria, a solução que, de todas as possíveis, menos duno lhe causaria, apesar de não ser a mais cómoda para ele.

Decidiu pois abandoná-la secretamente e com esta decisão mostrou-se como um homem justo, isto é, um santo. Pois embora não saibamos que espécie de instinto o levou a pôr de parte o repúdio, recuperando a sua liberdade e concedendo-a à sua esposa, o facto é que parece como se tivesse intuído - apesar da lei judaica - a indissolubilidade do matrimónio. Não foi outra coisa, a solução adaptada, do que o reconhecimento de que o compromisso livremente assumido diante de testemunhas o unia por toda a vida à mulher que tomara por esposa. A sua justiça - não era em vão o *vir justus*, um homem justo - levou-o a não se alhear das consequências de uma decisão que não dizia respeito só a si próprio. Não, ele não transigiu com uma corruptela legal que Moisés tinha autorizado devido à dureza de coração dos judeus. Ele não tinha um coração duro e por isso cingiu-se à lei de Deus sem pretender acolher-se à sombra da legalidade dos homens, embora Deus a tolerasse. Não iria receber a sua esposa mas permaneceria unido a ela porque se achava ligado à palavra dada. São João de Ávila resumiu a decisão de José neste solilóquio: «O meio mais conveniente que em caso tão duvidoso me convém tomar, é deixá-la e partir secretamente, para que ninguém me pergunte o porquê; e, assim nem a infamarei, nem me porei em perigo de morar com ela se não é boa, nem me atreverei a estar com ela se é tão santa que Deus fez nela o milagre de ter concebido sem ser de mim nem de outro varão».

Será possivelmente Riccioti o que, do modo mais lógico e ajustado, seguindo a São Jerónimo, resume a questão: «Num caso deste género, um judeu recto e honrado, uma vez convencido da culpabilidade da sua mulher, ter-lhe-ia entregue sem mais a acta de divórcio, considerando-se não só no direito mas talvez até no dever de assim proceder, pois uma tolerância silenciosa e inactiva poderia parecer aprovação e cumplicidade. Mas José, precisamente sendo justo, não procedeu assim. Logo, estava convencido da inocência de Maria,, julgando, portanto, iníquo submetê-la à desonra de um divórcio público.»

A palavra «justo» sugere a toda a gente a ideia de justiça: um homem justo é o que actua com justiça. Se não fosse assim, não seria justo, mas injusto. José, ao adaptar a sua resolução, precisamente aquela que iria solucionar o problema sem dano - ou com o menor dano possível - para a Virgem, actuou com justiça e mostrou assim que era um homem justo, o que é ainda mais importante posto que um homem injusto pode actuar às vezes com justiça sem que com isso perca a sua qualidade de injusto, da mesma forma que um mentiroso poderá às vezes dizer a verdade sem que deixe por isso de ser um embusteiro. E muito difícil, ou até impossível, actuar sempre injustamente ou dizer sempre mentiras em tudo.

B, pois, a qualidade do ser de cada um, aquilo que importa mais do que qualquer outra coisa; mais ainda, sem dúvida, do que uma acção isolada que, em si, pode não significar grande coisa. Tem qualidade de justo o que actua com justiça; mas o que será esse actuar com justiça?

Esta é uma palavra que, como algumas outras - liberdade, democracia, direitos ... -, ressoa muito, e com muita frequência, no mundo ocidental, mas à qual, porém, - e como tantas outras - está ligado um conteúdo que geralmente desfigura ou falsifica aquilo que a própria palavra designa. B por isso que devemos ser cuidadosos com o uso dos vocábulos, para não causar dano, dando a entender uma coisa por outra e criando na mente uma confusão que impeça depois o actuar com rectidão.

O acto próprio da justiça é dar a cada um o seu. Se queremos ser justos, havemos de estar dispostos, imediatamente, a dar a cada um o que lhe pertence, mas *sem excluir a Deus* pois parece como se apenas pensássemos no próximo ao falarmos de justiça. Que será, pois, este ser justos com Deus? Evidentemente, dar-lhe o que é seu, o que lhe pertence. E o que é que pertence a Deus, o que é seu, o que, portanto, lhe devemos dar para actuarmos com justiça?

Simplemente tudo. São Paulo exprimiu-o em termos tão claros como precisos: «que tens tu que não tenhas recebido?» (1 Cor 4, 7). E noutra ocasião: «Somos de Deus» (Rom 14, 8). Com efeito, d'Ele recebemos os sentidos e a inteligência, os bens corporais e os espirituais e mil coisas da criação, mas há ainda algo de mais importante: recebemos de Deus o ser e a existência, não apenas no âmbito natural, mas também no sobrenatural.

Por isso, um homem justo é, fundamentalmente, um homem entregue; é um homem que reconhece ter recebido tudo e que por consequência, se considera obrigado a devolver a Deus a honra, a glória, o louvor, a adoração e a gratidão por tudo o que recebeu; e não encontra melhor modo de cumprir este dever de justiça a que todo o homem está obrigado, do que entregando-se para que Deus faça nele e com ele, tudo o que for do seu agrado. Numa palavra: ser justo é ser santo. Por isso pôde José escolher a solução mais benéfica para a Virgem Maria, aquela que menos dano lhe causaria.

Talvez seja preciso pensar que a justiça - não uma qualquer justiça, não apenas a justiça legal mas a justiça segundo Deus - conta entre as suas propriedades uma componente de compaixão, de misericórdia, que impede ou atenua o dano alheio. José não se deteve simplesmente no seu direito mas noutra coisa que, ao estar acima, o ultrapassava. Por se tratar de justiça segundo Deus, traduzia-se em santidade, isto é, em amor: Amor a Deus e, por Deus, amor ao próximo. Trata-se, pois, desta espécie de justiça a que Jesus se referia quando dizia que, se nos arrancassem o manto, déssemos também a túnica (em vez de ir à polícia ou de lutar com o ladrão) e se nos obrigavam a andar mil passos, déssemos alegremente outros dois mil (Mt 5, 40 e 41). A justiça de um homem justo é ausência de egoísmo e neste caso bem o demonstrou José, que pensou mais na honra da Virgem Maria do que na sua própria; está na linha do ensinamento evangélico que manda devolver bem por mal e abençoar a quem nos amaldiçoa (Lc 6, 28) e, portanto, situado já nesse plano superior a que Jesus se referiu quando disse que tinha vindo, não a destruir a lei mas a levá-la à sua perfeição, a dar-lhe o seu cabal cumprimento. (Mt 5, 17). Por outro lado, e num caso semelhante a este, quem poderá presumir de ter na mão *todos* os elementos de juízo?

A grandeza ou mesquinhez de um homem manifesta-se no modo generoso ou mesquinho com que vê as coisas ou, melhor ainda, no modo generoso ou mesquinho de comportar-se. E é principalmente nos momentos em que se põe à prova a qualidade de um homem, quando se pode aquilatar o que cada um leva dentro. José, um homem aparentemente obscuro, mostrou uma grandeza de alma muito pouco frequente. Mas esta espécie de homens é preciso descobri-los, pois, como os metais preciosos, costumam

estar escondidos e muitas vezes eles próprios ignoram a sua própria grandeza.

São as situações difíceis que mostram o que um homem leva dentro, o que realmente é, esse tipo de situações que forçam o homem a trazer para a superfície o melhor ou o pior que se aninha no fundo da sua alma. E José, posto no meio do conflito, mostrou o melhor de si mesmo; pois ao estar feito da melhor qualidade, mostrou aquilo em que abundava.

5. ENQUANTO REFLECTIA

A decisão de José de abandonar secretamente a Virgem Maria não foi uma decisão tomada de improviso, como a reacção provocada por um acontecimento e que é a resposta imediata a uma incitação, essa espécie de reacção instintiva que se produz como um reflexo antes de mal ter havido tempo para reparar no problema. Também não foi o resultado do orgulho ferido ou do amor próprio magoado, nem qualquer outra das muitas manifestações que casos semelhantes costumam despertar nos homens. Os assuntos importantes requerem demorada atenção, embora nem toda a gente se precata deles ou seja capaz disso. E neste caso, sendo o assunto importante - muito importante - não apenas para José, mas também para Maria, era José um homem suficientemente maduro para lhe conceder a necessária atenção e não o despachar com ligeireza.

Porque o que estava em jogo não era apenas a honra mas também, e principalmente, o amor. No que toca à primeira, a da Virgem ficaria a salvo com a determinação que tinha adaptado e a sua - uma vez resolvido o anterior - não importaria muito embora ficasse, talvez, maltratado. O aspecto verdadeiramente doloroso era o segundo. José amava Maria e aqui radicava a gravidade do conflito; porque quando a cabeça e o coração não andam de acordo e um toma o caminho oposto ao que o outro segue, então a dor, o desgarramento, torna-se inevitável. O coração de um homem apaixonado tende com força quase irresistível para a mulher amada; mas se a cabeça lhe diz que é preciso contrariar aquele impulso, o resultado é o sofrimento.

No caso de José, porém, o conflito era ainda mais agudo porque se tornava difícil tomar uma decisão e o tempo, em vez de atenuar ou aliviar a gravidade, fazia cada vez mais urgente uma solução que não aparecia claramente, por mais que ele reflectisse. Segundo todas as aparências, Maria era culpada; ele não se persuadia de que pudesse sê-lo e mesmo estava convencido de que não o era.

Este contraste entre o que via e o que sabia de sua esposa, aumentava-lhe a perplexidade e a indecisão, à qual se vinha juntar o silêncio da

Virgem. Porque é que ela não falava? Porque é que não dizia alguma coisa? Porventura não merecia ele umas palavras, uma explicação? Ela não se comportava, certamente, como uma mulher culpada; não se mostrava envergonhada como se supõe que deveria estar se tivesse cometido aquela falta que parecia evidente. Os seus olhos não se tinham turvado e o seu olhar aparecia tão puro, limpo e sereno como sempre, mesmo quando às vezes o olhava com uma certa compaixão. Também o seu semblante se não tinha obscurecido e às vezes até parecia radiante. E o seu comportamento não era o de quem se encontra numa situação melindrosa, porque lhe é difícil dar uma explicação do que estava à vista e não admite outra senão a que é óbvia. Ela olhava-o e sofria pelo seu sofrimento ... mas continuava a calar. De onde lhe viria a força, essa espécie de apoio interior que, numa situação tão tensa, lhe permitia continuar com as suas ocupações sem se descompôr, inalterável, a mesma de sempre?

Se este tempo de angustiosa perplexidade e descontraídos sentimentos durou muito ou pouco (Irmã Maria de Agreda diz que foram dois meses) é impossível saber-se; mas tendo à vista o estado de Maria, o seu incompreensível silêncio e a sua serena atitude, é mais do que explicável que José se tenha debatido algum tempo na dúvida sem saber o que fazer. Mas aconteceu que *haec autem eo cogitante* (Mt 1, 20), andando José a pensar nestas coisas, na solução a que tinha chegado, examinando-a sob diferentes pontos de vista, verificando se realmente seria a solução adequada, veio a revelação, justamente na altura em que, passado o tempo das amargas e obsessivas reflexões, sem poder confiar no consellio de ninguém e sem vislumbrar um caminho claro, pode, por fim, encontrar um pouco de sossego. E então, enquanto repousava, chegou a solução diferente daquela que tinha pensado e com ela, a paz e a alegria. Pois «eis que um anjo do Senhor lhe apareceu em sonhos e lhe disse: José, filho de David, não temas: receber em tua casa Maria, tua esposa, porque o que nela foi concebido é do Espírito Santo» (Mt 1, 20, 23).

Segundo parece, José temia receber a sua esposa. Estavam desposados mas ainda não se tinham celebrado as bodas nem, portanto, tinha tido lugar a condução de Maria a casa do seu esposo; ao apresentar-se o conflito, seria muito difícil que não tivesse repercussões nesta segunda parte do matrimónio, e provavelmente, José tinha tido medo de dar este passo

perante o novo factor, imprevisível e até inimaginável, que então surgira. Certamente que não foi o medo à desonra porque, no pior dos casos, teria ficado coberto ou oculto pelo matrimónio; seria talvez o medo de agir mal diante de Deus, profanando um mistério, ignorado, mas pressentido?

Nunca o saberemos nem nos importa, no fim de contas. O facto é que, qualquer que tenha sido a causa do seu medo de receber Maria na sua casa e celebrar as bodas, esse temor desapareceu assim que o anjo o tornou participante do grande mistério. Esta iluminação acerca dos desígnios de Deus sobre os homens, introduziu-o oficialmente - para o exprimir de alguma forma - na obra de Redenção que, - na expressão de Edith Stein - «se concebeu e consumou no abismo de profundidades misteriosas, no silêncio e no segredo». No silêncio e no segredo, foi como se deu a anunciação do mistério à Virgem Maria e a Encarnação do Filho de Deus; no silêncio e no segredo foi José purificado nos angustiosos dias da provação; e com esse mesmo silêncio e segredo foi comunicado a José, filho de David, aquilo que devia saber, pois não podia desempenhar a missão que Deus tinha decidido para ele sem conhecimento, pelo menos, do fundamental, na parte que lhe dizia respeito. O anjo tranquilizou-o das suas dúvidas, revelou-lhe o mistério da Encarnação e ele soube qual era o serviço que devia prestar. E assim que o soube, respondeu com a mesma prontidão e entrega incondicionais com que, meses antes, tinha respondido Maria, sua esposa, ao plano divino que o anjo lhe dera a conhecer.

Com efeito, *exurgens de somno*, ao despertar do sono - continua São Mateus - «fez como lhe tinha mandado o anjo do Senhor e recebeu em sua casa sua esposa» (Mt 1, 24). Saíndo do sonho: Como quem sai de um pesadelo, de uma situação que é tão estranha que parece irreal e tão anómala como um desses absurdos e monstruosos desvarios que a febre provoca quando nos faz delirar. Ou talvez como quem, ao sair da dúvida e da indecisão por virtude da revelação do anjo e adaptando portanto a resolução de receber a sua esposa, saísse de um mundo de trevas e desorientação para entrar na luminosidade que mostra inequivocamente o caminho seguro que se deve percorrer.

E é possível que não seja desprovida de significado a circunstância de que se revelasse o mistério precisamente quando ele estava a pensar nestas

coisas. E, claro que Deus lhe teria podido poupar sofrimentos, dando-lhe a conhecer o plano divino ao mesmo tempo, por exemplo, que o revelou à Virgem Maria. Também assim ter-lhe-ia evitado a angústia de ver o sofrimento de José, tendo que esconder um segredo cuja revelação solucionaria de imediato o problema. Porém, Deus não segue o modo de ver as coisas que os homens têm. Deixou que a Virgem sofresse, permitiu que durante algum tempo José se debatesse com a sua angustiosa perplexidade sem perceber nada nem ver claramente uma saída, sem saber exactamente o que devia fazer numa tão imprevisível como delicada e dolorosa situação. Só quando chegou a uma solução justa (dentro de um conhecimento imperfeito da realidade) interveio Deus através do anjo. A verdadeira solução apareceu-lhe assim que José fez tudo o que, nas suas circunstâncias, era possível fazer, sem omitir nada de quanto dele dependesse ou estivesse nas suas mãos. Só então e não antes, Deus lhe deu a conhecer o dado desconhecido, que era necessário para a rectificação de uma decisão errónea. E, justamente com o dado, uma referência, pois, como diz São João Crisóstomo, «O anjo remete São José ao profeta Isaías para que, ao despertar, não se esqueça daquilo que lhe tinha dito como coisa recente; mas como se tinha nutrido das passagens proféticas e as recordava constantemente, através delas iria reter também as suas palavras.

Certamente que o género de pesadelo que José teve de padecer não é tão geral que atinja a maioria dos homens; no entanto, de um ou de outro modo todos passamos alguma vez por transes que porventura guardarão certas semelhanças com o que teve de sofrer José. Quer lhe chamemos conflitos, problemas, contrariedades, há na vida de todos os homens, momentos difíceis que não lhe dizem respeito apenas a ele; momentos em que se vê compelido a tomar uma decisão que pode, inclusivamente, afectar de um modo irreversível o rumo da sua vida e a de outras pessoas, e nos quais uma espécie de sofrimento, de difícil compreensão para os que estão de fora ou carecem desta experiência, requer uma atitude da qual depende, em muitos casos, a justiça da solução adaptada. É sobretudo quando o coração e a cabeça se contradizem e o homem se sente desgarrar interiormente, quando o coração começa a empurrar com força é então, sobretudo então, que devemos tomar logo uma decisão. Nesse momento precisamos de parar e reflectir, para não sermos arrastados emocionalmente. Pois se o coração está

feito para querer, a cabeça está feita para pensar e mostrar ao coração o caminho que deve seguir.

O que José nos ensina aqui é que a primeira atitude diante de um problema, conflito ou contrariedade - e ninguém está isento deles - a primeira atitude própria de um homem é a reflexão. À base de impulsos, pressentimentos ou reacções instintivas e precipitadas, jamais chegamos a soluções justas porque o único que se consegue é enredar ainda mais a meada acrescentando-lhe novas dificuldades ou agudizando o conflito. E também não é solução esperar que o problema se resolva por si ou que venham outros resolvê-lo, porque há momentos e situações em que ninguém pode tomar decisões por nós. Temos que ser suficientemente maduros para tomá-las por nós mesmos e ater-se às consequências. Há homens que permanecem sempre menores de idade, estancados numa imaturidade da qual parecem não querer sair; homens cuja atitude perante as dificuldades é sempre recorrer a outros, não para pedir conselho - o que é uma medida de prudência mais do que aconselhável para acertar - mas para alijar sobre ombros alheios a própria carga.

O recurso aos outros deve aparecer só depois de termos visto se somos capazes por nós próprios de sair do atoleiro ou dar com a solução adequada. E quando o assunto é de tal índole que pode comunicar-se sem inconveniente, nunca será demais o solicitar a opinião ou o conselho daqueles que, pelo seu saber ou experiência, são capazes de ilustrar o problema e ajudar a alcançar uma melhor solução, uma vez que também é sinal de imaturidade a obstinação e a teimosia em aferrar-se ao próprio parecer contra a opinião dos mais autorizados, como se o segurar-se firmemente a um erro fosse prova de personalidade ou de que todo o mundo estivesse enganado. Nem sequer saiu José sozinho do seu conflito, ao fim e ao cabo; foi com a ajuda do anjo e seguindo o seu conselho.

Mas aqueles que têm de bastar-se a si mesmos porque lhes é impossível recorrer a alguém, dada a índole do problema que têm diante - como era o caso de São José -, não podem dispensar-se da reflexão. Reflexão, não dúvida. Pois há quem considere que a dúvida como atitude ou sistema é uma posição não só legítima mas adequada. Talvez acreditem que, com uma atitude céptica diante de qualquer facto que se refira ao mundo sobrenatural,

se situam no ponto preciso onde deve estar o homem que pensa... mas a realidade é que então não estão em parte alguma.

Quem quer acertar, quem quer fazer o que é devido, reflecte. Não se pode ser justo com ninguém quando se actua irreflectidamente porque o atordoamento cega e o apaixonamento impede a consideração de factores e circunstâncias que não devem passar-se por alto. Quem confia tão cegamente na sua intuição que se permite o luxo de não reflectir, é quem costuma cometer os maiores erros e com mais frequência e também quem, por isso mesmo, compromete ou prejudica os outros devido à sua petulância; e, não por maldade mas por ligeireza, são estes que costumam fazer mal e fazer sofrer as pessoas inocentes, vítimas da sua superficialidade e da néscia confiança nos seus próprios impulsos. Quando um problema, ou uma situação obscura, difícil ou delicada aparece, a reflexão é o caminho necessário para adaptar a solução adequada e justa; pois reflectir não é outra coisa senão ponderar factos, factores e circunstâncias, relacionando-os, com o fim de averiguar o que é que se exige de nós, qual a resposta que devemos dar. Nem a ligeireza no juízo nem a superficialidade na consideração são os melhores caminhos para acertar. Pelo contrário, são os piores. Talvez resida aqui o motivo pelo qual não poucos de entre os nossos contemporâneos cometem tantos e tão graves erros, por não tomarem em consideração senão dados, factos e factores demasiado passageiros, desprezando as realidades profundas, que também são factos.

Foi a reflexão que dispôs José para receber a mensagem divina; mas não foi a simples reflexão, por si só, que o levou a descobrir o que estava por cima de toda a capacidade humana. E também não foi a Virgem Maria quem lhe dissipou as dúvidas, o que deve ter sido para ele um dos motivos pelos quais se tornou tão difícil chegar a uma conclusão. Este silêncio era já por si um enigma, humanamente considerado. Porque não deu a Virgem nenhuma explicação, vendo o sofrimento de José? Talvez José lhe tenha perguntado e ela só pôde confessar a sua inocência mas não a origem do seu estado, posto que era um segredo que não lhe pertencia; em qualquer caso, o certo e seguro é que Deus só interveio por meio de anjo quando José tinha posto pela sua parte quanto estava ao seu alcance.

E serão também significativas e edificantes para nós outras duas das circunstâncias que aparecem neste acontecimento. Pelo que respeita ao que é mais imediato - o conhecimento do mistério da Encarnação do Verbo - foi preciso que José, ao chegar a uma decisão, recobrasse um mínimo de sossego e paz sem o que dificilmente teria captado a mensagem do anjo, já que é coisa sabida que um espírito alterado e obsessivo, não está nas melhores condições para compreender o sobrenatural e nem sequer para pensar com clareza e lucidez em assuntos puramente humanos. E quanto ao mistério do plano redentor de Deus para com os homens, no qual tinha uma tarefa a desempenhar, foi talvez o sofrimento e a purificação que este sofrimento operou nele, aquilo que o dispôs para o conhecimento e a compreensão do que significava a revelação que lhe foi feita. Ele não estava cheio de graça, como a Virgem, e precisou de uma preparação. Eis como o sofrimento leva à purificação - quando se responde devidamente - e a purificação dá capacidade ao homem para compreender os desígnios, os planos de Deus a nosso respeito, pois elimina a crosta supérflua de banalidades que impede o pensamento de chegar ao mais fundo da questão.

A José foi-lhe revelada a solução do conflito *haec autem eo cogitante*, estando ele a pensar. O que não se deve esperar é uma iluminação de Deus quando não se aplicaram todos os recursos que o homem tem à mão para dar com a solução justa. E quando os problemas afectam os homens - não as coisas, negócios ou qualquer dos âmbitos mais externos - o conhecimento do que é fundamental torna-se necessário. Por desgraça, a maior parte dos homens jamais chega a descobrir o que eles próprios são. Olham tanto para fora e à sua volta, que acabam por ignorar inteiramente o que têm dentro de si. Escondem-se na multidão que os rodeia, adaptam as suas formas, o seu pensamento, os seus tópicos cambiantes como se fossem líquidos inconsistentes que se amoldam a qualquer forma porque carecem de uma própria e, ao enfrentarem-se com um conflito, em lugar de examinarem o que é que Deus espera deles - e de acordo com esta orientação procurarem a solução adequada - fixam-se nos critérios vigentes na sociedade em que andam submersos. Por este caminho, costumam os homens atrair sobre si muitos males de espécies muito diferentes.

A solução, a iluminação do alto, veio até José na mesma situação de solidão em que tinha estado a debater-se. Chegou-lhe de um modo simples,

discreto, silenciosamente, sem aparato externo e sensível. Chegou-lhe de fora e assim viu que a solução adaptada, mesmo sendo ele justo, não era adequada e José rectificou logo a sua decisão, voltando atrás e actuando em consonância com os factos que o anjo lhe tinha revelado. Mas é preciso ter presente um pormenor que já Monsenhor Escrivá de Balaguer observou: Ele «nunca recusou reflectir sobre os acontecimentos»; por isso - continua - «recebeu do Senhor a inteligência das obras de Deus, que é a verdadeira sabedoria».

6. E RECEBEU A SUA ESPOSA

Como consequência da mensagem que o anjo lhe comunicou em sonhos, José modificou a sua atitude. Ao princípio temia receber Maria, depois deliberou deixá-la secretamente; por último, depois de conhecer o sucedido pela revelação do anjo e uma vez despertado do sono, «fez como lhe tinha mandado o anjo e recebeu em sua casa sua esposa».

Aqui, a expressão «receber a esposa» refere-se às bodas. Maria e José estavam desposados mas foi «antes de que coabitassem», quer dizer, antes da solene e festiva condução da esposa a casa do esposo, que se tinham dado as dúvidas e temores de José. Assim, pois, as bodas celebraram-se depois de ter sido comunicada a José a sua própria vocação e o papel que Deus esperava que desempenhasse junto do Menino e sua Mãe.

Com este acto, com a recepção da Virgem em sua casa, José assumiu plenamente e de modo consciente, aceitando todas as consequências que a sua decisão pudesse acarretar-lhe no futuro, o que Deus lhe tinha mostrado ser a razão da sua vida. Como o *fiat* pronunciado pela Virgem implicava uma entrega tão total e absoluta que incluía a renúncia a dirigir a sua própria vida (pois de futuro estaria em função da do Filho que lhe ia nascer), analogamente também José consumou a sua entrega a Deus, ao receber a Virgem no seu lar. Foi como se o próprio Deus tivesse selado a sua união de modo definitivo, acrescentando aos sponsais que já os uniam (o anjo disse: «não temas receber a Maria, tua esposa»...), um novo vínculo ainda mais forte, que era o seu destino comum na terra, em ordem ao cuidado, protecção e ajuda ao ainda não nascido Salvador. Ambos eram agora participantes - e só eles no mundo, com Isabel, embora esta de outro modo - do grande segredo.

Recebeu-a em sua casa e «não a conheceu até que deu à luz um filho» o que não quer dizer que a «conhecesse» (no sentido de ter relações conjugais) depois. A partícula «até que» não significa necessariamente um tempo determinado como limite de uma acção ou omissão e de facto - segundo já se observara desde há muito -, na Escritura ela aparece com sentidos diferentes pois às vezes apenas indica um prazo e não de nenhuma

forma aquilo que acontece depois dele. Assim, São Jerónimo - recorda São Tomás - cita o verso do salmo 22: «Ûs nossos olhos estão levantados para o Senhor até que tenha compaixão de nós», apontando como isto não quer dizer que se afastem d'Ele logo que Deus se compadeça. No segundo livro de Samuel, 6, 23, lê-se «E já Micol, filha de Saúl, não teve mais filhos até ao dia da sua morte», o qual não significa que os tivesse naquele dia e evidentemente que não os teve depois.

Também da expressão da Vulgata «... *peperit filium suum primogenitum*», «deu à luz o seu filho primogénito» (Lc 2, 7) se não pode deduzir que tenham nascido outros filhos. «Cristo, diz São João Crisóstomo contra Herídio, chama-se primogénito de Maria, não porque tenham nascido outros depois dele mas porque não nasceu nenhum antes dele». São Paulo (Hebr 1, 6) chama a Cristo o Primogénito do Pai, o que obviamente não é um argumento a favor da ideia de que o Pai gerara outros filhos depois. E não mandava a lei apresentar no templo os primogénitos? Deixava acaso de sê-lo por não ter a mãe mais filhos? Daí que a tradução que diz... «e sem tê-la conhecido deu à luz o seu filho», seja provavelmente a que melhor expresse o sentido da frase.

Em todo o caso, e qualquer que seja a versão que se escolha, o que nos é dito é que a Virgem concebeu sem ser por obra de varão («*et incarnatus est de Spiritu Sancto, ex Maria Virgine*», diz a profissão de fé de Niceia), e que continuou a ser Virgem em e depois do parto: Assim nos ensina a Igreja e assim é.

O testemunho mudo da sua inocência e virgindade, que São José deu ao recebê-la - coisa que Santo Ambrósio aduziu como uma das razões de conveniência dos esponsais da Virgem foi o que fez que São Bernardo escrevesse: «Pois acerca da ressurreição do Filho, acreditaria eu mais depressa, por ser fraco, no testemunho de Tomé que duvidou e apalpou do que no de Pedro, que ouviu e acreditou; e acerca da pureza da sua mãe, mais facilmente creio eu no esposo que a guardou e experimentou, do que à própria Virgem defendendo-se com o testemunho da sua consciência».

Os teólogos procuraram aprofundar na compreensão do mistério e, se bem que a piedade inspirou louvores às perfeições de Nossa Senhora, e sempre com justiça, algumas vezes houve - como com os apócrifos e para

que nem sequer aqui falte a excepção - em certos pormenores mais entusiasmo do que conhecimento das condições reais que se deram num momento determinado.

Não parece que seja sustentável a ideia do voto de virgindade da Virgem logo na sua infância. Há, sem dúvida, testemunhos suficientes para se considerar como bem averiguado que os votos se davam entre os judeus, mesmo nessa época. Era uma coisa admitida, regulada e sancionada pela lei. E também existiam votos relacionados com o matrimónio e a vida conjugal, votos que por serem lícitos tinham força obrigatória, embora nenhum que fosse afectar o outro cônjuge tivesse valor sem o seu conhecimento e aprovação. Se alguém desposava uma mulher sob condição de que ela não estivesse presa por nenhum voto, os esponsais eram inválidos caso a mulher, tendo-os, não o manifestasse antes de desposar-se; se depois das bodas (isto é, ao iniciar a vida em comum depois de a desposada ser conduzida a casa do esposo), se averiguasse que sobre a mulher pesava um voto que ela não tinha declarado antes de desposar-se, era preciso despedi-la mediante o libelo de repúdio *sem lhe devolver o dote* (William), à maneira de castigo.

Evidentemente, a pergunta da Virgem Maria ao Arcanjo São Gabriel: «como se fará isso, pois eu não conheço varão?» (Lc 1, 34) só faz sentido se supomos que decidira manter-se virgem já que, não sendo assim, e estando desposada, bem sabia como poderia ser feito. Ora bem: se era obrigatório declarar os votos havendo-os, antes dos esponsais, e mais ainda os que afectassem o outro cônjuge, José deve ter sabido, ao desposar Maria, da sua decisão, com voto ou sem ele, de guardar a virgindade e consagração a Deus. Como foi que numa aldeia onde a virgindade não parecia gozar de particular estima (embora o celibato dos varões fosse mais corrente e apreciado), Nossa Senhora se consagrou a Deus, isto só se pode explicar bem por uma moção ou impulso sobrenatural, pois não parece ter havido uma revelação propriamente dita, anterior à embaixada do arcanjo. «Por conseguinte - aponta um autor - o único motivo para a sua consagração a Deus devemos procurá-lo, consideradas todas as suposições que se podem fazer sobre o caso, na sua especial condição: em que estava sob a direcção particular e pessoal de Deus, precisamente em ser a cheia de graça. Aí está a primeira e única causa da consagração a Deus da sua virgindade.»

De resto, neste tipo de voto, a lei prescrevia, para a sua validade jurídica, uns certos requisitos. No caso de uma donzela, não podia emitir-se antes de cumpridos os doze anos, de modo que se a Virgem o fez, deve ter sido um ano ou dois antes de desposar José. Tomás de Aquino, com a sabedoria e o sólido sentido comum que o caracteriza e que empapa toda a sua obra, é de opinião de que a Virgem fez voto pela razão de que o obrigar-se a algo com voto aumenta a perfeição do acto e Nossa Senhora era perfeitíssima. Mas - acrescenta - não é «crível que a Mãe de Deus tivesse feito um voto absoluto de virgindade antes de desposar São José. E, embora o desejasse, encomendava-se principalmente à vontade divina» (*Sum Th.* III, q. 28, a. 4, r).

E José? Aqui encontramos outra prova da qualidade deste homem excepcional. O seu amor à Virgem deve ter sido muito grande. Deve tê-la amado muito e com grande generosidade quando, sabendo o seu desejo de manter a consagração que tinha feito a Deus, acedeu a desposá-la, preferindo renunciar a ter descendência antes que viver separado daquela a quem tanto amava.

Foi também providência de Deus que no coração de José nascesse tão grande amor pela Virgem. Deus deu-lho para o que depois queria que acontecesse. Verdadeiramente, era preciso amá-la muito para renunciar praticamente a tudo excepto a ela e conformar-se e achar-se feliz respeitando apenas a sua intimidade com Deus. Amor mais limpo, mais solícito e mais puro, é difícil de conceber entre marido e mulher e assim se compreende quanto teve que sofrer pensando que devia renunciar a ela.

E quando o anjo lhe deu a conhecer o mistério da Incarnação e a escolha de ambos como colaboradores no mistério do Redentor e da salvação, então este mesmo amor que teve para com a sua esposa, purificado pela prova e enriquecido pelo mistério, foi suficiente para que a sua castidade guardasse a virgindade da sua esposa. De tal modo São Tomás valorizou esta peculiar característica do matrimónio de Maria e José, que viu nele representada toda a Igreja que «sendo virgem - escreveu Santo Agostinho - está porém desposada com um só varão, Cristo» (*Sum. Th.* Ili, q. 29, a. 1, r).

A decisão de José de receber Maria e celebrar as bodas teve carácter irrevogável, no sentido de seguir até ao final sem considerar a possibilidade

de retroceder, quer desandando o caminho andado, quer tomando outro. Foi um abandono à vontade divina, uma entrega incondicional ao serviço de Deus, dedicando a sua vida ao serviço do Menino que estava para chegar, e a Sua Mãe. Mas este abandono da sua vida nas mãos da providência, não significava de nenhum modo - ou implicava - passividade. Pelo contrário, exigiu dele um forte espírito de luta e um ânimo disposto a afrontar toda a espécie de dificuldades. O futuro, pelo menos o futuro imediato, abundaria em dissabores. Longe de ser um cómodo expediente, como se o abandonar-se à vontade de Deus tivesse como resultado uma intervenção pessoal de Deus para suavizar as incomodidades, resolver os problemas, ou suprimir perigos e inquietações, parece como se Deus, uma vez seguro da sua fidelidade, se desentendesse das preocupações ou angústias do seu servidor e o deixasse à mercê dos seus recursos - os recursos de um pobre - para fazer frente às circunstâncias adversas e à maldade e egoísmo dos homens.

José assumiu e respondeu pessoalmente a cada uma e a todas as dificuldades. Jamais se queixou. Talvez as tenha considerado como o preço - um preço barato - que devia pagar pela honra e pelo privilégio de amar a sua esposa e de ser ampla e acabadamente, correspondido. E depois havia o Menino. Há uma oração a São José, entre as propostas para antes da Santa Missa, na qual se recorda o privilégio que lhe foi concedido de «não só ver e ouvir a Deus, a quem muitos reis quiseram ver e não viram, ouvir e não ouvirem, mas também abraçá-lo, beijá-lo, vesti-lo e guardá-lo». Como havia de queixar-se fosse do que fosse? Como iria queixar-se duma ninharia, dar relevo a alguma dificuldade, quando nada é suficiente para pagar, de algum modo, semelhante dita? Deus não fez com ele uma excepção, pelo menos no que se refere ao cuidado providente que mantém para com os homens. Não lhe foi dado tudo feito, não lhe poupou o esforço. Não supriu o que por si mesmo José podia e devia fazer, com a sua ajuda ordinária.

O matrimónio de José e Maria foi, se assim podemos dizer, a mais alta expressão do amor conjugal. Santo Agostinho, com o brilhante engenho que não apaga antes realça a sua habitual profundidade, ao destacar as duas bases que sustentam o género humano (o instinto de conservação e o de reprodução) comentava que havia homens «cujo deus é o ventre» (Phil 3, 19) «que se lançavam a comer e a beber, pondo nisso toda a alma, como se

aí estivesse a razão de viver». Homens que situavam «a sua plena beatitude e felicidade nos manjares, como um animal na mangedoura». E prosseguia dizendo que «em assuntos conjugais os homens libidinosos não se aproximam da mulher por outras razões; por isso, muito dificilmente se contentam com a sua. E queira Deus que se não podem ou não querem despojar-se do líbido, não permitam que ele vá mais além do tolerado à debilidade. Mas é bem certo que, se dizes a um destes homens: porque tomas tu mulher?, ele te responderá, talvez ruborizado: é para ter filhos. Suponhamos agora que alguém, para ele digno de toda fé, lhe diz: poderoso é Deus para dar-tos e sem dúvida que tos dará sem te unires à tua mulher. Apanhado, confessaria que não se unia à mulher para ter filhos. Confesse pois a sua fraqueza e una-se à mulher para aquilo que afirmava unir-se: para ter filhos».

Esse caso excepcional que, à maneira de exemplo impossível - salvo no caso da Virgem Maria - apresenta Santo Agostinho, é o de José. A sua esposa foi «merecedora - diz - de ter um filho sem detrimento da sua integridade. Da mesma forma, pois, que o seu enlace com José era um verdadeiro matrimónio, e matrimónio sem desintegridade alguma, porque não havia de receber a castidade do esposo aquilo que a castidade da esposa tinha produzido?» Por isto foi o seu amor tão limpo, tão delicado, tão profundo, sem mistura de egoísmo ou procura de satisfações, e tão respeitoso. Pois o amor, se verdadeiramente o é, implica respeito. O marido e a mulher não são simplesmente um par de animais; cada um é imagem e semelhança de Deus, com alma imortal e com um corpo que, num cristão, tem de ser - segundo a expressão de São Paulo - «templo de Deus» (1 Cor 3, 16).

Portanto, o respeito ao próprio corpo e ao cônjuge exige castidade. O matrimónio não é uma carta de corso para dar rédea solta ao instinto sexual e transformar uma relação, com a qual se participa no poder creator de Deus (ao colaborar com Ele para trazer novas vidas ao mundo) em pura biologia ou animalidade rasteira. Então, mais do que nunca, o respeito deve estar presente, é uma relação entre pessoas, não entre uma pessoa e uma coisa. E se se perder o respeito, a si próprio e o devido ao cônjuge, o amor irá morrendo, estrangulado nas garras do egoísmo que apenas busca o

prazer pessoal. Um homem, mesmo casado, tem de ser sempre dono dos seus instintos e não andar a reboque deles.

Há testemunhos muito claros entre os textos dos primeiros séculos, da maneira como aqueles cristãos cuidavam da santidade do matrimónio. «Nós - escrevia S. Justino na sua *Apologia* (1, 29) - ou nos casamos desde o princípio com o fim de gerar filhos, ou - se renunciámos ao matrimónio - permanecemos absolutamente castos». E tão comum era este modo de pensar o matrimónio entre cristãos, que Clemente de Alexandria, referindo-se àquelas uniões nas quais pesava mais o remédio da concupiscência do que os seus mais altos fins, dizia: «Unir-se em matrimónio sem desejar a procriação dos filhos significa uma injúria à natureza. O matrimónio não é a desordem do prazer, inobservante das leis divinas e contrário a razão».

É certo que às vezes se dão no matrimónio situações difíceis e é de temer que a escassa consistência interior de não poucos cristãos dos nossos dias, seja a causa de interpretações mais ou menos laxas e pouco exigentes em matéria de relações conjugais. Mas não deixa de ser chamativo que, em tempos mais difíceis e entre famílias com menos recursos (pois a pobreza entre os cristãos dos primeiros séculos era maior do que a de agora em muitos lugares), Lactâncio escrevesse estas palavras: «aquele que, por razões de pobreza não possa sustentar os filhos, que se abstenha de usar o matrimónio, em vez de interromper com mãos sujas a obra de Deus».

Nada porém é impossível para quem conta com a ajuda de Deus e quando o amor é forte. Talvez não seja fácil, certamente não é cómodo, mas é factível. Pensar o contrário acaba por ser equivalente a culpar Deus por ter mandado observar aos homens - não apenas aos celibatários - um mandamento - o sexto - impossível. Deus não troça de ninguém e se manda é porque se pode cumprir. Certamente - observou Monsenhor Escrivá de Balaguer -, «para viver a virtude da castidade não é preciso ser-se velho ou carecer de vigor. A castidade nasce do amor e, a força e a alegria da juventude não constituem estímulo para um amor limpo». E a razão é muito simples: «Este nosso coração - diz noutro lugar - nasceu para amar. E quando não se lhe dá um afecto puro, limpo e nobre, vinga-se e enche-se de miséria» (*Amigos de Deus*, n. 183).

Um homem que se casa, adquire uma responsabilidade e não apenas ante a sua mulher. Tem também de responder diante de Deus pelo modo como edifica esse pilar social que é a família. Sobre que alicerces, com que materiais. Nenhum homem acaba de amadurecer enquanto não compromete todo o seu ser em algo pelo qual valha a pena lutar, e que constitui a mais poderosa (se não a única) razão para viver.

E de novo é preciso aludir aqui uma vez mais ao respeito. Pois a perda do respeito costuma coincidir com o abandono das expressões que o patenteiam e o alimentam: a delicadeza, os pormenores de cortesia e educação (porventura a confiança precisa de andar de mãos dadas com a grosseria?) guardar as formas. Quando tudo isto desaparece, quando a vulgaridade e a ordinarice nas relações entre os esposos substituem as finezas dos apaixonados, é porque há qualquer coisa muito importante que se perdeu. E quando o que enche o coração não é um amor grande, nobre e abnegado, então sempre há lugar para o egoísmo, as mesquinhas compensações e a frustração. Aqui, provavelmente, é onde se deve procurar o fracasso de tantos casamentos.

É fácil, portanto, explicar sob esta perspectiva a excelência do matrimónio constituído pela Virgem e por São José. Cheios ambos de amor de Deus, amando-se eles mesmos com um amor tão profundo e tão limpo que, longe de precisar de alimento, ele próprio alimentava todos os momentos do dia, e tão delicado e cheio de respeito que tomava desnecessário qualquer artifício, a sua união foi, realmente, o modelo daquilo que deve ser o amor entre esposos.

E não tem valor a desculpa fácil que, às vezes, se pode apresentar para não nos vermos obrigados a procurar uma tal doação: a de que ela era a Virgem Maria, a cheia de Graça, e ele, São José, um homem justo. Porque se tal raciocínio se considera legítimo e dotado de peso suficiente, então será preciso negar a Jesus Cristo a categoria de nosso modelo porque Ele é Deus!

7. ENCONTRARAM MARIA, JOSÉ E O MENINO

Maria e José constituíam um jovem e feliz casal. A sua vida decorria pacificamente em Nazaré, com o sossego próprio de uma aldeia e de gente com poucas necessidades, quando de improviso uma notícia, quase com categoria de acontecimento, rompeu aquela tranquilidade. O imperador de Roma, Octávio Augusto, promulgara um édito ordenando o recenseamento geral em todo o Império. Os judeus, como era costume desde que Moisés os constituiu num povo com peculiar organização depois de os tirar do Egipto, deviam ir recensear-se no lugar de onde era oriunda a sua estirpe. José, portanto, como era «da casa e da família de David» (Lc 2, 4) dirigiu-se a Belém de Judá.

Soubessem ou não Maria e José - e certamente o sabiam - que estava dito na Escritura que o Messias devia sair da estirpe de David e da cidade de Belém, o certo é que José devia cumprir a ordem de recenseamento e empreender a viagem a Belém. Se decidiram que a Virgem o acompanhasse para dar à luz na cidade de David e assim cumprir com a Escritura, ou se José, independentemente desta consideração não se atrevendo a deixá-la só naquele estado tão avançado, que pressagiava um próximo parto, decidiu que fosse com ele, é uma questão até certo ponto indiferente. O caso é que José subiu de Nazaré a Belém «para se recensear com Maria, sua esposa, que estava grávida» (Lc 2, 5).

Havia em Belém uma pousada ou albergaria - *khan* se chamava este tipo de estabelecimento - de características análogas às dos locais públicos para viajantes em toda aquela região. «Tais albergues consistem num pátio rodeado de altos muros. No centro costuma haver quase sempre uma cisterna; à volta, acomodam-se as bestas, camelos que soltam bramidos típicos e burros que zurram; apoiados no muro há uns telheiros onde os viajantes acomodam o seu leito. É frequente que estejam divididos por tabiques, formando compartimentos de modo que entre os pilares aparecem recintos independentes que se podem ceder aos hóspedes (F. M. Willam). Aí, neste albergue ou pousada, onde iam os transeuntes para hospedar-se e ao qual José recorreu, não houve sítio para eles.

Se o termo «sítio» se entende simplesmente como lugar, espaço, então José teve de ir para outra parte porque a capacidade do *khan* não dava para mais, abarrotado como estava naqueles dias por causa do recenseamento. Mas se - como acontece em algumas passagens da Escritura - pela palavra «sítio» se deve entender com mais propriedade, segundo alguns autores, «sítio adequado», então a expressão do Evangelho «por não haver sítio para eles na pousada», tem outro alcance mais profundo. Efectivamente, não era porque não estivesse livre qualquer dos recintos em que teriam podido acomodar-se com um mínimo de independência, além de que, por causa da sua pobreza, não podiam competir com viajantes mais ricos; era porque, evidentemente, não era aquele o sítio adequado para nascer o Filho de Deus feito homem, e quase até menos por Ele do que por causa da sua Mãe. Pois num daqueles recintos - mesmo podendo pagá-lo -, separado por uma suja cortina ou esteira do pátio comum onde jaziam os animais mal-cheirosos, sem poder deixar de ouvir a linguagem por demais livre - se não reles - e as expressões grosseiras dos condutores de camelos e traficantes; com a algaraviada diurna - e talvez também nocturna - de um pátio em que entravam e saíam homens e animais ..., que paz, que intimidade poderia encontrar a Virgem para aquele grande momento do nascimento do seu Filho?

Foi, sem dúvida, desígnio providencial de Deus que não encontrassem sítio na estalagem. Foi um acidente afortunado que não achassem aí acomodações. Deus não quis que o seu Filho nascesse no meio dos ajuntamentos e da sujidade de um daqueles albergues públicos onde a Virgem Maria se teria visto exposta, não só à curiosidade daqueles que nada tinham a ver com o grande acontecimento como também ao mal-estar que a falta de paz e de intimidade familiar lhes podia ocasionar com tanto estrépito de viajantes como os que pululavam pelo pátio a toda a hora. Assim, Deus providenciou de outra maneira. Havia nos arredores de Belém umas grutas que serviam - as maiores - como estábulos ocasionais, de passagem, para abrigo de algum gado; daqui que em alguma delas existisse até mangedoura. Se tinham às vezes capacidade para acolherem três ou quatro animais, eram bastante grandes para proporcionarem asilo a duas ou três pessoas num momento de aflição extrema. E era este o caso de Maria e José.

Foi José que, por si mesmo ou por indicação desinteressada de algum benévolo informador, encontrou o sítio adequado. Não se tratava de uma situação que se pudesse resolver deixando que a preocupação fosse crescendo na mente e alimentando-se da sua própria substância, nem José podia deixar o tempo correr enquanto o problema se tornava premente. Não é bom, nem serve para nada, deixar que as preocupações se vão amontoando dentro de nós, inchando até estalar, porque isso não remedeia nada. Visto que o albergue público, naquelas circunstâncias, não servia, pôs-se a procurar logo outro «sítio adequado». E como sempre que se procura se acaba por encontrar, também ele soube ver numa daquelas grutas naturais a solução do seu problema. Sabia o que a Virgem necessitava e, ao olhar com olhos atentos e o pensamento posto naquilo que requeria a situação que se avizinhava, descobriu o remédio que Deus lhe tinha preparado, e que noutras circunstâncias talvez não tivesse visto.

Não era grande coisa, sem dúvida, mas uma vez limpa, a gruta torna-se muito melhor de que a ruidosa pousada, com o seu cheiro a humanidade e a esterco de cavalgadas e o contínuo ir e vir. Aqui pelo menos, a Virgem podia dar à luz, senão nas melhores condições materiais, pelo menos com a independência necessária para assegurar a intimidade e o decoro que requeriam a modéstia da Virgem e a grandeza do mistério.

Ali se instalaram até que chegou o momento, não muito depois da sua chegada a Belém. E então, «quando um profundo silêncio envolvia todas as coisas, e a noite estava no meio do seu curso, a vossa palavra onipotente desceu dos céus e do trono real» (Sap. 18, 14-15). Alguns autores falam da delicadeza de José que, ao chegar a hora do parto saiu para fora, como sentinela diante da porta, velando o nascimento e respeitando a intimidade daquele primeiro encontro da Mãe com o seu Filho.

Não é possível sabê-lo. O Evangelho, com o seu habitual laconismo, apenas diz que «deu a luz a seu filho primogénito» (Lc 2, 7). São Paulo descreveu o acontecimento na sua carta aos Gálatas, com muita maior força e um certo tom rotundo: «Quando chegou a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, feito da mulher, feito sob a lei (Gal 4, 5). E José estava ali, na plenitude do tempo, escolhido por Deus para contemplar aquele prodígio que se realizou com tanta naturalidade na solidão e no silêncio.

«O que está a acontecer no estábulo, na gruta da rocha, tem uma dimensão de profunda intimidade: é algo que acontece *entre* a Mãe e o Menino que vai nascer. Ninguém de fora tem entrada. Mesmo José, o carpinteiro de Nazaré, permanece como testemunha silenciosa». Estas palavras foram pronunciadas pelo Papa João Paulo I I na sua homilia da Missa da Noite de Natal de 1978 e dizem muito sobre o mistério de Belém. Porque verdadeiramente houve desde o princípio, desde o próprio instante da Encarnação do Filho de Deus, uma relação única e particularíssima entre Jesus e a Virgem, tão íntima e pessoal que excluía totalmente a outras pessoas, uma relação da que ninguém podia participar, mas da qual foi permitido a um homem, somente a um homem, ser testemunha. E este homem foi José, um homem humilde e, segundo os juízos do mundo, não grande coisa. Mas este homem teve uma intimidade com Jesus e Maria como nenhum outro teve.

Mas a sua intimidade com Jesus era outro modo de intimidade, outra relação, não como a da Virgem. No caso de José, o respeito que inspira o conhecimento do mistério, impunha uns limites que aquele homem justo, jamais ultrapassou porque sabia que não era protagonista. A Virgem Maria podia ir, e de facto foi, neste terreno, muito mais longe do que ele; e ela, não ele, pôde dizer a Jesus, anos volvidos, «Filho, porque te portaste assim connosco?» sem medo a ultrapassar os seus limites ou a ir mais longe do que lhe era permitido, do mesmo modo que, anos depois, se dirigiu em Caná de Galileia aos servidores das bodas, enviando-lhes Jesus: «fazei o que Ele vos disser» sem a mais leve dúvida de que podia colocar Jesus perante esta situação.

E isto foi assim porque o mistério dizia respeito, sobretudo à Mãe e ao Filho; José participou dele *depois*, quando já existia a profunda e misteriosa relação entre Jesus e a Virgem. José participou do mistério pelo conhecimento que lhe foi dado mediante a revelação do anjo em ordem à missão que devia cumprir acerca daqueles dois seres excepcionais; mas mesmo participando dele, e nele, em grau superior a qualquer outra criatura, a ele só lhe dizia respeito desde fora, pois era o esposo de Maria. A José não lhe foi pedido previamente um sim pois quando soube, já se encontrava em relação directa - embora não como a Virgem - com o mistério. Daí que, em tudo o que não lhe correspondia, em tudo o que ultrapassasse os limites

que definiam a peculiar missão para que tinha sido chamado, o seu papel fosse apenas o de uma testemunha silenciosa.

Testemunha, portanto, não para dar fé daquilo que sabia, não para comunicar a outros um facto, mas sim simplesmente para o contemplar. Outras testemunhas, e não silenciosas, procuraria Jesus mais adiante, para que dessem testemunho das coisas que tinha visto e ouvido, da sua doutrina e dos seus milagres e especialmente da sua ressurreição. Mas José não estava chamado a ser esta espécie de testemunha; ele não tinha que comunicar nada a ninguém mas apenas estar presente acompanhando Jesus e Maria, sem nunca os deixar sós.

E ali esteve ele, calado, atento e admirado, e naquele instante em que a sua esposa lhe mostrou o seu Filho, que era o Filho de Deus feito homem, que era o seu Senhor. Ele, José, foi o primeiro a contemplá-lo, o primeiro a adorar aquele menino que de modo tão prodigioso - e isto ele o sabia muito bem - tinha vindo ao mundo, mas sem dizer nada a ninguém da felicidade inexprimível que lhe tinha sido dado experimentar ao segurar nos seus braços o Redentor do mundo.

A seguir, foi também testemunha silenciosa e feliz da chegada daqueles pastores que, depois de terem visto e escutado o anjo que lhes anunciou «uma boa nova, que será de grande alegria para todo o povo» (Lc 2, 10) tinham dito uns aos outros: «Vamos a Belém ver o que é que o Senhor nos manifestou» (Lc 2, 15). Viu-os espreitar a gruta, meio tímidos, meio curiosos; contemplar o «menino envolto em panos e deitado numa manjedoura» (Lc 2, 12). Ouviu-os explicar à Virgem a aparição do anjo que lhes comunicou o nascimento do Salvador em Belém, e o sinal pelo qual o conheceriam, e como uma multidão de anjos se haviam reunido com o primeiro para glorificar a Deus e prometer na terra paz aos homens de boa vontade.

Testemunha feliz, mas não assombrada de mais, talvez. Ele não tinha chegado a ouvir uma multidão de anjos entoando louvores a Deus, mas sabia por experiência que aquilo que os pastores afirmavam não era apenas possível como até real; ele também poderia contar alguma coisa a esse respeito, e dos efeitos que as palavras ditas por um anjo, da parte de Deus, deixavam na alma; paz em primeiro lugar, uma paz que - como depois diria

claramente Jesus - o mundo não podia dar e uma alegria profunda e serena, inexprimível por ser intensa e limpa. Claro que não seria uma alegria tão comunicativa como a dos pastores, pois eles foram por aí a contar a todos os que quiseram ouvi-los «e todos os que ouviram, se admiraram» (Lc 2, 18) enquanto que José nunca comunicou o seu segredo senão à Virgem; mas nem por isso foi a sua alegria menos alegre, embora por tê-la guardado no seu interior talvez fosse mais duradoira.

Ele também contemplou a felicidade radiante daquela que era sua esposa, dessa maravilhosa mulher que lhe tinha sido confiada. Ele viu e alegrou-se em ver como ela contemplava o seu Filho; viu a sua felicidade, o seu amor transbordante, cada um dos seus gestos, tão cheios de delicadeza e significado.

E o Menino, Filho Unigénito de Deus que se revelava aos homens «naquele corpo, como um de nós, pequeno infante, em toda a sua fragilidade e vulnerabilidade. Sujeito à solicitude dos homens, confiado ao seu amor, indefeso. Chora, e o mundo não o sente, não o pode sentir. O choro de uma criança recém-nascida quase não se consegue ouvir a poucos passos de distância (João Paulo II)». Mas então, mais do que sujeito à solicitude dos homens, sujeito à solicitude de um homem, confiado ao seu amor; pois José, aquele homem justo, tinha sido escolhido como esposo de Maria para que velasse pelo Menino indefeso que tinha vindo a este mundo; ele seria a fortaleza daquela criança frágil, incapaz de se valer a si mesmo, que tinha querido depender da sua fidelidade e descansar nos seus braços, braços que o trabalho tinha feito fortes, e o amor seguros.

E ele sim que podia ouvir o choro do Menino, pois estava perto e à sua volta e dentro de si tudo era silêncio, e porque estava sempre presente e atento, pronto a acorrer depressa e para o servir, a Ele e à sua Mãe, em cada momento. Tomou tão a sério a sua responsabilidade, que nunca esteve longe d'Ele. Para falar verdade, nem sequer esteve nunca tão metido noutras preocupações que ficasse longe d'Ele. Sabia que a sua razão de ser era aquele Menino, precisamente enquanto menino, isto é, enquanto desvalido.

Talvez por isso temos tão pouca sensibilidade para tudo o que a esse Menino se refere. Nunca estamos suficientemente perto dele para o ouvirmos chorar ou rir, para olhá-lo nos olhos e adivinhar pela sua

expressão se precisa de alguma coisa, se nos agradece algum serviço ou simplesmente a nossa companhia, se nos recrimina com tristeza a nossa frialdade ou indiferença. Não podemos vê-lo ou ouvi-lo porque estamos longe demais ou talvez até porque estamos a olhar para outro lado.

Hoje, por desgraça, dá-se bastante esta atitude, principalmente para com Ele. Às vezes ouvimos dizer que o mundo contemporâneo, esse mundo que está a viver as últimas décadas do segundo milénio, está com fome de Deus e talvez seja assim. Mas se o é, está tão dissimulada que quase parece o contrário. Pois o que parece é que os homens não se preocupam já muito com aquele Menino que nasceu em Belém «quando um profundo silêncio envolvia todas as coisas» e se olharmos com atenção, nem mesmo pelas crianças em geral. Parece como se este mundo de hoje não gosta muito de crianças e o procedimento que descobriu para que deixem de chorar é impedir que nasçam, para o que deu mostras de grande talento, a julgar pelas maneiras como agiu e pelos resultados que obteve. Porventura os homens de hoje estarão tão longe, ou tão ocupados nos seus afazeres, que nunca viram a maravilha que é uma criança ou, no pior dos casos, negam-se a olhar para ela, não aconteça que, ao verem a sua fragilidade, tão desvalida e necessitada, o seu desamparo os torture e lhes roube o descanso para sempre; ou talvez seja simplesmente medo. Medo de que a sua contemplação lhes faça abandonar o seu egoísmo e, ao compadecerem-se, tenham de mudar de vida. Não sabemos, mas de facto parece como se preferissem mais as coisas, o dinheiro, as comodidades ou qualquer outra bagatela, do que crianças.

Pelo contrário, naquela gruta escavada na rocha, a presença de um Menino fazia esquecer a carência de tudo. Ao fim e ao cabo, tendo-o a Ele, quem poderá recordar o restante, quem será capaz de sentir a falta seja do que for? Temos hoje a possibilidade, cada vez maior, de nos apossarmos dos bens da terra. Não tem limites aquilo que alguns desejam do mundo, e isto é uma estupidez pois saboreamos mais o pouco do que o muito. Um pouco de calor conforta mais do que um inferno de fogo, uma leve brisa de ar fresco alivia mais do que um gélido furacão. Mas os homens parecem ter perdido o sentido da proporção e nunca se conformam com a medida precisa, pois nada lhes parece suficiente. Por não saberem dizer basta às coisas passageiras, às vezes carregam com elas até se tornarem fardos

pesadíssimos; e por andarem distraídos com tais disparates, vão destruindo a sua capacidade de contemplar a Deus, que se nos revela constantemente, mesmo através de minúsculos acontecimentos diários como o choro, o riso ou os sons que uma criança emite quando parece querer dizer alguma coisa.

Ou então, sentem-se frustrados por não conseguirem aquilo que a sua ambição deseja, ou feridos no seu orgulho quando têm que andar atrás de outros. Isto mantém-nos tão ocupados que ignoram tudo o resto e, às vezes, todos os outros. Tornam-se incapazes de uma intensa e sossegada alegria.

José, pelo contrário, na escuridão do seu segundo plano, sem se fazer notar, toma como coisa natural e devida a adoração ao Menino as deferências para com a Mãe e o pouco ou nenhum caso que fazem dele. Aqui reside uma não pequena parte da sua grandeza: nunca espera nada para si mesmo. Mas quando chega o momento de dar, aí está ele, ocupando o primeiro posto. Na responsabilidade e no trabalho, no esforço e no dever, jamais aparece como espectador, sempre como protagonista.

Certo é que, quando teve que limitar-se a ser apenas um espectador, foi um espectador muito peculiar, essa espécie de espectador que, mais do que olhar, contempla - que é um olhar com alegria e entrega - e por isso é conhecido pelo nome de contemplativo. Contemplava Jesus, e esta sua contemplação não era mística mas sim real e directa. E contemplava, não o Jesus glorioso mas o Jesus desvalido; e por isso a sua contemplação era daquela espécie que leva à acção, pois a necessidade do Senhor reclama a ajuda dos homens. A acção, não ao activismo, já que o activismo é incompatível com a contemplação que sempre é sossegada, e qualquer sossego fica destruído no meio da agitação que acompanha a actividade irreflectida daquele que se apressa como se o mundo lhe fosse escapar das mãos ou as coisas se fossem desvanecer.

Talvez por isto estejamos a viver numa época tão indigente, com tanto vazio nas almas, tanta palavra oca e tanta informação inútil. Porque útil, realmente útil, é a informação que os pastores receberam do anjo: «nasceu-vos hoje um Salvador». Palavra não oca mas repleta de significado é aquele «Menino reclinado numa mangedoura», o Verbo de Deus feito carne. E um homem, José, com tal densidade interior que é modelo de contemplativos, e força na qual se puderam apoiar o Menino e sua Mãe.

8. A QUEM PORÁS O NOME DE JESUS

Depois do nascimento, e antes que chegassem os Magos para adorar o nascido Rei dos judeus, São Lucas menciona dois acontecimentos nos quais José desempenhou um certo papel, embora não seja aludido nominalmente. Um papel obscuro, quase rotineiro, que cumpriam todos os pais em Israel. Quase sem importância para um maior conhecimento de São José mas que talvez a nós nos venha ensinar alguma coisa e até quem sabe se não nos ajudará a conhecermo-nos um pouco melhor.

Estes factos, tratados por São Lucas com desigual extensão, são a circuncisão e a apresentação de Jesus no templo. Se este episódio parece ter maior importância, isso deve-se, à parte outras considerações, à intervenção do velho Simeão, que profetizou acerca de Jesus e da sua Mãe, na presença de José. Por isso, a narração é mais extensa e proporciona maior quantidade de dados.

Todo o varão era integrado oficialmente no povo escolhido mediante o rito da circuncisão, que constituía o sinal da aliança de Deus com o seu povo. Datava do tempo de Abraão, a quem o Senhor dissera: «Eis o pacto que haveis de guardar tu e a tua posteridade depois de ti: todo o varão será circuncidado. Circuncidareis a carne do vosso prepúcio e este será o sinal da aliança entre mim e vós. O Menino de oito dias será circuncidado entre vós, nas vossas gerações» (Gen 17, 10-12).

São Mateus omite este momento da infância de Jesus; São Lucas assinala-o muito brevemente: «Depois que se completaram os oito dias para ser circuncidado o Menino, foi-lhe posto o nome de Jesus, como lhe tinha chamado o anjo, antes de ser concebido (Lc 2, 21).

A circuncisão constituía um momento importante na vida do menino, até ao ponto de que tinha primazia sobre o preceito do descanso sabático e só em perigo de morte, pela fraqueza da criança, podia haver pretexto para atrasá-la. E era importante por uma dupla razão: Ao ser a sua incorporação no povo que Deus tinha formado para si - não se circundar equivalia a romper com o pacto e ser apagado de entre o povo -, a circuncisão tornava-

o participante da promessa e o que é mais, também em depositário e transmissor dela, pelo menos em certo sentido; e pela imposição do nome, começava a criança, por assim dizer, a sua própria vida como se principiasse aí a ser ele mesmo, a ter uma personalidade.

O acto tinha lugar, não na sinagoga mas na casa onde vivia a criança com os seus pais, e o ministro da circuncisão era uma espécie de praticante ou cirurgião, habilidoso no ofício, normalmente encarregado de a efectuar. Era feita em nome do pai; requeriam-se testemunhas e um padrinho e procedia-se de acordo com um determinado rito no qual o pai tinha uma breve intervenção. O ministro da circuncisão dizia: «Bendito o Senhor, nosso Deus, que nos santificou com os seus preceitos e nos mandou a circuncisão». Pronunciadas estas palavras, o pai da criança respondia: «Que nos santificou com os seus preceitos e nos mandou que introduzíssemos o menino na aliança de Abraão, nosso pai».

Verificada a circuncisão, procedia-se à imposição do nome. Como esta dupla cerimónia tinha lugar em casa, aí se reuniam os parentes. Neste caso, porém, não é provável que tenha havido grande festa pois se existissem parentes em Belém, talvez que a Virgem não tivesse tido que dar à luz numa gruta dos arredores. Não existindo elementos, explica-se facilmente que não exista acordo sobre o lugar da circuncisão: se foi no lugar onde Jesus nasceu, no sítio onde temporariamente Maria e José se tinham refugiado, ou se se mudaram para uma casa de Belém; S. Epifânio inclina-se pelo primeiro e parece ser este o mais provável.

Aqui, na imposição do nome, tinha o pai, como cabeça de família, uma função principal. Era ele quem dava o nome pois era quem tinha a autoridade na família, quem dizia o que, a seus olhos, era aquele novo membro do povo eleito, pois todo o nome tinha um significado. Porém, neste caso, surge uma ligeira dúvida já que S. Lucas não diz que José como cabeça da família lhe dera o nome de Jesus, mas que quando foram cumpridos os oito dias sobre o nascimento *lhe deram* o nome de Jesus, imposto pelo anjo antes de ser concebido.

«Deram-lhe». Quem? A referência tem que ser necessariamente a José e a Maria pois nenhuma outra pessoa tinha a ver com isto. Com efeito, na revelação do plano divino sobre a Virgem, na Anunciação, o arcanjo havia-

lhe dito: «... e darás à luz um filho a quem porás o nome de Jesus». E naquilo que podemos também chamar anúncio a José, o anjo que lhe revelou os desígnios de Deus, utilizou quase as mesmas palavras que Gabriel: «dará à luz um filho a quem porás o nome de Jesus». A ambos, pois, foi dado o encargo de pôr o nome ao Menino. Mas não um nome escolhido por eles, não um nome qualquer de acordo com os seus gostos ou preferências. Precisamente o nome que o anjo tinha revelado, o que indicava aquilo que o Menino realmente era, e o que significava dentro do povo eleito: Jesus, quer dizer, o Salvador. Ele tinha que salvar os homens, era fonte e causa da salvação.

Então, tendo presente que se encontrava num lugar fora da sua residência habitual, que - como é opinião generalizada - não estavam presentes os parentes e familiares na cerimónia mas apenas estranhos, não parece congruente que a Virgem fizesse uma acção tão estridente como a de se pôr ao nível do chefe de família numa sociedade onde cada qual tinha o seu sítio bem definido e desse, com José, o nome que o pai devia impôr.

De resto, é geral o comentário que sublinha como, apesar de não estarem sob a Lei, tanto Jesus como a Virgem se submeteram aos seus preceitos, do que é boa prova, não só a circuncisão, mas também a apresentação de Jesus no templo e a purificação de Nossa Senhora. No que respeita à circuncisão S. Tomás deu algumas boas razões pelas quais era conveniente que Jesus se submetesse à Lei apesar de estar acima dela: mostrar que tinha um corpo de carne, provar que era da linhagem de Abraão, tirar aos que não o quisessem reconhecer o pretexto de que era um incircunciso, submeter-se à Lei para que aprendessemos a obedecer ... e também para que «observemos as coisas que nos nossos tempos estão prescritas» (*Sum. Th III, q.17 a 1 ad 2*). Mais tarde, Frei Isidoro de Isolano, que na primeira metade do século XVI escreveu a *Suma dos dons de São José*, ao tratar do «dom de imposição do santíssimo nome de Jesus», raciocinou assim: «sendo costume que o pai tivesse a autoridade para impôr o nome ao seu filho, segue-se que foi o Pai quem o impôs ao Filho ao encarnar. Este nome foi revelado por Gabriel a Maria e por um anjo a José. José, ao impôr o nome, revelou ao mundo um segredo divino, fez as vezes do Pai Celeste». E termina citando um *comentário* a São Lucas: «Não convinha que nome tão glorioso fosse pronunciado antes por nenhum

homem mas por um ser mais excelente, para que não se julgasse o homem autor dele. E pela mesma razão convinha que aquele que impusesse o nome fosse mais excelente do que os outros». No que ficou patente a qualidade que José tinha aos olhos de Deus.

Hoje não costumamos dar muita importância aos nomes. Importa alguma coisa o chamar-se de um modo ou de outro desde que seja possível distinguirem-se uns dos outros? Quando no Baptismo se impõe um nome, o comum é escolher-se o do pai ou da mãe ou o dos avós - também era costume entre os judeus procurar o nome entre os familiares, segundo se vê no Evangelho quando foi preciso impô-lo a João Baptista - ou o do santo desse dia, ou o de algum santo da devoção dos pais. Às vezes, também, se escolhe um nome simplesmente porque agrada. Em qualquer caso, geralmente, o nome não diz nada que tenha realmente a ver com a pessoa que o leva. E não deixa de ser notável que, com frequência, uma alcunha, acaba por descrever uma pessoa melhor do que o seu próprio nome. Se dizemos António ou Marcelino ou Maria ou Sara, não estamos a mostrar nenhum carácter particular daqueles que levam tais nomes, excepto o de indicar que se trata de um homem ou de uma mulher. Mas se, ao aludir a alguém lhe chamamos «O silencioso» ou «a sardenta», ou «a perfeitinha», ou «O jeitoso», então estamos a indicar alguém que se caracteriza por uma qualidade suficientemente perceptível para podê-lo distinguir de outros que se chamem da mesma forma, pois é tão peculiar que basta para mostrar quem é.

A verdade é que o nome existe, pelo menos em princípio, para indicar o que uma coisa - ou uma pessoa - é. «Os nomes - disse Tomás de Aquino - devem corresponder às propriedades das coisas (*Sum. Th.*, 1 11, q. 37, a. 2) e Aristóteles na sua *Metafísica* declara que «O conceito significado pelo nome é a sua definição». Um nome é significativo, significa algo. Quando se lê no Génesis (2, 19 e s.) que Adão deu nome a todos os animais, o que fez foi dizer o que cada um era e à mulher, assim que a viu, chamou-lhe i; sã, mulher, por ser tirada do varão i; (Gen 2, 23) [1], designando-a pela sua natureza. Mas quando o nome já vem imposto por Deus, então esse nome guarda uma profunda relação com aquilo que na sua mais funda realidade, aquele homem é; com o essencial, com o que constitui a raiz do seu ser. Isto vê-se com facilidade em não poucos momentos. Sem

precisarmos de ir buscar casos como o de Oseias, a quem Deus mandou que pusesse aos seus filhos nomes que mostrassem a relação de Deus com o povo («Põe-lhe o nome de *Lo-Anmi*, porque vós já não sois o Meu povo e Eu não sou o vosso Deus», Os 1, 9), podemos reparar por exemplo, em Abraão. Foi Abram até que Deus lhe mudou o nome ao confirmar a aliança com ele: «Eis aqui o meu pacto contigo: serás pai de uma multidão de povos e não te chamarás já Abram mas sim Abraão porque eu te farei pai de uma multidão de povos (Gen 17, 5). Ou, no caso do último dos filhos de Jacob, Benjamim (filho da felicidade, nome dado por Jacob), antes Benomi (filho da minha dor, nome dado por sua mãe, Raquel) (Gen 35, 8).

Assim, o nome de Jesus, ao significar Salvador, indicava aquilo que Jesus era. Há neste caso uma profunda unidade entre a pessoa de Jesus e a sua missão, e o seu nome é santo e tem uma virtude que não foi concedida a nenhum outro. Por ter-se humilhado e «feito obediente até à morte, e morte na cruz», Deus «exaltou-o e deu-lhe um nome que está acima de todos os nomes, para que ao nome de Jesus, dobre o joelho tudo quanto há nos céus, na terra e nos abismos (Phil 2, 8-10).

Foi em nome de Jesus Nazareno que Pedro ordenou ao homem paralítico que estava na porta do templo chamada Formosa: «Caminha!» (Act 3, 6). E quando no dia seguinte se reuniram os escribas, os anciãos e os príncipes para pedir-lhe contas daquilo que tinham feito, perguntando «com que poder ou em nome de quem fazeis vós isto?», Pedro, «cheio do Espírito Santo», com o respeito devido às autoridades do seu povo mas com clareza e simplicidade, respondeu: «seja manifesto a todos vós e a todo o povo de Israel que é em nome de Jesus Nazareno que (...) ele se encontra agora são entre vós». Em nome de Jesus, a quem eles haviam crucificado, e que de pedra rejeitada se tinha tomado em pedra angular, já que «em nenhum outro há salvação, pois nenhum outro nome nos foi dado sob o céu e entre os homens, pelo qual possamos ser salvos (Act 49 e sg). Um nome adorável porque é salvação, porque designa o que Jesus é: o Salvador. Não há outro.

Se cada nome é único e irrepitível; se cada um é chamado à vida e nasce com um conjunto de talentos; se ao longo da existência Deus vai concedendo a cada homem ou mulher um rosário de graças, nada disto é por puro acaso ou por capricho infundado de Deus. Tem a ver com o plano

que Deus traçou *ab aeterno* sobre o universo, e mais concretamente com a Redenção. E se o nome tem a sua razão de ser no designar aquilo que cada coisa é, Deus deve ter um nome para cada um. Ou talvez seja melhor dizer que cada um tem um nome único e irrepitível, conhecido por Deus, que indica o que tal homem ou mulher é aos olhos de Deus, em ligação com a finalidade específica pela qual foi chamado à vida, em relação com a sua vocação peculiar, quer dizer, com o papel que está chamado a desempenhar na grande obra da Redenção. E esse nome que só Deus conhece, expressa aquilo que de mais profundo, pessoal e essencial há em cada um, esse algo onde radica a identidade da pessoa e que não tem, na generalidade dos homens, grande coisa a ver com a imagem que os outros vêem ou que cada um contempla de si mesmo. Não é o nome que corresponde à imagem, disfarce ou máscara, essa falsa personalidade que todos nós adquirimos pelo pecado original e pelos pecados pessoais, assim como pela contínua afirmação do «homem velho» através do crescimento do «eu», mas ao ser genuíno que está por debaixo do disfarce, máscara e imagem e que, com a ajuda da graça, se vai mostrando paulatinamente por obra da cruz de Cristo. Quem se nega a si mesmo para afirmar Jesus Cristo e assemelhar-se a Ele, quem não tem medo de perder a sua vida para ganhá-la, quem é capaz de enterrar-se e morrer como o grão de trigo, esse vai-se desprendendo da crosta de falsidade e artifício que a herança que nos legou Adão fabricou no homem, ao mesmo tempo que paulatinamente, se vai descobrindo o ser restaurado pela graça que cada um é na mente divina.

O nome que levamos e pelo qual somos conhecidos, é fictício e artificioso, convencional. Só Deus sabe o que realmente somos de verdade, e é ele o único que verdadeiramente nos conhece e pode chamar-nos pelo nome que propriamente nos convém. «*Ego vocati te nomine tuo: meus es tu*» (Is 43, 1). E também nós, algum dia, conheceremos esse nome e então saberemos quem somos de verdade, qual é a nossa peculiar identidade, porque esse nome designará a essência do nosso ser. «Darei ao vencedor do maná escondido, dar-lhe-ei uma pedrinha branca e um nome novo escrito na pedrinha que ninguém conhece senão quem o recebe» (Apc 2, 7). Ninguém, senão Deus e aquele que a recebe pois - como diz Santo Tomás - se ninguém pode chegar a apreender a essência das coisas, ninguém poderá também dar a cada coisa o seu nome *essencial*, aquele que na verdade exprime a sua última e mais profunda realidade: o que é na mente de Deus.

E esse nome novo, o verdadeiramente seu, de tal maneira corresponderá ao homem novo restaurado por Cristo que será digno de figurar ao lado do nome divino, tal é a força do Salvador: «Ao que vencer fá-lo-ei uma coluna do templo do meu Deus, e não sairá jamais dele. Escreverei sobre ele o nome do meu Deus e o nome da cidade de meu Deus, a nova Jerusalém, que desce do Céu vinda do meu Deus e o meu novo nome» (Apc 3, 12). E ainda há mais, se é que isto é possível, pois esse novo nome terá tal substantividade ou será tão de acordo com os desígnios salvíficos de Deus e tão conformado com o Salvador, que ainda se tornará objecto do seu mais explícito reconhecimento de perdurabilidade «Aquele que vencer será revestido com vestes brancas, e eu não apagarei o seu nome do livro da vida e confessarei o seu nome diante de meu Pai» (Apc 3, 5).

Mas é preciso vencer. Este novo nome está sempre vinculado ao que vence, tendo porém em conta que não se deve considerar vencedor quem o é apenas aos olhos dos homens mas o que o é aos olhos de Deus. Sobretudo, é vencedor, somente o que alcança vitória sobre si mesmo e sobre o mundo o demónio e a carne. Um vencedor no estilo de José de Nazaré, que venceu de tal modo todas as forças do mal, tudo o que se opunha à vontade divina, tudo o que atentava contra o cabal cumprimento da missão que Deus lhe confiara e para a que tinha vivido, que a sua morte foi o nascimento para a Vida. Pois só aqueles que vivem têm nome, um nome novo. Não assim os condenados, que não têm nome pois carecem de identidade. Existem mas não vivem porque foram atingidos por aquilo que no Apocalipse se chama a «segunda morte» que é a morte eterna.

E há no mundo muitos a quem lhes é possível aplicar, com toda a justiça e verdade, aquela frase do Apocalipse: «conheço bem as tuas obras, sei que tens a reputação de que vives e estás morto» (Apc 3, 1). Com José aconteceu exactamente o contrário. Aos olhos do mundo, não existia. Um carpinteiro de aldeia, apenas conhecido naquele pequenino canto do mundo como um entre tantos da sua aldeia, cujo trabalho nem sequer excedia os limites de um reduzido espaço; um homem tão corrente que viveu confundido com a multidão de gente anónima, corrente como ele.

E eis como, à medida que o tempo vai correndo, a sua figura cresce, e cada vez aparece com mais nitidez a extraordinária qualidade deste homem

justo, deste homem que não contava para ninguém e que, contrariamente a muitos outros, parecia ter nome de morto, de inexistente, vivendo porém diante de Deus com uma intensidade inimaginável para o mundo; com uma vida tal que foi escolhido para impôr o nome Àquele pelo qual todos vivem. E por isso tem agora um nome novo que só Deus e ele conhecem e que é para ele motivo de glória.

[1] Em hebraico homem «is» e mulher «issa» formam uma paranomásia que não se pode reproduzir em português. (N.T.).

9. SIMEÃO ABENÇOOU-OS

A apresentação de Jesus no templo e a purificação de Nossa Senhora constituíram duas cerimónias diferentes e independentes e obedeciam a preceitos diversos da Lei. A apresentação era a expressão do direito de Deus sobre todos os primogénitos segundo especificava o Êxodo. «Falou Yavé a Moisés e disse-lhe: Consagra-me todo o primogénito; todo o primogénito de entre os filhos de Israel, tanto dos homens como dos animais, porque todos são meus» (Ex 13, 1 e 2). Mas não era só consagração, era também resgate: «também resgatarás todo o primogénito de teus filhos. E quando o teu filho te perguntar um dia «que significa isto?» dir-lhe-ás: «com a sua poderosa mão, tirou-nos Yavé do Egipto, da casa da servidão. Como o Faraó se obstinava em não nos deixar partir, Yavé matou todos os primogénitos na terra do Egipto, desde os primogénitos dos homens até aos primogénitos dos animais. Por isso eu sacrifico a Yavé todos os primogénitos dos animais e resgato todos os primogénitos de meus filhos ...» (Ex 13, 13-15).

A pertença a Deus dos primogénitos vinha por duas vias: por serem as primícias - todas as primícias deviam ser oferecidas a Deus como expressão do senhorio de Deus sobre todas as criaturas - e por ser chefe de família, pois eram eles os que, na sociedade patriarcal, actuavam como sacerdotes, no sentido de que lhes competia oferecerem sacrifícios e manter vivo o culto a Deus. Quando Deus determinou que o sacerdócio fosse exercido pela tribo de Leví, disse a Moisés: «Conta os primogénitos varões dos filhos de Israel com mais de um mês de vida, e farás a soma deles. Tomarás para mim os levitas, em lugar de todos os primogénitos dos filhos de Israel» (Num 3, 40-41). Mas como o número de primogénitos excedesse o dos levitas, mandou Deus resgatá-los por «cinco siclos por cabeça».

Não estava prescrito o tempo em que devia fazer-se a consagração e o consequente resgate do primogénito.

Assim como a apresentação dizia respeito ao filho, a purificação afectava a mãe. Quando uma mulher dava à luz um varão ficava legalmente impura durante os sete dias seguintes ao parto. No oitavo o menino era

circuncidado mas «ela ficará ainda em casa durante trinta e três dias (...); não tocará em nada que seja santo nem irá ao santuário até que se cumpram os dias da sua purificação» (Lev 12, 1 e sg). Cumpridos estes, devia purificar-se mediante o oferecimento de «Um cordeiro novo em holocausto, e um pombo ou uma rola em sacrifício pelo pecado». Se, pela sua pobreza não podia oferecer um cordeiro, então podia substituí-lo por outra rola ou outro pombo. Então, um seria «para o holocausto e o outro para o sacrifício pelo pecado; o sacerdote fará por ela a expiação, e será pura». Não era indispensável que a mãe fosse pessoalmente à cerimónia. Podia o esposo oferecer o sacrifício em seu nome, ou mesmo um terceiro.

Quando, como neste caso, o casal vivia perto de Jerusalém (e Belém estava a uns nove quilómetros), embora não fosse indispensável ir ao templo para cumprir com qualquer dos preceitos, os judeus piedosos costumavam subir ao santo lugar para cumprir a Lei. De modo que, «assim que se completaram os dias da purificação (...) levaram-no a Jerusalém para o apresentar ao Senhor, segundo o que está escrito na Lei do Senhor: «todo o varão primogénito seja consagrado ao Senhor», e para oferecer em sacrifício, conforme o que também está escrito na Lei do Senhor, um par de rolas ou dois pombinhos» (Lc 2, 22-24). Como outros casais jovens que levavam também o seu filho, Maria e José entraram pela porta oriental chamada *Formosa*, que se abria no átrio das mulheres e foram até à que dava para o átrio dos judeus, onde um sacerdote costumava aguardar a chegada dos que vinham apresentar o primogénito e proceder à purificação da mãe.

Era o pai quem assumia o dever da apresentação e do resgate. José foi, pois, o protagonista deste rito que exprimia, não só a consagração a Deus do primogénito mas também a acção misericordiosa de Deus para com o seu povo, libertando-o do cativo e da servidão, quebrando a resistência do Faraó, mesmo à custa dos primogénitos dos egípcios; e por último a dispensa de servir nos ofícios sacerdotais ou levíticos mediante o pagamento de cinco ciclos de prata.

Mas neste caso, nem tudo correu como nos outros. Em primeiro lugar, Jesus não estava sujeito à Lei, mas acima dela e Maria não tinha necessidade de se purificar porquanto tinha concebido, dado à luz e

permanecido Virgem intacta. Não obstante, e uma vez que tais prodígios não eram públicos e deviam permanecer velados, cumpriram a Lei como se o Menino e a sua Mãe não fossem o autor da graça e a cheia de graça. Não convinha que, mais adiante, alguém pudesse dizer de Jesus que era prevaricador da Lei ou da Virgem que permanecia legalmente impura.

Mas se a apresentação tinha neste caso um sentido, pois Ele viera para consagrar ao Pai, não só a sua vida, a sua morte e a sua ressurreição, mas também todas as realidades humanas que, por ele e dele recebiam uma especial aptidão para serem elevadas acima do seu simples significado natural.. já não a tinha tanto o resgate. Propriamente, não foi resgatado. Ou quando muito, foi-o da modalidade que tinha a consagração do primogénito a Deus na antiga Lei. Ele exerceu uma função sacerdotal única, fonte de todo o sacerdócio propriamente dito e do que o anterior a ele era apenas figura. Ele vinha, como Sacerdote eterno, oferecer-se a si mesmo em holocausto pelo pecado e resgatar todos os homens do poder do maligno.

Assim José foi, sem ser sacerdote, o primeiro que ofereceu a Deus, uma hóstia pura, santa, imaculada, o Verbo encarnado nas entranhas de Maria sua esposa, e nunca o mundo vira, até então, oferecer-se a Deus nada de tão valioso. Parece como se Deus tivesse disposto as coisas para que o último patriarca voltasse a exercer as funções quase sacerdotais que exerceram, antes de Deus ter instituído o sacerdócio de Aarão e dos levitas, os velhos patriarcas, oferecendo o Messias a Deus, tomando-o independente do sacerdócio levítico mediante o resgate de cinco siclos que ele tinha ganho, um a um, com o seu trabalho, e assumindo o cuidado d'Aquele que ia manter vivo o culto a Deus por meio do sacrifício que, daí para a frente, se ofereceria em todo o mundo desde a alva ao ocaso. Assim, nesta ocasião, de tal modo a cerimónia da apresentação se compenetrou com a realidade que, mais do que cerimónia, vinha a ser o anúncio do começo de um novo sacerdócio.

Um incidente cheio de significado teve lugar então no templo, antes da cerimónia, «ao entrarem os pais com o menino». «Havia em Jerusalém - escreve S. Lucas - um homem chamado Simeão, justo e piedoso, que esperava a consolação de Israel, e o Espírito Santo estava nele» (Lc 2, 25). Muito santo devia ser, pois o Espírito Santo distinguiu-o até ao extremo de

lhe satisfazer o que era a maior aspiração de todo o bom israelita e obviamente, a sua própria, pois tinha vivido todos os anos da sua vida ansiando pela vinda do Salvador anunciado; com efeito, o Espírito Santo fizera-lhe saber que «não veria a morte sem ver primeiro o Cristo do Senhor», e o próprio Espírito se encarregou de o impelir para o templo precisamente no dia em que lá foram Maria e José levando o Menino para cumprirem o que estipulava a Lei.

Com grande surpresa e não pequena admiração, viram como à sua entrada, um ancião se adiantava ao seu encontro, e com tanta decisão como delicadeza tomava o menino nos seus braços e dava público testemunho da presença do Redentor entre os homens, bendizendo a Deus por ter cumprido a promessa que lhe fizera: «Os meus olhos viram a tua salvação, a que preparaste em favor de todos os povos» (Lc 2, 30-31). Depois abençoou Maria e José e, dirigindo-se à Virgem, profetizou declarando o que o Espírito Santo lhe dera a conhecer a respeito do Menino e da sua Mãe.

Tem-se observado - e isto é certo e verificável por pouco cuidado que se tenha - que São Mateus, ao ocupar-se da infância de Jesus, orienta a atenção para José, enquanto São Lucas reparou mais na Virgem Maria. Assim, ao ser este último evangelista que nos dá a conhecer este acontecimento, a Virgem aparece em primeiro plano, para o que contribui principalmente a profecia que Simeão fez dirigindo-se só a ela. José também não é explicitamente mencionado nesta ocasião, mas estava ali, viu e escutou.

Viu como Simeão, talvez ainda com o Menino nos braços, se voltou para a Virgem e a olhou. Ouviu como, em contraste com o futuro de esplendor que havia anunciado ao Menino, «luz para iluminar as nações e glória de Israel teu povo», descerrava um pouco o véu que ocultava a cruz ao anunciar que aquela criança iria ser pedra de escândalo e sinal de contradição, ruína para uns e salvação para outros, e como de um modo misterioso a sua própria Mãe teria de participar deste destino. Isto, a união especial e única entre ambos, José já havia captado e muito bem. Talvez lhe parecesse natural, embora lhe doesse, que, se o Menino havia de padecer, a Mãe padecesse com Ele, compadecesse: não podia quebrar-se na dor a união que, na alegria da concepção, do nascimento e dos calmos anos de Nazaré, se tinha manifestado tão íntima e compenetrada.

Em toda esta cena que São Lucas nos apresenta, vista ou contemplada segundo uma perspectiva simplesmente humana, talvez o papel de José apareça pouco brilhante, apagado. Não importa que tenha sido ele quem apresentou o Menino, quem pagou o resgate; na narração de São Lucas isto não se percebe e se o sabemos é pelo conhecimento que temos dos costumes religiosos do povo judeu. Uma vez mais, José é-nos apresentado como espectador, mesmo quando fora protagonista nos actos do templo.

E uma vez mais, não há aqui acaso nem palavras inúteis nem puro capricho na selecção dos acontecimentos ou no modo de os apresentar. Porque acontece que a ele, São José, não parece importar-lhe grande coisa o representar este papel que dir-se-ia de segundo plano ou qualquer outro, contanto que fosse o que Deus queria dele.

Esta atitude que lhe é, diríamos, habitual, a de estar em silêncio, contemplando desde uma discreta penumbra o que concerne ao filho e à Mãe, é também para nós proveitosa caso saibamos aplicá-la à nossa vida. Pois este homem humilde jamais fez nada para atrair a atenção sobre si mesmo - o que é uma coisa que nós não podemos dizer, pelo menos a maioria - nem se preocupou de que a posteridade soubesse ou não dele. Atento à sua tarefa, não teve tempo para narcisismos. A sua humildade livrou-o dessa espécie de lepra que ataca às vezes os homens, ou alguns homens, até os desfigurar: o apego à própria obra ou à própria reputação. Que coisas não se fazem para que a «imagem» não fique deteriorada!

José, um homem mais entre os outros, sem nada que levasse os seus conterrâneos a repararem nele, inadvertido entre os outros homens, contente de não ser senão o que era. Eis o que é realmente importante. Há homens que precisam de demonstrar qualquer coisa: o seu talento, o seu valor, o seu génio, as suas aptidões, o seu carácter ou a sua competência; homens incapazes de acreditar que vejam alguma coisa se os outros não o afirmam assim mediante um público reconhecimento; homens que, a menos que vejam o seu nome nos jornais, a menos que se fale deles, não parecem estar muito convencidos de ter uma existência real. Precisam de ver-se reflectidos nos outros, como num espelho, para se convencerem do que são, como se a personalidade dependesse de um testemunho publicitário. Porém, a personalidade de um homem está naquilo que ele é, não naquilo que

possui, ou no que outros pensam ou dizem. Não é coisa que esteja fora de nós mas sim dentro.

É quase um facto experimental o que afirma um autor falecido há uns anos: «A maior liberdade encontra-se na humildade. Enquanto tivermos que defender o ser imaginário que se considera importante, não teremos a paz do coração. Enquanto compararmos essa sombra com as sombras de outras pessoas, perderemos toda a alegria porque teremos começado a tratar com irrealidades e não há alegria nas coisas que não existem» (Th. Merton). José não teve que defender nenhum ser imaginário, não teve que comparar-se com ninguém. Tinha outras coisas bastante mais importantes de que se ocupar. Nunca se considerou fracassado por ser, humanamente falando, menos do que outros, ou por não poder oferecer a sua esposa um prestígio público que a enchesse de vaidade. Nunca se entristeceu, também, por não ser mais ou por não ser outra coisa. «Estou segura que a verdadeira humildade - dizia Santa Teresa no *Caminho de perfeição* - está muito em estarmos muito prestes a contentar-se com o que o Senhor quiser fazer deles e sempre achar-se indignos de chamar-se seus servos».

Há uma qualidade no homem humilde, difícil de achar-se em qualquer outra espécie de homem: A de aceitar a sua própria condição sem amargura, tristeza ou ressentimento. Quando na *Irmação de Cristo* o Senhor fala ao seu servo dizendo-lhe como tem que ser provado e exercitado, especifica: «Muitas vezes terás de fazer o que não queres e deixar o que queres. O que agrada aos outros, progredirá; o que a ti contenta, não se fará. O que dizem outros, será ouvido; o que tu dizes, será reputado como nada. Pedirão outros e receberão; pedirás tu, e não alcançarás. Outros serão grandes na boca dos homens; de ti ninguém se dará conta. A outros se encarregará este ou aquele negócio; tu serás tido por inútil. Por isso há-de a natureza entristecer-se algumas vezes e já não farás pouca coisa se o sofreres caladamente». Isto, sofrer calando-se, tem grande mérito. Mas a qualidade do homem humilde estriba em que lhe parece tão natural que não se fale dele, que não façam caso dele, que o tenham por inútil, que não o escutem, que até parece como se aquilo que os outros consideram desprezo, não veja ele que aí haja nada que faça sofrer. O pobre e o humilde não têm conta de si, são fáceis de conformar, acolhem as desventuras como parte da vida, uma parte com que

é preciso contar, e cada pequena alegria enche-os de uma imensa felicidade pela qual se mostram agradecidos.

10. LEVANTA-TE E VAI PARA O EGIPTO

Quando São Mateus narra no seu Evangelho a adoração dos Magos, omite o nome de José: «e tendo entrado na casa, viram o menino com Maria, sua Mãe, e prostrando-se, o adoraram» (Mt 2, 11). Esta omissão, porém, não quer dizer necessariamente que José não estivesse presente. O que na verdade diz é que Jesus estava com a sua Mãe, que Ela o tinha. Sendo a adoração dos Magos o objecto da narração de São Mateus, era evidentemente supérfluo ocupar-se em mencionar aquele ou aqueles que estavam presentes na casa, naquele momento. Talvez estivessem, além de José, alguns vizinhos, pois a presença numa aldeia como Belém de uns homens importantes, chegados de longe, com um séquito que bastava para chamar a atenção, com o fim de visitar uma jovem mãe num pobre lar, dificilmente podia passar despercebida. José, pois, não é mencionado porque nesta cena não desempenha papel algum. Mas sim na seguinte.

Herodes tinha mostrado uma grande amabilidade para com os Magos. Quando, ao chegarem a Jerusalém, lhe perguntaram onde poderiam encontrar o nascido rei dos Judeus, Herodes, no meio do seu desconcerto e perturbação, deu-se ao incómodo de chamar os sacerdotes e escribas para lhes solicitar resposta à pergunta dos Magos; e quando lhe comunicaram o que as Escrituras diziam a tal respeito, indicando a aldeia de Belém como o berço do Messias, Herodes, chamando os Magos, encaminhou-os diligentemente para o lugar que lhe tinham indicado, embora não sem averiguar antes com todo o cuidado há quanto tempo lhes tinha aparecido a estrela. A troco da sua solícitude, só lhes pediu uma coisa: que assim que achassem o Menino, voltassem a Jerusalém para lhe comunicarem pois ele - disse-lhes - também queria ir adorá-lo. Isto, naturalmente, não era verdade mas os Magos não podiam sabê-lo.

Mas Deus, sabia-o. Por isso, fez com que um anjo os avisasse para que regressassem à sua terra e às suas casas sem voltarem a Herodes. E também a José.

Como de costume, a narração do Evangelho é tão simples, que aparentemente não dá ideia do angustiante da situação. Diz:

«Tendo eles partido, eis que um anjo do Senhor apareceu em sonhos a José e lhe disse: Levanta-te, toma o Menino e sua Mãe, foge para o Egito e fica lá até que eu te avise porque Herodes vai procurar o Menino para lhe tirar a vida. E ele, levantando-se de noite, tomou o Menino e sua Mãe e retirou-se para o Egito. Lá esteve até à morte de Herodes» (Mt 2, 13-15).

Outra vez era José visitado em sonhos pelo anjo. Agora, porém, não para lhe revelar uma boa-nova como da vez anterior mas para preveni-lo de um perigo iminente. Não para o aliviar de um peso quase insuportável mas para lho colocar sobre os ombros. Da primeira vez a visita do anjo pôs fim à sua angústia; esta segunda, com uma notícia angustiosa, pôs fim aos seus dias felizes. Mas a reacção de José foi idêntica em ambas as ocasiões: «Ao despertar José do seu sono, fez como o anjo lhe tinha mandado», lê-se em Mateus 1, 24, quando já sabia o mistério da Incarnação; «e ele levantando-se de noite, tomou o Menino e a sua Mãe e retirou-se para o Egito» diz-se em Mateus 2, 14 a respeito deste momento. Exactamente também o que o anjo lhe indicara.

Foi o sinal da cruz num dia ditoso, talvez ditoso demais. Porque tinha sido uma jornada memorável. A jovem Mãe tinha contemplado pasmada como uns homens poderosos fizeram um longo caminho, conduzidos por Deus, para honrar o seu Menino; vira como aqueles homens importantes se prostraram adorando o filho das suas entranhas e lhe tinham oferecido ricos presentes. José, sempre num discreto segundo plano, observara a cena com legítimo orgulho, talvez agradecendo a Deus aquelas honras que, de algum modo, compensavam o abandono e a pobreza que tinham acompanhado o nascimento. No fim do dia os Magos foram-se embora e eles entregaram-se ao repouso, com a alma cheia de serena alegria e transbordante de agradecimento a Deus pela honra dispensada à sua pobreza.

Quando, de repente, sem prévio aviso, sem nenhuma preparação ou pressentimento que, mesmo confusamente, os dispusesse para o que os esperava, a revelação de um perigo imediato e grave introduziu o temor e o desassossego onde antes moravam a paz e a serenidade. Porque a revelação foi acompanhada de um mandato que obrigava a agir quase antes de conseguirem perceber o que acontecia. Quem o tenha experimentado, sabe

bem o desamparo, o mal-estar, a obscura inquietação de um brusco despertar do sono, devido a alguma desagradável ou catastrófica notícia ... o confuso desconcerto e a intranquilidade paralisadora que acompanha este estado que é turvo no que respeita à mente mas claro demais no que se refere a infaustos pressentimentos. Um estado de ânimo que se caracteriza pelo desconcerto, o coração pesado, a sensação de que não pode ser, e a certeza de que é, um indefinido atordoamento que costuma dificultar a compreensão das circunstâncias com prontidão.

Deve ter sido muito duro. E também desconcertante, o que ainda é pior. Pois a dureza de uma situação não impede estar-se na posse de uma explicação clara, mas o desconcerto vem sempre produzido pela falta, ou dificuldade pelo menos, de compreensão. E quando não somos capazes de compreender, quando não conseguimos ver com clareza uma situação ou um acontecimento porque o seu sentido nos escapa, então o estado de confusão interior pode paralisar-nos, impedindo-nos de tomar decisões já que a ignorância do porquê ou para quê daquilo que nos acontece imprevisivelmente costuma provocar um estado tal de perplexidade que é muito difícil acertar com a decisão adequada.

Talvez por isso, o anjo lhe disse - como da outra vez que o ilustrara em sonhos - o que devia fazer, embora agora por motivos diferentes. Da primeira vez, a revelação de Deus foi solução para uma terrível dúvida que paralisava a sua capacidade de decisão e veio depois de uma longa e dolorosa deliberação. Agora, pelo contrário, tratava-se de uma coisa que devia ser realizada com urgência e por isso, todo o tempo que se gastasse em deliberar qual a melhor solução, seria tempo perdido, porque com aquela ameaça cada segundo era precioso. Não era momento para fazer perguntas nem perder-se em inúteis lamentações.

É muito expressivo o Evangelho quando narra a reacção de José, logo que o anjo acabou de instruí-lo sobre o que devia fazer e porque devia fazê-lo. «Ele, levantando-se de noite, tomou o Menino e sua Mãe...» Algumas versões dizem: «Ele, imediatamente, de noite ...» Em qualquer caso nota-se o mesmo: não houve dilação entre a recepção do aviso e o pô-lo em prática, cumprindo as instruções. Aqui aparece-nos outra faceta do carácter de José: «em nenhum momento nos aparece como um homem deminuído ou

assustado perante a vida», e pelo contrário, «sabe enfrentar-se com os problemas, avançar perante situações difíceis, assumir com responsabilidade e iniciativa os trabalhos que lhe são encomendados» (Monsenhor Escrivá de Balaguer) ou as situações com que deve enfrentar-se. Agora, não tomou José nenhum tempo para reflectir. A reflexão está bem e é necessária para o acerto, antes de tomar uma decisão, quando se ponderam e estudam diferentes soluções possíveis. Mas uma vez que se viu claramente, uma vez tomada a decisão, já não é tempo de pensar mas sim de fazer. A reconsideração de uma decisão tomada depois da conveniente deliberação - excepto quando apareceram factores novos - é coisa muito parecida à dúvida, à insegurança, e ambas são paralisadoras. E quando é outro a quem corresponde deliberar, seja pela sua posição ou pelo maior conhecimento, e comunicar aquilo que deve ser feito para a adequada solução de um problema, todo o discurso que então cabe é o indispensável para assegurar-se de que as instruções foram compreendidas: simplesmente tomar conhecimento, entender e executar. Já não é tempo de deter-se a discorrer se a solução será a melhor ou quais são os seus fundamentos, ou se estes serão suficientemente sólidos. «Tal é - diz São João Crisóstomo - a melhor qualidade da obediência: não procurar razões daquilo que nos é mandado mas simplesmente obedecer ao mandato».

Não há dúvida de que, postos a dar voltas aos porquês da situação, José podia ter feito perguntas muito inquietantes. Ainda não tinha transcorrido muito tempo desde a circuncisão, quando impusera ao Menino o nome de Jesus, que significa «Salvador»; porque, como lhe tinha dito o anjo, ia salvar o povo. Ia salvar o povo e não possuía poderes para desbaratar os planos de Herodes? Era preciso essa precipitada fuga, como se não existisse outro meio para conjurar o perigo?

Regra geral, aqueles que, quando chega o momento de obedecer, se põem a tecer este tipo de considerações, são os que confiam demais na sua própria inteligência, os que resitem a aceitar aquilo que não percebem mesmo quando vem de quem sabe. Pelo contrário, José deixou-se aconselhar. Não era daquele género de homens que vão pela vida fora com a convicção de que ninguém tem nada a ensinar-lhes. Mas se era dócil aos desígnios de Deus, de nenhum modo era débil. «A sua docilidade - escreve J. Escrivá de Balaguer - não se parece com a obediência de quem se deixa

arrastar pelos acontecimentos». Não é falta de energia, não é um puro conformismo passivo. Antes pelo contrário, é uma disposição para fazer, um estar pronto a converter em realidade tudo o que se apresentar como um querer de Deus. Também não era daqueles que concebem a obediência simplesmente como uma perda da vontade própria, como se não se esperasse dele outra coisa senão aquilo que se espera dum instrumento inerte. Era capaz de pensar e bem o demonstrou quando se debateu com dolorosas dúvidas; era também capaz de tomar decisões, mesmo quando fossem notoriamente incómodas ou lesivas dos seus próprios interesses, como também o demonstrou ao estar disposto a afastar-se, a desaparecer, antes que prejudicar a Virgem Maria. O que não tinha eram esses defeitos que costumam impedir que um homem faça o que deve fazer, essa espécie de defeitos que só facilitam fazer com prontidão aquilo que agrada ou o mais fácil ou o menos custoso.

Porque há obstáculos à obediência e os mais daninhos são os que têm a sua raiz na soberba. Temos, primeiro, a preguiça, mas não é certamente o pior. Há uma malignidade peculiar na falta de docilidade que radica na atitude mental própria do soberbo, essa típica arrogância que às vezes se dá em alguns intelectuais que, por verem - ou parecer-lhes ver - com clareza, rejeitam qualquer autoridade e mesmo qualquer conselho, a quem nem mesmo a contemplação de uns factos, reais e objectivos, consegue fazer mudar de atitude. Esta é, evidentemente, a pior espécie de preconceito, e acaba por tornar-se até irracional. Talvez por isso seja tão difícil fazer ver a sua falta de razão àqueles que estão tão seguros de si que não são capazes de dobrar o seu próprio juízo; curiosamente, não poucos de entre eles acabam, por cair num puro voluntarismo, isto é, na negação a submeterem-se à realidade porque não se ajusta à própria visão das coisas, tendendo a substituí-la por outra diferente, concebida, não por Deus, mas por si mesmos. O exemplo mais claro e expressivo deste tipo de preconceito deram-no os fariseus, tão aparentemente honrados no seu apego à lei de Moisés que não desceram dessa sua atitude nem sequer perante a realidade dos factos. Que disseram eles quando tiveram que enfrentar os milagres de Jesus? «Este, não expulsa os demónios senão pelo poder de Belzebu, príncipe dos demónios» (Mt 12, 24). Como reagiram ante a ressurreição de Lázaro? «Desde aquele dia tomaram a resolução de o matar» (Jo 11, 53).

Claro que, por fortuna, este tipo de preconceito não se dá sempre nem em todos. A falta de docilidade pode vir, não de má vontade mas de falta de capacidade para admitir aquilo que não se compreende, mesmo quando apareça anunciado por quem pode conhecê-lo. Assim, Zacarias resistiu a acreditar no anúncio do anjo quando este lhe fez saber que a sua esposa Isabel lhe daria um filho, sendo ela estéril e ambos já idosos. E tão boa nova não lhe foi comunicada em sonhos mas sim em plena vigília, e quando exercia as suas funções no templo.

Eis como um humilde artesão mostrou uma mente muito mais aberta e capaz, menos aferrada a preconceitos, do que homens subtis e até bons sacerdotes, pois cumpre «os mandatos de Deus sem vacilações, embora por vezes o sentido desses mandatos lhe possa parecer obscuro ou não se lhe oculta a sua conexão com o resto dos planos divinos» (J. Escrivá de Balaguer). O que vem de Deus, e especialmente os seus desígnios sobre cada qual em ordem à sua participação no grande mistério da Redenção, tem os seus próprios caminhos para se manifestar aos homens. Mas é preciso mais do que um engenho subtil ou uma inteligência desperta para captar as mensagens divinas ou as moções do Espírito Santo. Há certas coisas que apenas se revelam aos pequeninos (Lc 10, 21) permanecendo ocultas aos sábios e poderosos. Talvez porque os mais pequenos - as crianças e os que se fazem como elas, os humildes - são capazes de obedecer com docilidade, sem artificiosas distinções formalistas nem problemáticas que acabam por paralisar a vontade e, por conseguinte, a parte que, ao pôr em prática os mandatos de Deus, lhes corresponde fazer, no plano divino da salvação. Os homens são muito capazes de se enredarem nos seus próprios pensamentos até ao ponto de tropeçarem neles; e quando pretendam investigar sobre aquilo que lhes foi comunicado para a sua realização, o resultadó não costuma ser nada alentador, pois «Uma curiosa e inútil indagação» (como lhe chamou João Paulo II) das misteriosas razões pelas quais Deus quer alguma coisa de um homem, só levam a perdas de tempo, que podem ser mortais como teria sido no caso de José, e também a despojarem do seu mais profundo sentido a mensagem divina.

E não se julgue que a obediência, ou essa disposição natural ou adquirida que leva um homem a obedecer logo e sem aparente esforço, e que se conhece como «docilidade», seja uma limitação da liberdade. Jesus

faz-se, por nós, obediente até à morte e morte de cruz (Phil 2, 8): Mas nenhum de quantos pisaram, pisam ou pisarão a terra, foi, é, ou será mais livre do que ele. A suprema liberdade, a verdadeira, a autêntica, a única que, com todo o merecimento, pode ser chamada com tal nome, consiste em dizer «sim» de cada vez que Deus se dirige a nós para nos perguntar: «queres ... ?»; então, quando nenhum capricho, nenhuma pressão do instinto, do meio, dos indivíduos ou das circunstâncias nos pode prender a voz para dizermos que sim ao que Deus pede, quando nenhum desfalecimento ou desvio da vontade nos leva como que arrastados para onde não devemos ir, é então quando o homem é verdadeira e realmente livre.

Hoje, quando tanto se fala de liberdade; talvez não sejam muitos desgraçadamente, os homens que se sentem e são livres. A submissão ao pecado, às forças do mal e aos piores e mais baixos instintos, são chamados hoje com o nome de libertação dos tabus e das repressões. Porém, esta capitulação do homem diante do mal, não seria tão ruidosa se, pelo menos, tivesse a valentia de chamar as coisas pelo seu nome e não capitulasse até ao extremo de decidir mudar as palavras para se justificar diante de si mesmo, como se mudando as palavras se mudasse também a natureza das coisas e o mal deixasse de o ser pelo simples facto de se dizer que é um bem. Má coisa é desobedecer aos preceitos de Deus o negar a sua Lei; mas pior ainda - se é que isso é possível - é a hipocrisia de declarar «superados» os Mandamentos de Deus para os substituir por mandamentos de homem, sem outra razão do que a de não querer tolerar uma ordem moral cuja existência põe em relevo a nossa própria desordem.

Do resto, na vida daquela santa família, «Deus, amante dos homens, misturava trabalhos com doçuras, estilo que ele segue com todos os santos. Nem os perigos nem os consolos os dá contínuos, mas de uns e outros vai ele entretecendo a vida dos justos. Tal faz com José» (S. João Crisóstomo).

Não podemos encerrar Deus dentro dos nossos estreitos horizontes ou limitada capacidade. É impossível. Em último extremo, e dada a pequenez da razão humana - apesar da sua grandeza - nunca acabaremos por compreender completamente os planos de Deus, os seus caminhos e as suas exigências, que transcendem sempre as nossas capacidades e as nossas

possibilidades. Também não pode uma criança compreender o porquê de tudo o que o seu pai faz ou lhe manda fazer. Simplesmente aceita-o e agradece. Esta é a única atitude correcta e verdadeiramente racional diante de Deus e também a única realmente eficaz.

11. PERMANECE AÍ

A ausência de pormenores desnecessários que se observam em momentos importantes da vida de Jesus, verifica-se também nas referências evangélicas a José. Só nos chegam os simples factos, o essencial, sem nada acessório. Porém, se não a imaginação - perigosa quando se trata de reflectir sobre os dados revelados - pelo menos o senso comum deve estar presente em todo o intento para compreender e principalmente para contemplar, as passagens da Escritura.

Ignoramos se a Sagrada Família se dirigiu para o Egipto pela estrada paralela ao mar, passando por Gaza (onde as caravanas costumavam abastecer-se de víveres e água por ser a última cidade antes de se entrar no deserto), ou se foram por Hebrón e pelo sul da Palestina, para saírem por Palusa também rumo ao deserto. O primeiro itinerário era o mais fácil e cómodo (dentro da incomodidade) e por isso o mais frequentado pelos viajantes. Também, talvez, o que mais perigos oferecia em caso de perseguição. O segundo era mais longo e incómodo e provavelmente mais seguro. Os dois, fatigantes. Em qualquer dos casos não era uma viagem agradável, tanto pelas dificuldades do caminho como pela angústia da fuga. Outro José, alguns séculos antes, tinha já feito este mesmo caminho tão cheio de recordações e o afastamento da sua terra também fora providencial e de felizes resultados.

Deve ter sido também uma providência de Deus que os Magos, ao adorarem o Menino, lhe oferecessem ouro, incenso e mirra, Levados a uma fuga imprevista, em plena noite, sem tempo para pedir nada a ninguém - os pobres não costumam ter recursos à mão para fazerem frente a viagens tão repentinas e de tão incerta duração - o ouro dos Magos foi, para Maria, José e o Menino, uma garantia de que não faltaria o necessário até chegarem ao termo da viagem e poder José iniciar de novo o seu trabalho. Talvez que, entre as poucas coisas que puderam levar, se contassem as ferramentas de José, além de algumas roupas. Um artesão sente-se incompleto se não tem à vista os seus instrumentos de trabalho e, em caso de necessidade, dão uma certa segurança: sempre é possível fazer com eles algum trabalho para os outros e ir-se defendendo em circunstâncias difíceis.

Naturalmente também não sabemos em que lugar do Egipto se estabeleceram. Toda a orla mediterrânica estava salpicada de colónias judaicas, umas mais numerosas e prósperas do que outras. No Egipto, sem dúvida que não faltavam. Costumavam ser constituídas por comerciantes e como parece neste caso, também por judeus refugiados que fugiam dos furores de Herodes. Particularmente prósperas eram as comunidades judaicas de Heliópolis e de Alexandria. Provavelmente, foi em alguma daquelas cidades que contavam com colónias judaicas que se terá estabelecido José. Desenvolver-se num país desconhecido, sem falar a língua nativa, sem conhecer ninguém, sem relações de nenhum tipo, não é precisamente um assunto fácil. Mas, mesmo nessas condições, integrado numa comunidade da mesma língua, da mesma religião, raça, usos e costumes, encontrar ajuda já não é tão difícil. Um artesão sempre é de utilidade e ali, em terra estranha, no meio de um mundo idolátrico, numa sociedade de costumes pagãos demasiado livres, encontrar dentro do mesmo grupo a quem encomendar pequenos trabalhos tão necessários em todas as casas, era, até certo ponto, uma sorte: sempre é mais fácil e até mais cómodo entender-se com aqueles com quem temos muito em comum e além disso, no fundamental, formam parte do mesmo ambiente, do que com homens cuja mentalidade é estranha. Talvez José, passados os primeiros momentos, tenha encontrado ocupação para atender ao mais indispensável. No fim de contas eram pobres, e um pobre não precisa de grande coisa porque está habituado ao estritamente necessário e não sente a falta do supérfluo.

Provavelmente, é ao tratar desta estadia no Egipto que a piedade proporciona asas à imaginação para que voe alto. Um bom dominicano do século XVIII, Frei Pedro de Santa Maria y Ulloa escreveu um curioso e devoto livro que contempla os mistérios do Rosário. O seu título já é eloquente: *Arco-Íris de paz, cuja corda é a consideração e meditação para rezar o Santíssimo Rosário de Nossa Senhora e a sua aljava contém quinhentas e sessenta considerações que o Amor Divino lança a todas as almas*. Aí somos convidados a contemplar, durante a estada da Sagrada Família no Egipto, «a nossa rainha cosendo, fiando e lavrando e ao Santo José suando no seu trabalho de manhã à noite», «porque o trabalho de entre ambos mal chegava para pagar o aluguer da casa», tal era a sua pobreza e a dificuldade em abrir caminho numa terra estranha.

«Permanece aí até que eu te avise.» Pode existir uma situação mais incómoda do que a provisoriedade? Pois foi isto o que o anjo deu a entender. A estada no Egipto era apenas um parêntesis ... de duração não definida, de modo que tanto podia durar semanas como anos. É terrível não saber a que ater-se. Como pode um homem entregar-se a uma tarefa num lugar, se sabe que a qualquer momento terá que levantar voo para ir para outro sítio? Que trabalho sério pode empreender quando ignora - embora o tema - se vai ter que deixá-lo a meio ou apenas começado?

Não é provável que este género de problemas chegasse a inquietar José. Sem dúvida, o estatuto provisório a que estava obrigado pelas circunstâncias era-lhe tão incómodo como poderia ser para qualquer outra pessoa, mas este incómodo não o afectava tão profundamente como a outros. Ele era um homem simples, com um ofício simples e por isso não tinha planos grandiosos no seu pensamento, nem obras definitivas às quais «consagrar» a sua vida, esse tipo de obras que se fazem pensando na posteridade. José estava ocupado demais para pensar na posteridade ou para fazer a sua obra-prima. Mas, sem tudo isto, o seu trabalho era sério, tanto - ou talvez mais - do que o desses homens que precisam de toda a espécie de meios e seguranças para iniciar uma tarefa. José não era desses que nunca começam nada por medo a não conseguir acabar. Ele fazia o seu trabalho, no Egipto como em Nazaré, dia após dia, hora após hora, e nem andava a reparar se não iria poder terminar o começado por ter que mudar de lugar ou, simplesmente, por ter que morrer. Não foi, na verdade, homem das «soluções fáceis e *milagreiras* mas o homem da perseverança, do esforço e, quando foi necessário, de engenho» (J. Escrivá de Balaguer). E não é este o recurso, o único recurso, de que dispõe a maior parte dos homens, e todos os que são pobres, para sobreviverem?

Naturalmente, tudo se tornava mais incómodo. Há um provérbio que diz que o cantinho usado torna-se doce e o não usado, amargo. Chegar ao Egipto era começar de novo a partir do zero. Tudo o que era familiar, todo o ambiente que até então os tinha envolvido como quente e acolhedor lar, ficara para trás e recordá-lo não facilitava as coisas. Sabia que teriam que voltar e embora portas adentro, em sua casa, as coisas corressem como sempre (há pessoas que, mal chegam a algum lugar, imediatamente criam à sua volta as condições óptimas para se sentirem bem) fora de casa já não

era tão fácil. Em todo o caso, nunca chegaram - pois isso não entrava nos planos de Deus - a estar de todo assentes. Como os seus antepassados quando, com os rins cingidos, comiam o cordeiro pascal, assim deviam estar eles também prontos para empreender o regresso, quase como se vivessem de pé, como efectivamente deveriam viver os cristãos na terra, de acordo com a afirmação de São Paulo: «não temos aqui morada permanente» (Hebr 13, 14).

«Permaneça aí até que eu te avise», tinha-lhe dito o anjo. E aí permaneceu, incomodamente, sem dúvida, mas quieto no lugar que lhe fora indicado. É provável que seja justamente neste episódio da sua precipitada fuga de Herodes e da permanência por uns tempos no Egipto, onde melhor se possa verificar a acertada observação de J. Escrivá de Balaguer: «em nenhum momento nos aparece como homem diminuído ou assustado perante a vida; pelo contrário, sabe, enfrentar-se com os problemas, superar as situações difíceis, assumir com responsabilidade e iniciativa os trabalhos que lhe são encomendados».

Assim foi. O anjo comunicou-lhe, em cada caso, apenas o que era indispensável; o restante, deixou-o à iniciativa, ao bom senso e à experiência de José. Fugir depressa, dirigir-se para o Egipto, permanecer aí até novo aviso, era isto o que Deus queria dele. O «como», isto é, tudo o resto, devia ser decidido por José: o que era preciso levar, o caminho a seguir, o modo de procurar o necessário, o lugar uma vez no Egipto, onde estabelecer o trabalho conveniente, etc. Realmente, quando um homem pensa e tem sentido das responsabilidades, não é preciso descer com ele aos pequenos pormenores. Basta dizer-lhe o que se deseja e deixar o restante à sua discreção, com a segurança de que fará o que deve ser feito.

O caminho de Belém ao Egipto estava muito longe de se assemelhar ao aprazível e quase idílico quadro, cheio de segurança e de milagres, com bondosos salteadores e fontes de água fresca saltando no deserto para acalmar a sede dos fugitivos, que descrevem os apócrifos. Uma fuga rápida não é nunca aprazível, o temor de serem descobertos e alcançados acompanha sempre os que fogem e torna o caminho num contínuo sobressalto, e Jerusalém estava a menos de duas horas de Belém.

Foi uma viagem penosa, que durou seis ou sete dias, em que procuraram fazer-se notar o menos possível - pois é pouco provável que, não tendo saído nunca de Nazaré excepto para ir a Jerusalém e a Belém, José se arriscasse a viajar sem alguém que conhecesse o caminho e tivesse alguma experiência - eludindo perguntas embaraçosas que pudessem levantar suspeitas acerca deles e dos motivos da viagem.

E, quando entraram no Egito, na terra do secular inimigo do povo hebreu, então já dominado por Roma, os ídolos não caíram de bruços como que prostrando-se ante a divindade do Menino que pisava a terra por eles dominada. Caíram, sim, mas muito mais tarde e por outros meios. Pela pregação de Cristo e a coerência de vida daqueles primeiros discípulos de Cristo com a fé que professavam. O Egito encheu-se de penitentes e de eremitas, de santos e doutores, e os ídolos caíram. E há aqui uma lição para nós, cristãos, que vivemos num mundo quase pagão porque também nós temos um trabalho semelhante: «sem manifestações espectaculares, com a normalidade da vida cristã corrente, com uma sementeira de paz e de alegria, temos também de destruir muitos ídolos: o da incompreensão, o da injustiça, o da ignorância, o da pretensa suficiência humana que volta com arrogância as costas a Deus (J. Escrivá de Balaguer, *Amigos de Deus* n. 105).

Quanto à fuga... Fugir não é sempre coisa de cobardes. Pode sê-lo, mas não tem que sê-lo necessariamente. Não foi uma cobardia que José fugisse de Herodes e dos seus assassinos para salvar o Menino.

Não foi cobardia mas antes uma prudência inteligente. Fugir de um perigo que não podemos vencer e que não temos obrigação de enfrentar, não é próprio de cobardes mas de prudentes. Não fugir de perigos que ameaçam a vida da alma pode ser uma presunçosa temeridade, sobretudo quando quem sabe, pode e deve aconselhar-nos nos instrui acerca do que devemos fazer. O mal é que não costumamos ser tão inteligentes como José, que obedeceu logo àquilo que lhe disseram, pois é próprio de pessoas inteligentes o conhecer as limitações próprias e confiar em quem sabe mais. Quantas vezes julgamos que nos bastamos a nós próprios e não precisamos da experiência, sabedoria e solicitude da Igreja, e fazemos as coisas mal e causamos prejuízos, essa espécie de prejuízos que quase não se vêem mas

que nem por isso são menos reais nem menos daninhos para a Igreja, para já não mencionar a própria alma.

Nada retinha José no Egipto mas aí esteve sempre, sem outro motivo que não fosse a indicação recebida. «Permanece aí», e aí permaneceu, paciente, sem um gesto de desgosto ou de cansaço, realizando o seu trabalho diário como se jamais tivesse que sair daquela terra. Que importante é saber estar, permanecer onde se deve, ocupando-se naquilo que a cada um compete, sem ceder à subtil tentação contra a qual nos põe em guarda o nº 709 de *Caminho*: «Estás a ouvir? - Noutro estado, noutro lugar, noutro grau e ofício farias um bem muito maior!» «A tragédia actual consiste precisamente em que hoje todos os homens vivem fora de portas, percorrendo os caminhos do mundo ...», escrevia há anos um autor americano (W. Farrell). Homens inquietos, incapazes de se fixarem, desejando sempre estar noutro lugar onde não têm nada que fazer, a reboque da sua própria instabilidade. A vida torna-se ainda mais incómoda quando, ao provisório de uma situação, se acrescenta uma pobreza interior incapaz de encontrar sossego em nenhum lugar. Homens que parecem andar sempre a fugir não se sabe de quê, que não deitam raízes em nenhum sítio, não porque andem constantemente, de uma cidade para outra, de um trabalho para outro - também os há - mas porque nunca sabem permanecer quietos no seu próprio sítio, como se não aguentassem estar a sós consigo mesmos, temerosos de qualquer quietude. Homens impacientes, sempre apressados, procurando uma paz interior impossível de achar pois procuram-na fora de si, ou talvez à caça de distrações, para não terem que fazer frente a perguntas fundamentais.

Numa das suas homilias sobre o Evangelho de São Mateus, considerando com admiração o contraste entre o poder de Deus e o aparente abandono a que constantemente a Sagrada Família se vê votada, como se, em vez de estar atento às suas necessidades, o céu os tivesse esquecido e abandonado ao egoísmo e à maldade dos homens, São João Crisóstomo perguntava que sentido poderiam ter estas carências e perigos, ameaças e fugas, concluindo que tais coisas encerravam um grande ensinamento para nós: «desde o princípio - diz - é preciso esperar por tentações e ciladas». Desde o princípio, Jesus abraçou a Cruz; e com ele, abraçaram-na também os que mais O amavam e a quem Ele mais amava: A Virgem Maria e José,

o seu esposo. ‘f: a herança que nos deixou, o seu sinal, o sinal com que se pode vencer a morte. Por isso, São João Crisóstomo - que também teve ocasiões, e não pequenas, para a saborear - continua dizendo: «Tu ... quando tiveres merecido desempenhar um papel espiritual e depois te vejas entre sofrimentos intoleráveis e perigos sem conta, não te perturbes (...). Sofre tudo generosamente, sabendo que é isto que acompanha especialmente os homens espirituais, que essa é a sua herança: tentações e provas por todo o lado».

Nunca, portanto, nos devemos surpreender demasiado com a contradição, a dor ou a injustiça, nem perder por isso a serenidade. Tudo está previsto. Há muitos anos, e a respeito da Igreja, escrevia o cardeal Suhard: «Como havemos de estranhar que seja perseguida continuamente, humilhada muitas vezes, e sempre sofrendo em algum lugar, se se pensa que o seu devir terrestre renova a vida sofredora do Redentor?».

Mesmo assim, pode-se «permanecer aí» pois a graça e o auxílio de Deus nunca faltam. Quando nos recusamos a estar onde devemos, por ser esse o lugar que Deus, nos seus insondáveis e providentes planos, nos designou, então corremos o risco de nunca mais encontrarmos o nosso sítio nem nos encontrarmos a nós próprios e, o que ainda é pior, de sermos por completo inúteis para os outros. São José permaneceu ali depois de ter deixado precipitadamente tudo o que lhe era familiar. E a sua paciente espera, sem queixas, sem pedir explicações - não lhe fora dito «até que eu te avise»? - constituiu outra prova da sua qualidade como homem e como santo.

12. TEMEU IR PARA LÁ

Tudo no mundo tem o seu termo e também a estada de José no Egito chegou ao fim. «Fica lá até que eu te avise», dissera-lhe o anjo. E eis que «morto Herodes, o anjo do Senhor apareceu em sonhos a José no Egito e disse-lhe: Levanta-te, toma o menino e sua mãe e vai para a terra de Israel, porque morreram os que atentavam contra a vida do menino. Ele levantou-se, tomou o menino e sua mãe e voltou para a terra de Israel (Mt 2, 19-21).

Com este aviso, fechava-se o parêntesis daquela situação provisória que se tinha aberto tempos atrás. Quão longo ou curto tenha sido ele, é coisa sobre a qual não há acordo: desde autores mais cheios de piedade que de conhecimentos exegéticos ao estilo do já citado Frei Pedro de Santa Maria y Ulloa, que, sem maior fundamento talvez, do que tê-lo afirmado algum autor antigo, assinala um período de sete anos, até aos modernos autores, mais cuidadosos nos seus cálculos e que, com maiores meios e melhores métodos se apuraram mais, ou os comentaristas eruditos como Maldonado, que chegam a dar apenas umas semanas, há uma ampla margem para escolher.

Talvez no cálculo do tempo tenham influído umas palavras de São Lucas, que, depois de narrar a circuncisão e a apresentação de Jesus no templo, acrescenta: «Depois que cumpriram tudo segundo o que mandava a Lei do Senhor, voltaram para a Galileia, para a sua cidade de Nazaré» (Lc 2, 39). Regra geral, supõe-se que São Lucas omite, entre a apresentação no templo e o regresso a Nazaré, os acontecimentos que narra São Mateus, de modo que o regresso a Nazaré a que alude deve referir-se ao que teve lugar quando a Sagrada Família regressou do Egito.

E possível que seja assim, embora não necessariamente. Inclusivamente, há razões para defender que tenha acontecido de outro modo, quer dizer, que imediatamente depois da apresentação de Jesus no templo teve lugar o regresso a Nazaré, tal como São Lucas diz; que de aí novamente se dirigiram a Belém, estabelecendo-se numa casa da aldeia, onde os Magos os encontraram e daí se dirigiram para o Egito.

Esta explicação é mais plausível e tem a seu favor alguns indícios nada desprezíveis, o primeiro dos quais é o mencionado texto de São Lucas que situa explicitamente o regresso a Nazaré «depois que cumpriram todas as coisas» no templo. Em segundo lugar, quando São Mateus refere o regresso do Egito, dá a ideia de que a intenção de José seria ficar na Judeia; com efeito, não faz sentido que temesse ir para lá se o lugar para que se dirigia desde o princípio fosse a Galileia pois então não se teria preocupado com o facto de Arquelau reinar na Judeia, como não o preocupou depois. E como se fosse pouco, que necessidade havia de que o anjo o encaminhasse para a Galileia se José já o faria por sua iniciativa? Ora bem: que José pensasse em ir para a Judeia e não para a Galileia ao regressar do Egito tem uma explicação lógica se o lar que haviam abandonado na fuga estivesse em Belém. Pois à parte o difícil que é explicar a sua permanência em Belém depois de «cumpridas todas as coisas» sem nada de concreto para fazer quando o seu lar estava em Nazaré, é igualmente desconcertante que tendo o seu lar em Nazaré, José tivesse pensado em ir para a Judeia no seu regresso do Egito. A viagem a Nazaré de que fala São Lucas «depois de cumpridas todas as coisas segundo o que mandava a lei do Senhor» teria sido pois para levantar a sua casa (se assim nos podemos expressar) recolhendo o que era seu e estabelecendo-se em Belém, a cidade de David, como a mais conveniente para o Messias. Assim, puderam já estar onde os Magos, dirigidos por Herodes, encontraram ao «nascido Rei dos Judeus», justamente no lugar que indicavam as Escrituras.

Em todo o caso, para determinar nem que fosse só de forma aproximada o tempo da estada no Egito, seria preciso saber com precisão a data do nascimento de Jesus. A opinião que pretende que essa estada tenha durado apenas umas semanas, baseada na hipótese de que a adoração dos Magos teve lugar depois da circuncisão e antes da apresentação no templo, não parece ter muito fundamento: pouco mais de um mês apenas, para abandonar a gruta, estabelecer-se numa casa de Belém, receber os Magos, ir para o Egito, morrer Herodes, regressar de novo a Belém e ir ao templo cumprir com a Lei, parecem poucos dias para tanta coisa e além disso Herodes - como se ainda fosse preciso mais - morreu, segundo parece, pelo menos ano e meio depois do nascimento de Jesus.

Tomando em consideração o que até agora se pôde estabelecer com uma relativa segurança, tem de se concluir que entre o nascimento de Jesus e a morte do Rei Herodes, transcorreram de ano e meio a três anos. Segundo isto, a estada no Egito não teria sido superior a uns dois anos e meio nem menor do que um pouco mais de um ano.

Qualquer que tenha sido a fonte pela qual José soube da morte de Herodes, a notícia chegou ao Egito segundo parece muito possível, por caravanas de mercadores ou por viajantes. Se José o averiguou por este meio oral, isso não influiu de momento na sua vida, embora talvez, na esperança do próximo fim da sua estada em terra estranha. O anjo não lhe havia dito «Fica aí até à morte de Herodes» mas «até que eu te avise». E o aviso chegou, finalmente, ordenando-lhe pôr-se a caminho para a «terra de Israel» pois já não existiam aqueles que ameaçavam a vida do Menino. Jesus, pois, não regressou à Pátria, a sua casa, até terem morrido os seus inimigos. «Olha - recordava Frei Pedro - que Ele também não regressará à tua enquanto nela mandarem e viverem os inimigos da tua alma».

O regresso pareceu-se muito pouco com a ida. Embora as palavras com que o anjo lhe comunicara o fim do exílio fossem muito parecidas - para não dizer idênticas - às que o tinham avisado do perigo e mandado fugir para o Egito, e o mesmo para as que o Evangelho usa para dizer que José cumpriu prontamente o que se lhe mandara, há, no entanto, uma diferença. Nesta segunda ocasião não se dá a pressa angustiosa da primeira e por isso puderam, talvez, reservar algum tempo mais para despedidas, recolher as suas coisas e concertar o seu regresso com alguma caravana que fizesse aquela rota. Assim, com o ânimo tranquilo e o coração alegre, José, tendo tomado o Menino e sua Mãe, empreendeu o caminho de volta. «Com esta santa companhia - prossegue Frei Pedro - voltarás com segurança à pátria perdida; não caminhes sem eles», e em boa verdade que é um excelente conselho!

Deve ter sido no caminho que soube que Arquelau reinava na Judeia, certamente por comentários ouvidos àqueles que faziam o percurso inverso e propagados nas conversas em tomo da fogueira, ao cair da noite, quando finda a jornada se reuniam para jantar e descansar e uns e outros trocavam notícias e rumores. O anjo tinha dito simplesmente que regressasse «à terra

de Israel» sem especificar o lugar. Parece ser - como antes foi dito - que José pensava voltar a estabelecer-se em Belém, na Judeia, mas ao saber que aí Arquelau havia sucedido a seu pai, «temeu ir para lá» e pensou se não seria melhor ir para a Samaria ou Galileia, principalmente para a Galileia, dada a rivalidade entre judeus e samaritanos, e talvez também porque Herodes Antipas, em quem tinha recaído a administração daquela província era homem benévolo no governo dos povos, em contraste com Arquelau, muito parecido com o seu pai Herodes no que respeita a receios e crueldade com os súbditos, tanto, que Roma o depôs nove anos depois devido aos pedidos e queixas dos judeus.

E uma vez mais o anjo interveio - pela quarta vez, num quarto sonho - para confirmar a sua decisão de não ficar na Judeia e regressar à Galileia donde tinha saído. Aí, em Nazaré, onde se haviam desposado, onde tanto ele como a Virgem Maria receberam a chamada de Deus, estabeleceu-se de novo e desta vez definitivamente.

Quando consideramos aquilo que foi a vida de São José desde os sponsais com a Virgem Maria, até ao termo da sua carreira, percebe-se até que ponto é certo que, como precisou Mons. Escrivá de Balaguer, ele teve «uma vida simples mas não uma vida fácil». Com efeito, teve que refazer por três vezes a sua vida no período de uns dois a quatro anos: ao estabelecer-se em Belém, no Egipto e de novo em Nazaré. E mesmo assim, ao receber do Anjo o aviso para que regressasse à sua pátria e ao empreender a caminhada com a conseqüente alegria e a esperança, quase a segurança, de que tinha desaparecido já todo o perigo, mesmo assim teve, no regresso, a sua pontada de temor; pois ao ouvir que Arquelau reinava na Judeia (o que implica que a sua fama, a sua má fama, era pública mesmo ainda com Herodes vivo) «temeu ir para aí».

Por duas vezes se fala no Evangelho de «temor» com respeito a José. A primeira é quando o Anjo lhe diz «não temas receber a Maria, tua esposa». Nas dúvidas interiores acerca do que devia fazer ao ver que sua esposa estava grávida, São José determinou, segundo o que se viu antes, «abandoná-la secretamente». Temia recebê-la na sua casa, celebrar as bodas. Este temor foi atribuído pelos Padres a causas que, mesmo sendo diferentes e até contrapostas, têm um anexo que lhes dá unidade. Segundo

uns, José teve medo de amparar com a sua conduta e contra o que a lei dispunha, um pecado, opinião esta que hoje está geralmente posta de parte. Segundo outros, teve algum pressentimento, intuição ou certeza de que ali havia uma explicação sobrenatural e, considerando-se indigno de se misturar num mistério que dizia respeito, de um modo exclusivo, a Deus e à Virgem, temeu recebê-la e determinou abandoná-la secretamente. Reacção parecida, diz algum comentarista, à que levou Pedro, depois da pesca milagrosa, a deitar-se aos pés de Jesus dizendo: «afasta-te de mim, Senhor, porque sou um homem pecador» (Lc 5, 8). Em ambos os casos, e independentemente da razão concreta que se costuma alegar, a causa do seu temor não era outra senão desagradar a Deus. Segundo a primeira explicação, não sabia ele, nem podia chegar a sabê-lo pelo raciocínio natural, que a sua esposa tinha concebido por obra do Espírito Santo; e uma vez que o fruto que Maria esperava não era seu, continuar para a frente como se nada tivesse acontecido ou tudo fosse normal era quase tornar-se cúmplice, cobrindo uma situação ou uma conduta completamente irregular, e isto não podia agradar a Deus. Mas também havia, segundo a explicação mais aceite, o temor a desagradar-Lhe, invadindo um âmbito ao qual não tinha sido chamado se, como diz por exemplo São Bernardino de Laredo, «pareceu-lhe muito culpável atrevimento o atrever-se por sua própria iniciativa a acompanhar e servir aquela que conhecia ser mãe de quem os serafins não se cansam nunca de adorar». E embora não pareça verosímil que soubesse ser a Virgem «Mãe daquele que os serafins não se cansam de adorar» pois em tal caso a explicação do anjo teria sido supérflua, o que mostra ter é qualquer coisa como temor a sujar com os seus pés uma terra sagrada, com a consciência de que não era digno de pisá-la. Em ambos os casos, pois, tratava-se daquilo que podíamos chamar um temor santo, o temor de ofender a Deus, de desagradar-Lhe, o temor a fazer qualquer coisa de indevido diante de Deus, um temor que tem a sua origem no amor.

Mas não foi desta espécie o temor que o invadiu ao saber que Arquelau reinava na Judeia no lugar de seu pai Herodes. «Temeu ir para lá» pelo perigo que podia resultar para Jesus caso se estabelecesse na Judeia. Não era, portanto, um temor sagrado, esse temor de Deus que é um dom do Espírito Santo, um temor relacionado com a grandeza da divindade e com o mundo sobrenatural, um temor nascido do amor, o medo de desgostar quem amamos. Pelo contrário, era um temor muito humano, o medo do dano que

injustamente podia causar a Jesus um homem poderoso e com recursos e sem outro norte que o seu próprio interesse - ou o que julgasse sê-lo - e este era um temor diferente, muito parecido com o que o levou a empreender a fuga para o Egito com o Menino e sua Mãe. «Foge», tinha-lhe dito o anjo: para ensinar - afirmam São Cipriano e Santo Agostinho - que fugir do furor ou da malícia dos perseguidores ou dos que ameaçam com diversos males, não é pecado nem cobardia, mas prudência. E José era um homem prudente, que não expunha os seus a perigos desnecessários, precisamente por ser temente a Deus e consciente das suas responsabilidades.

Estas duas espécies de temor referidas a épocas diferentes, aparecem de passagem mas com uma carga de grande significado, numa comédia de Ulrich Becher (*Mademoiselle Lõwerzorn*): «Noutros tempos, os homens sentiam um temor santo: o temor de Deus e da sua onnipotência. Hoje predomina na humanidade outro temor: o medo que o homem tem dos outros homens e do poder das suas armas secretas». Um medo, pois, profano. Não medo de ofender a Deus ou aos outros; não medo de causar involuntariamente dano a outros, mas medo a que outros, mais fortes, nos causem a nós - ou àqueles a quem amamos - arbitrariamente em nome, isso sim, dos ídolos que em épocas ou em homens sem fé em Deus estão a ocupar o lugar da divindade.

Há pois dois modos de temor - temor de Deus e medo dos homens - que originam resultados muito diferentes. O temor de Deus, princípio da sabedoria, se não elimina absolutamente os temores profanos, ajuda a vencê-los com igualdade de ânimo, porque aquele que teme a Deus sabe que a sua ajuda é segura e que ao fim e ao cabo sai a ganhar, e esta esperança é fonte da sua fortaleza. Um dos argumentos que influíram poderosamente em São Justino e o levaram a abandonar as filosofias pagãs em proveito do cristianismo, apesar dos preconceitos que, contra a doutrina de Cristo lhe tinham inculcado nos ambientes que frequentava, foi observar a ausência de medo com que os cristãos enfrentavam a morte - uma morte que não estava nas suas mãos evitar -, a serenidade e a paz, e o nenhum rancor para com os seus algozes, com que eram capazes de suportar afrontas, calúnias e danos corporais: «Via-os logo, diz-nos - tão intrépidos ante a morte e tão inacessíveis ao medo de tudo o que temem os homens»

(*Apologia*, 11, 12). O temor a ofender a Deus, temor santo, dava-lhes tal fortaleza que parecia imunizá-los contra quaisquer outros temores.

Não se passa o mesmo com o temor profano, com esse medo dos homens quando não existe o contrapeso do temor de Deus, o qual, desgraçadamente, parece ser uma das características destes tempos. Não é o temor de Deus, o medo de o ofender ou lhe desagradar, o que predomina, mas o outro, esse outro medo que paralisa o ânimo ou empurra para o atordoamento, para não pensar. Hoje, este medo é universal. Medo a uma terceira guerra mundial com armas atômicas, medo às denúncias e aos campos de concentração nos países de Leste, medo de assaltos e terroristas nos países do ocidente, um medo que leva a transformar os lares em cárceres, com grades nas janelas, portas de segurança e ferrolhos. Medo de sair depois de escurecer e em muitos sítios mesmo durante o dia.

E há também outro tipo de medo, o que domina o homem culpado e o persegue onde quer que vá; essa espécie de obscuro temor que faz com que os homens mintam e matem, porque uma das causas da crueldade é o medo. O medo a que descubram as nossas culpas, o medo da desonra, - a desonra convencional ante os homens - essa espécie de temor própria do homem capaz de tudo excepto de enfrentar as consequências dos seus próprios actos.

Talvez assim se explique este retrocesso do nosso tempo a um estágio pré-cristão, evidentemente não enquanto à civilização técnica mas enquanto ao respeito para com o próximo, ao convívio entre os homens, ao amor aos outros que o acatamento da doutrina cristão introduziu nas relações humanas, afastando o egoísmo próprio daquele mundo antigo no qual, porém, não faltaram nem pressentimentos de verdades fundamentais nem homens exemplares. Talvez tenha sido isto também o que, na homilia da Santa Missa com que iniciou oficialmente o seu pontificado, fez o Santo Padre João Paulo II exclamar: Não tenhais medo de acolher a Cristo e de aceitar o seu poder! Não temais! Abri, mais ainda, escancarai as portas a Cristo! Não tenhais medo!

Pois parece, com efeito, como se o mundo, os homens, tivessem medo de abrir as portas do seu coração a Cristo, às exigências da sua doutrina. Homens sem liberdade, presos nos laços deste mundo - concupiscência da

carne, concupiscência dos olhos e soberba da vida, dizia São João - familiarizados com o pecado, que temem abrir-se à graça, não se sabe porque misteriosa razão e que, de certo modo, podem comparar-se àqueles a quem se referia Isaías (6, 9-10) aludindo a que os seus ouvidos não ouviam, nem entendiam no seu coração, «não aconteça que vejam com os seus olhos, oiçam com os seus ouvidos e entendam com o seu coração e se convertam e os cure». Uma estranha espécie de medo a converter-se, a que Cristo tome posse das suas almas com a graça, a que os faça felizes aqui e depois, para além da morte, também na eternidade; medo a deixar o pecado que, mesmo quando os amargura e lhes rouba a paz, é-lhes familiar e proporciona momentâneos prazeres ou satisfações embora estéreis e mesquinhas; medo a que, se abandonam este patrão despótico que os escraviza, ele se vingue arrebatando-lhes a miserável compensação com que comprou as suas almas.

13. REGRESSARAM A JERUSALÉM À SUA PROCURA

Somente São Lucas fala do episódio do templo, aquele em que Jesus, em vez de regressar a Nazaré com Maria e José, ficou em Jerusalém. Diz o evangelista: «Seus pais iam todos os anos a Jerusalém pela festa da Páscoa. Quando chegou aos doze anos, indo eles a Jerusalém segundo o costume daquela festa, acabados os dias que ela durava, quando voltaram ficou o Menino Jesus em Jerusalém, sem que seus pais o advertissem. Julgando que ele fosse na caravana, caminharam uma jornada; e depois procuraram-no entre os parentes e conhecidos. Não o encontrando, voltaram a Jerusalém à sua procura» (Lc 2, 41-45).

A lei obrigava os israelitas a partir dos doze anos. Até então, pois, ainda não havia nada que obrigasse Jesus a subir a Jerusalém em nenhuma das três festas em que se devia adorar a Deus. Eram estas as da Páscoa, Pentecostes, e a dos Tabernáculos, e embora não obrigassem a ir ao templo aqueles que vivessem a mais de um dia de distância, costumavam porém, na Páscoa, vir judeus de toda a Palestina.

Consta pelo Evangelho que José ia todos os anos na companhia da sua esposa, apesar das mulheres estarem isentas desta obrigação (*ibant parentes eius per omnes annos in Jerusalem*, diz a Vulgata: Iam os seus pais todos os anos a Jerusalém); ao cumprir Jesus doze anos, levaram-no também.

Nazaré dista de Jerusalém uns 110 ou 120 quilómetros pelo caminho mais recto. Ao aproximar-se a Páscoa, costumavam reunir-se várias famílias para empreenderem juntas o percurso, dando-se companhia e ajuda mútua. Faziam geralmente jornadas de 25 ou 30 quilómetros de modo que, de Nazaré, o caminho durava uns quatro dias e quando, como neste caso, vinham de longe, a permanência em Jerusalém prolongava-se por uma semana inteira.

Quando, acabados os dias, se puseram a caminho para regressarem a Nazaré, Jesus ficou em Jerusalém sem que eles o notassem, coisa muito explicável dadas as circunstâncias. Jerusalém estava, nesses dias, com uma população flutuante muito superior à habitual; ao formar-se de novo a

caravana, no ponto de reunião para regressarem aos seus lares, a confusão costumava ser grande, aumentada ainda pelas gentes que transitavam, indo e vindo ao templo ou para os seus negócios. E além disso, as crianças. Com doze anos já não se levam pela mão e tanto ao reunirem-se as famílias para a saída como durante a jornada de viagem, a sua mobilidade fazia-as estar em toda a parte e em nenhuma.

Não é, portanto, de estranhar que, até que os membros de cada família se reunissem para a refeição da tarde, Maria e José não notassem a ausência do Menino. Eles pensaram que ia em algum outro grupo e assim que notaram a falta, começaram a procurá-lo, indagando durante o resto do dia *inter cognatos et notos*, entre parentes e conhecidos, esperando encontrá-lo em qualquer momento ou, pelo menos, saber alguma coisa dele.

A noite da primeira jornada deve ter sido terrível. No segundo dia, cedinho, desandaram o caminho e regressaram a Jerusalém, prosseguindo na sua busca por onde quer que tivesse podido transitar, perguntando a todos os que podiam saber. Inutilmente passou o segundo dia e ao terceiro, quando foram ao templo, provavelmente não tanto por pensarem que podiam encontrá-lo aí, mas para rezarem e acharem algum consolo, então encontraram-no.

A narração é simples e torna-se por isso fácil avançar sem dificuldades nela. Mas uma narração simples pode referir-se, para já, a um facto insignificante mas também a outro de gravíssimo alcance, ou a uma lenta e prolongada agonia, e também a um facto glorioso. Devemos considerar-nos dispensados de toda a reflexão, de qualquer tentativa de aprofundar somente porque aquilo que nos é dito seja simples e se perceba com facilidade? A parábola do filho pródigo, tão linear, tão clara, tão ao alcance das toscas e rudes inteligências, é porventura um ensinamento que se possa despachar como se só se tratasse de um conto para entreter?

Talvez seja necessária - ou pelo menos muito conveniente - uma certa experiência do sofrimento para compreender e valorizar certas coisas; tentar, senão vivê-las no sentido real, pois isso é impossível, pelo menos com o pensamento.

Nem Maria nem José suspeitaram, nem tal suspeita era possível, que Jesus se tivesse extraviado. Eles sabiam quem era, tinham-no visto obediente, dócil, ponderado, durante os doze anos de vida que tinha. Nem o mais leve desgosto, nem o menor indício que os pudesse pôr em guarda ante alguma possível travessura, atordoamento ou influências de outras crianças que o levassem a sofrer algum mal ou a fazer alguma coisa que não estivesse bem. A sua confiança era total neste aspecto e sem dúvida tinham motivos mais do que suficientes para tê-la.

Assim, quando, chegado o momento, notaram a sua falta e passava o tempo sem que aparecesse, começando eles a percorrer a caravana perguntando a uns e a outros sem que ninguém lhes desse qualquer indicação, o que começara em preocupação transformou-se em angústia. Só uma desgraça, um percalço, qualquer coisa má, podia ter impedido que Jesus estivesse onde tinha que estar - onde eles pensavam que devia estar -. Não é difícil de perceber a dor de José, o chefe de família, o homem cuja única missão na vida era a de velar por Jesus, ao comprovar a sua ausência. Que poderia ter-lhe acontecido?

Era uma pergunta à qual não conseguia responder, com tantas respostas que desfilavam pela sua mente. Noite triste a daquela jornada, esperando com ânsia o amanhecer para se pôr a caminho desandando o andado, de novo rumo a Jerusalém. E, uma vez na cidade santa, com o coração encolhido e o andar pesado, novo inquérito por todas as casas onde tinham conhecidos, batendo a todas as portas, perguntando a vizinhos e transeuntes, cada vez com maior angústia.

Talvez o pior de tudo fosse o aparente silêncio de Deus. Ela, a Virgem, era a preferida do Pai: ele, José, havia sido escolhido para velar por ambos e tinha também experiência da intervenção de Deus nos assuntos dos homens. Por meio do anjo, tinha sido prevenido do perigo que Jesus corria em Belém, e fora levado a fugir para o Egípto; ao chegar à Judeia, novamente lhe fora indicado que se fixasse em Nazaré para evitar possíveis males. Porquê então, nesta ocasião, nada lhe era dito? Como, ao cabo de dois dias de clamar aos céus, de procurar incessantemente e cada vez com maior ansiedade o menino, o céu permanecia mudo às suas súplicas e aos seus sofrimentos?

Não é fácil, neste ponto, concordar com a opinião de Orígenes e Eutímio, reunida por Maldonado nos seus *Comentários*, quando dizem de Maria e José: «Não creio que eles sofressem por julgarem o menino perdido ou perecido. Pois não podia acontecer que Maria, sabendo que tinha concebido por obra do Espírito Santo, que tinha ouvido o anjo e os pastores, e Simeão que profetizava, temesse agora que o menino pudesse perder-se ou andar errante». O que temia não podemos sabê-lo mas se não era o tê-lo perdido, que outra coisa lhe podia ter causado tal angústia? Pois foi a própria Virgem Maria quem disse: «Olha que o teu pai e eu, te procurávamos cheios de aflição» (Lc 2, 48). É mais simples sentir com Guillen de Castro com respeito à Virgem quando, imaginando-a na procura do seu filho pelas ruelas de Jerusalém, a faz exclamar:

Filhas de Jerusalém:

Vistes ou soubestes de um Menino que eu perdi, que é meu Filho, que é meu bem?

Quanto a José, muito de acordo com o seu modo de ser, sabe Deus qual seria a sua profunda dor, suportada em silêncio enquanto procurava encontrar palavras que mitigassem a ansiedade da sua esposa. Mas nem sequer agora, ante este novo e incompreensível acontecimento, solta a menor queixa, nem a sua atitude é a do que se considera submetido injusta e desnecessariamente a provas cujo sentido ou finalidade escapa à sua compreensão. Na verdade, são plenamente aplicáveis a este homem justo as palavras que, referidas ao seu antepassado o rei David, escreveu São João Crisóstomo: «Ele aceitava tudo como vindo da mão do Senhor sem julgar os acontecimentos e sem outro desejo que o de obedecer e seguir em tudo as leis que por Deus tinham sido instituídas».

No terceiro dia, acompanhado por Maria, foi ao templo. Parece como se, esgotadas todas as possibilidades, sem que ficasse uma pesquisa por realizar, uma pergunta por fazer, um transeunte por interrogar; como se, depois de ter indagado em toda a parte e percorrido todos os lugares onde pudesse ter passado, nada restasse já para fazer senão declarar-se vencido e ir à casa de Deus, a suplicar uma vez mais pelo Menino perdido.

E foi então, quando todos os meios tinham mostrado a sua inutilidade, quando Deus resolveu, uma vez mais, o problema, trocando a angústia por alegria e a tensão por paz.

Quando se pensa com sossego, devagar, em todo o texto evangélico, verificamos claramente que Jesus não se perdeu; mas se pensamos em Maria e José, eles sim que o perderam. Não o teriam perdido se um ou outro tivessem permanecido constantemente a seu lado, se em nenhum momento se tivessem separado dele. É evidentemente impensável uma negligência ou descuido da parte de José ou de Maria. Ninguém lhes arrebatou Jesus, nada do que aconteceu se deve a que algum deles ou os dois, tivessem faltado às obrigações que tinham, de o atender e dele cuidar. Digamos que Jesus deixou-os momentaneamente para ir tratar dos seus assuntos. Mas eles não o sabiam e sofreram porque já não o tinham consigo.

O nosso caso é outro. «Olha, - escreveu o já mencionado Frei Pedro de Santa Maria - não percas a Deus; está atento aos perigos do mundo, onde os inimigos da tua alma sempre estão prontos para o arrebatam e põe grande diligência em conservá-lo». E um facto - embora seja também um mistério que ultrapassa a nossa capacidade intelectual - a inabitação da Santíssima Trindade na nossa alma em graça; e é uma verdade, comprovável numa multidão de ocasiões, por desgraça, que podemos perder esta divina presença. No caso de São José, ele não perdeu Jesus; foi Jesus que se ausentou da sua presença.

Connosco é diferente e isso jamais acontece pois Jesus nunca abandona o homem. Não é ele que se afasta, como no episódio do templo. Não é ele que se separa de nós. Somos nós, os homens, quem o expulsamos do nosso lado, mais ainda, da nossa alma, pelo pecado mortal; somos nós que nos afastamos da sua companhia porque, postos a escolher, preferimos outra à sua. Em todo o processo de união do homem com Deus, mesmo no mais elementar, a iniciativa é de Cristo. Pelo contrário, em todo o processo de separação, a iniciativa é nossa. Ele nunca deixa de solicitar a nossa amizade mas não nos obriga contra a nossa vontade a aceitá-la. Nós, porém, somos tão volúveis que parece que somente o admitimos perto de nós quando nos sentimos vazios de outras presenças e afastamo-lo logo que alguma criatura pede para entrar na nossa alma. Não, não é ele quem nos deixa. Somos nós

que o abandonamos a ele. Como poderia Jesus deixar-nos se, para que ficassemos sempre na sua companhia, morreu numa cruz? Ele sempre nos está a chamar com a sua graça atraindo-nos suavemente.

Por desgraça, parece que isto não importa muito à maioria dos homens, pelo menos aos de agora. É como se, com efeito, preferíssemos ficar com qualquer criatura que nos chamasse do que com Aquele que disse que aprendessemos d'Ele porque era «manso e humilde de coração» (Mt 11, 29); é como se preferíssemos servir às criaturas (que às vezes actuam como patrões brutais e despóticos) em vez de nos darmos Aquele que assegura ser o seu jugo suave e a sua carga leve (Mt 11, 30).

Em *Caminho* há uma afirmação que explica tanto a aflição e o pesar de José como o seu esforço por encontrá-lo. Diz: «Qual é o segredo da perseverança? O Amor. Enamora-te e não O deixarás» (nº 999). José amava profundamente Jesus e por isso sofreu com a sua ausência e procurou-o incansavelmente até o achar de novo. E a verdade é que as nossas vidas, as dos cristãos - as daqueles que se chamam cristãos - aparecem hoje em duro contraste com a atitude deste homem justo. Hoje, não parece que haja muita gente que sofra pela sua ausência; cristãos há, para quem a presença ou ausência de Cristo nas suas almas não significa praticamente nada. Passam da graça ao pecado e não experimentam sofrimento nem dor, aflição ou angústia. Passam do pecado à graça e não dão a impressão de serem homens que voltaram do inferno, que passaram da morte à vida. Não se lhes nota o alívio, a alegria, a paz e o sossego de quem recuperou Jesus.

É provável que isto aconteça porque não estamos apaixonados, porque não o estimamos, pois é claro que, quando perdemos uma coisa que queremos, sentimo-nos afectados; e quando se ama de verdade, a dor que produz a perda da pessoa amada é quase insuportável. Mas nós, os homens, passamos às vezes de tê-lo a não o ter, de perdê-lo a voltá-lo a achar, com tal indiferença que não há alteração apreciável nem no nosso humor nem na nossa vontade. É como se fosse a mesma coisa.

Assim, claro que será difícil que nos apliquemos numa aflição busca do bem perdido pois na verdade não apreciamos muito esse bem. Isto produz uma grande tristeza pois é verdadeiramente penoso pagar com tanta frialdade - e até com o desprezo de postergá-lo diante de bagatelas

insignificantes - a quem tanto sofreu por nós. Às vezes, quando se pensa, tem-se a impressão de que é como desentendermo-nos de uma criança que se perdeu, não de uma criança qualquer, mas sim da nossa. É tal o nosso egoísmo, estamos tão ocupados a pensar em nós mesmos, que nem sequer nos fica um resquício para pensarmos n'Ele.

O mundo odiou Jesus (Jo 15, 18) e não parece que hoje tenha rectificado esta atitude. «Veio aos seus e os seus não o receberam» (Io 1, 11). José, sim, recebeu-o. Recebeu-o logo que recebeu a sua esposa quando o anjo lho pediu, pois ela já o levava no seu seio. Amou-o com todo o profundo amor que um pai é capaz de sentir pelo seu filho, sofreu o indizível quando se perdeu, procurou-o infatigavelmente por todos os caminhos, inquiriu de todos os que podiam dar-lhe alguma luz, já que o amava e a vida sem Ele era insuportável.

Certamente que, para os que, neste mundo que não mostra sintomas de querer receber a Cristo, professamos acreditar n'Ele, esta lição de São José pode ser-nos proveitosa. «Procurai e encontrareis» (Lc 11, 9). Não podem falhar as suas palavras de modo que não há dúvida de que se o procuramos sinceramente, acabaremos por encontrá-lo ..., sempre que o procuremos no lugar adequado. E para isto, inquirir, perguntar, àqueles que podem dar orientação - não aos que só nos conseguem afundar no caos - porque, assim como José e Maria o encontraram no templo, - o único templo onde se prestava culto ao único Deus verdadeiro - assim o mundo só o poderá encontrar na única Igreja fundada por Ele, aí onde permanece por nossa causa até ao fim dos séculos, aí onde o sacramento da Confissão nos faz achar de novo o Menino que tínhamos perdido.

14. E VENDENDO-O, FICARAM ADMIRADOS

«Aconteceu que, três dias depois, o encontraram no templo sentado no meio dos doutores, ouvindo-os e interrogando-os» (Lc 2, 46).

Foi este o termo da procura. Encontraram-no no templo (em que outro lugar poderia ter estado? Orígenes diz que não o encontraram quando o procuravam entre os parentes: «não podia uma parentela humana encerrar o Filho de Deus», nem podia Ele abandonar os seus pais por outra coisa senão pelo serviço do seu Pai), sentado entre os mestres que ensinavam a Escritura e as tradições do Povo de Deus, ouvindo as suas explicações e fazendo perguntas.

O templo era um conjunto de construções e dependências. Rodeando o santuário existiam várias, destinadas a diferentes usos, todas relacionadas com o culto e os serviços que o culto requeria. Aí, numa daquelas salas ou espaços, costumavam os rabinos instruir os ouvintes acerca de pontos das Escrituras à maneira de aulas de catequese ou cursos académicos, segundo as idades, e preparação dos ouvintes. Expunham a doutrina, animavam a que as dúvidas lhes fossem submetidas, ou a que pedissem esclarecimentos. Por sua vez, faziam perguntas aos ouvintes, seja para confirmar se tinham compreendido, seja para terem pretextos para falarem de novos temas ou aprofundarem em algum.

Aí, «sentado no meio dos doutores», encontraram Jesus, embora não sentado entre eles como um mais. Tal coisa é impensável, tanto no que se refere aos rabinos como a Jesus, por mais que a devoção de alguns pintores - ou a sua ignorância - o tenham apresentado em pé de igualdade com os mestres de Israel ou a dar-lhes lições. O que o Evangelho parece indicar - e isto é a opinião geral - é que Jesus estava entre eles, sentado no chão ou sobre uma esteira ou um escabelo, como os outros ouvintes, segundo o costume, escutando as explicações dos rabinos, perguntando e respondendo quando a pergunta era para ele.

Alguma coisa haveria nessas suas perguntas e respostas, quando o Evangelho afirma que todos quantos o ouviam estavam assombrados da sua

«sabedoria e das suas respostas». E foi então, no momento em que Jesus respondia perante o assombro dos ouvintes, quando José e Maria chegaram e surpreenderam a cena. «*Et videntes admirati sunt*», diz a Vulgata: «ao vê-lo, ficaram admirados».

É a segunda vez que o Evangelho menciona este estado de ânimo, embora com uma leve diferença de matiz nas palavras utilizadas. Quando, no templo, Simeão louvou a Deus, São Lucas escreveu: «E os seus pais estavam admirados com as coisas que se diziam dele». Talvez se possa pensar que, depois das revelações que a Virgem e São José tiveram, e das coisas que aconteceram ao nascer Jesus, deviam estar quase como que vacinados contra toda a espécie de estranheza ante os prodígios e mais ainda daqueles que não eram tais ou, se o eram, não tão aparentes.

Mas José e Maria eram humanos. Não foram só as palavras pronunciadas por Simeão que lhes produziram assombro. Foi todo o acontecimento em si. Nenhum jovem casal daqueles que iam ao templo apresentar, cheios de legítimo orgulho, o seu primogénito, esperava outra coisa senão as palavras e os gestos rituais ou talvez também alguma saudação e uma expressão amável. Mas encontrar-se com um ancião que não conheciam e que, sem vacilar, se adianta indo directamente ao seu encontro, que toma o Menino nos seus braços e, sem que nenhum sinal exterior o indique, o reconhece como o Salvador prometido ao povo e pronuncia palavras inesperadas e cheias de conhecimento do mistério tão zelosamente guardado, não era coisa que acontecesse a todos, nem frequentemente. Claro que se admiraram.

Nesta segunda ocasião, e também no templo, as coisas não correram da mesma forma. Quando da apresentação, Jesus tinha quarenta dias; foi um protagonista passivo e José e Maria assombraram-se com o acontecimento e com as palavras de Simeão, pois percebiam bem decerto que também Deus o tinha feito participante do grande mistério e admiravam-se ao ver os planos de Deus. Mas agora, Jesus tinha doze anos, eles estavam angustiados, e o que contemplavam não era uma coisa que se relacionasse com eles apesar de ser admirável, mas era o próprio Jesus numa posição que nunca tinham imaginado. Não, sem dúvida, por se mostrar como um desses meninos-prodígio que aparecem de vez em quando, fazendo coisas

muito acima da sua idade - e da idade de muitos -. Não era este o caso. Maldonado observa que «O evangelista não o apresenta como doutor, mas sim sentado como um discípulo, quando diz que os ouvia e lhes perguntava como corresponde a um discípulo». E São Gregório, ainda mais explícito em mostrá-lo aqui não como doutor, mas como aluno, escreveu que Jesus «foi encontrado não ensinando mas perguntando», e acrescenta: «Neste exemplo aprendemos que o homem fraco não se deve atrever a ensinar como doutor, pois ele quis, sendo criança, ser instruído perguntando».

O que admirou Maria e José foi toda a cena. Ver o Menino, apenas com doze anos, a escutar tão no seu sítio, perguntando e respondendo sem timidez nem demasiado à-vontade, comportando-se com perfeita desenvoltura, própria de uma criança que tem consciência do lugar onde está e daquilo que anda a fazer, como se fosse habitual a sua assistência às aulas dos doutores da lei. Talvez também fosse uma admiração não isenta de um limpo e legítimo orgulho, ao verem-se honrados pelo bom papel que estava a desempenhar; mas se aqueles que o ouviam estavam também pasmados com a prudência das suas respostas, isso devia-se, não a que dissesse coisas extraordinárias mas - como aponta Maldonado nos seus *Comentários* «ao bem e agudamente que entendia as perguntas que lhe faziam». «É de crer - acrescenta - que, como discípulo, aqueles doutores lhe perguntassem coisas cada vez mais profundas e ele respondesse mais para além do que se poderia esperar da sua idade». Com muita razão, pois, os seus pais se admiraram ao ver o seu aprumo, o modo ao mesmo tempo modesto e seguro com que respondia.

Em nenhum caso, porém, e embora os ouvintes se admirassem, ultrapassou este episódio os limites do normal. Jesus não atraiu sobre si a atenção até ao ponto de ser objecto de comentários em Jerusalém, de que se interessassem pela sua capacidade, de que se acompanhasse a sua trajectória posterior com o olhar atento com que se espera a maturação de uma promessa. O episódio do templo foi muito significativo mas não o arrancou ao anonimato da sua vida escondida, permanecendo sem chamar a atenção ainda por muitos anos. Aqueles que se espantaram com a inteligência das suas respostas depressa o esqueceram ou talvez em alguma ocasião, meses ou anos mais tarde, tê-lo-ão contado como um facto curioso.

O que é normal entre nós, os homens correntes, é que nos admire o extraordinário mas não o ordinário: aquilo que poucas vezes acontece e se mostra acima do que habitualmente sucede e não o que nos acostumamos a ver. Não nos admiramos, por exemplo, que amanheça um dia e outro, nem parece que chame a atenção até ao ponto de nos assombrarmos, os movimentos e expressões de uma criança de poucos meses. No templo, à volta dos rabinos, não era coisa desusada verem-se crianças a escutar e a aprender, a perguntar e a responder. De vez em quando, surgia algum melhor dotado e isso notava-se nas perguntas que fazia e no modo como respondia àquilo que lhe perguntavam. Nada acima do comum e quotidiano.

Porém, admirou os seus pais. Para eles foi como uma revelação e isto, apesar de já deverem estar acostumados a essa espécie de surpresas. Mas eles podiam admirar-se porque eram capazes de ver coisas admiráveis onde o comum dos homens não encontrava senão pura vulgaridade. Creio que foi Chesterton quem falou de um homem que, em Londres, ao acabar o seu trabalho, percorria uma longa distância para poder contemplar por breve tempo, num museu antes de fechar, um quadro de brilhantes coloridos que representava um pôr-de-sol. Mas este homem jamais lhe ocorrera que bastava assumir-se à janela da sua casa para contemplar uns esplêndidos pôr-de-sol que Deus pintava para Ele todos os dias.

Este é um dos privilégios dos humildes. Encontrar coisas dignas de admiração no mais quotidiano e desprovido (aparentemente) de interesse. Admirar-se com dons e qualidades que os outros não notam. Maria e José eram, humanamente, apenas um pobre e jovem casal sem estudos que vivia numa insignificante aldeia e cujas amizades não se contavam, precisamente, entre gente intelectual e socialmente refinada. E os humildes são mais dados a escutar do que a falar e os pobres e os que não têm estudos, admiram nos outros o seu saber e não se atrevem sequer a levantar a voz pois nunca acreditam que o que vão dizer mereça a pena ser escutado.

O dom da humildade confere aos homens, entre outros, a capacidade de admirar os outros. É tal o conhecimento que o humilde tem de si mesmo, tão verdadeiro, tão revelador da exactidão daquelas palavras de São Paulo: «que tens tu que não tenhas recebido?» (1 Cor 4, 7), que o considerar-se

inferior aos outros homens quase não requer esforço porque é quase como uma evidência que aparece constantemente ante os seus olhos.

Principalmente, a clara consciência da desproporção entre aquilo que nós recebemos e o que devolvemos em troca, eis o que faz que o homem humilde - e nisto se nota que o é - ande sempre como devedor, sem que jamais tenha sequer um princípio de arrogância. Serve a Deus com temor e alegra-se com tremor, tentando pressentir se o que faz agrada e satisfaz a quem com toda a sua alma deseja comprazer e, ao mesmo tempo, com a persuasão de que o que faz está sempre muito abaixo daquilo que Deus merece. Ante a generosidade de Deus, a nossa - quando a há - aparece sempre como uma mesquinhez e o humilde capta isto perfeitamente.

Mas, além disto, a capacidade de admiração, de assombro ou, como diz o Evangelho a respeito de Maria e de José, de «admirar-se», estende-se ao universo inteiro e até aos mais pequenos acontecimentos. O que a humildade faz num homem é, de certo modo, torná-lo menino e isto é um privilégio e uma graça pois «O reino de Deus é dos pequeninos e não poderá entrar nele quem não o receber como uma criança» (Mc 10, 13- 16).

E um dos rasgos mais comuns à criança e ao homem humilde é a capacidade de assombro. Os pequeninos, admiram o voo dos pássaros, o som de uma cigarra, o ver correr a água, as cores, a luz que se acende, tudo. Estão constantemente a descobrir coisas maravilhosas e a assombrar-se com elas e a sua vida é uma festa. De igual modo, a simplicidade e o espírito de ingenuidade que a humildade infunde no homem, dota-o com uma análoga capacidade de assombro. Diante do fabuloso espectáculo da criação, diante das árvores e das flores e dos verdes campos na primavera e do ouro nas folhas no outono, ou do escuro e imenso firmamento, com as estrelas brilhantes como pequenas janelas iluminadas, através das quais podemos espreitar para deitar uma olhadela «dentro» do céu; ou do fascínio do infinitamente pequeno, das células do cérebro com as suas múltiplas ligações e funções; e dos sons e das cores, e do vento, e do fogo, e da água. Tudo é novo, admirável e alegre para um menino mas também para quem alcançou de Deus o dom da humildade. É este mesmo espírito de humildade, capaz de descobrir um prodígio nas coisas mais correntes e de provocar um sentimento de novidade ante o acontecimento aparentemente

mais vulgar, o que constitui uma fonte de juventude e alegria em quem a possui; é o que enriquece o homem ao contemplar um universo criado para seu deleite.

Mas tudo é muito diferente quando não se possui este dom, e não certamente porque Deus o negue a alguém, mas porque os homens, ao que parece, têm por desprezível e assim o estimam, nem o pedem, nem o desejam, nem o procuram. É um espectáculo triste, o dos homens enfadados, que pensam já saber tudo. Esses homens são velhos, cínicos, estão cansados, oprimidos sob um firmamento decrepito de estrelas moribundas, como pacientes com a vista cravada no céu raso salpicado de moscas» (W. Farrell). Ou dos jovens prematuramente envelhecidos por experiências malsãs, desiludidos, «a quem foi apresentado um mundo gasto e foi pedido entusiasmo por ele». Como é possível que se entusiasmem se aquilo que lhes é oferecido não pode agradar a ninguém que conserve ainda alguma sensibilidade? Quando não há humildade e a capacidade de assombro desaparece; quando um homem é incapaz de se maravilhar seja com o que for, porque para ele nada é já maravilhoso; quando perdeu a visão e já não consegue distinguir a luz que patenteia a obra criada por Deus para regalo dos homens, então aparece o tédio, o aborrecimento, a desilusão, e acaba-se por perder a alegria de viver e até o sentido da vida. Então é quando o homem se tem de agarrar a qualquer coisa para não se sentir vazio, é quando desperdiça excelentes qualidades e não pouca energia em objectivos minúsculos e fugazes, quando se aferra a ideologias, doutrinas ou ideias com a força de um fanático porque precisa angustiosamente de se agarrar a qualquer coisa que lhe devolva o interesse em continuar a viver.

Não é razão suficiente a existência do mal para repelir a criação ou para acusar Deus de ter feito muito imperfeitamente o mundo, ou até para lhe atirar à cara que permita que sofram os inocentes e não impeça que o mal nos alcance. Não, não é razão suficiente; não é nem sequer um argumento mas apenas a condenação da liberdade do homem e uma modesta exibição de falta de conhecimentos que, para quem tiver interesse em informar-se, são quase elementares. Que depois se aceitem ou não, é questão à parte que depende, precisamente, da liberdade que se condena.

E admirável encontrar homens tão inteligentes como Tomás de Aquino, que se sentiram deslumbrados ao ver que o homem é capaz de conhecimentos, que se extasiaram ante a razão humana que permite ao homem, não apenas conhecer o que está fora deles mesmos, mas ter consciência de si, e conhecer-se: «Que o intelecto pertença ao indivíduo que o possui e este conheça através dele, é quase belo demais para ser verdade», escreveu E. Gilson comentando este assombro de S. Tomás. E isso que era fascinante para o poderoso intelecto de S. Tomás não chama sequer a atenção da maior parte de nós. Claro que ele era um homem tão humilde que estava sempre a aprender com uns e com outros; e por causa dessa sua humildade, viveu no contínuo prazer de ir descobrindo fragmentos de verdade até nos homens mais equivocados.

E comevedor contemplar José e Maria, depois de doze anos, assombrarem-se com Jesus. Nunca deixou de surpreendê-los pois nunca deixaram de ir descobrindo maravilhas nele.

Mas nós, os homens de hoje, de regresso de muitos caminhos, desenganados e desiludidos, com a alma envelhecida e o olhar vazio, parece como se nos tivéssemos tomado incapazes da alegria de descobrir mundos novos. Depois de ter dominado - e quase destruído - a natureza, de ter provado tudo, de ter inventado novos modos de organizar a sociedade, de ter fracassado no empenho de fazer um mundo feliz - o que não é estranho, dada a pretensão dos homens de o construir sem atender à Revelação - o homem dos nossos dias não parece ter ganho muito com tanto artifício. Juntamente com a humildade, perdeu a capacidade de admiração, essa facilidade prodigiosa de maravilhar-se diante das obras de Deus e de se surpreender daquilo que ele mesmo é capaz de conseguir graças aos dons com que Deus o quis dotar.

Mais uma vez: tais coisas foram reveladas aos humildes e aos pequeninos, e continuam a manter-se ocultas aos sábios e poderosos, isto é, aos auto-suficientes, àqueles que confiam tanto em si mesmos, no seu talento e nas suas qualidades, que se tornaram incapazes de aprender, tanto como de admirar. Já não podem ver nada porque o seu eu é como um obstáculo permanente diante dos seus olhos; tão atentos estão a si mesmos, e tão seguros do seu saber, que não admitem senão o que confirme as suas

ideias. É uma atitude cansada, que contrasta com a impressão de frescura e simplicidade de homens como José, de mulheres como a Virgem que, por olhar para os outros desde a sua humildade, vêem-nos grandes e admiráveis, enquanto que os que olham para os outros do cimo da sua arrogância, vêem-nos diminutos, como insectos que se podem pisar sem que nada aconteça porque são insignificantes.

Porém, eles, os pequenos, e os que se lhes assemelham, serão os primeiros, porque aqui foram colocados em último lugar; e serão louvados porque aqui foram humilhados.

15. TEU PAI E EU

Quando Maria e José encontraram Jesus no Templo e a sua mãe lhe dirigiu a pergunta: «Filho, porque procedeste assim connosco?», justificando-a depois com o sofrimento que a sua desapareição lhes tinha causado, refere-se a José como «pai»: «Eis que teu pai e eu, te procurávamos cheios de aflição» (Lc 2, 48). O próprio São Lucas diz que Simeão «veio ao templo, e levando os pais o Menino Jesus» ... (Lc 2, 27); «seu pai e sua mãe estavam admirados» (Lc 2, 32); «Seus pais iam todos o s anos a Jerusalém», (Lc 2, 41); «quando seus pais o viram» ... (Lc 2, 48). Nenhuma precisão acerca de José, nenhum adjectivo (legal, adoptivo ...) que distinga a sua paternidade. Realmente, e uma vez assente com clareza a concepção virginal de Maria por obra do Espírito Santo, não era preciso insistir na mesma coisa de cada vez que se mencionasse José, relacionando-o com Jesus.

Há também outra razão. José era, para todos os efeitos, o pai de Jesus. Se existisse por então o registo civil, José teria sido inscrito como o pai e, dada a organização peculiar e os costumes do povo hebreu (e não, certamente apenas pela vontade dos homens) o pai legal era quem transmitia aos filhos os direitos. Há, pois, qualquer coisa mais do que a pura paternidade biológica. A Virgem Maria, dirigindo-se ao próprio Jesus, o reconheceu assim ao dizer: «teu pai e eu».

Quando Santo Agostinho escreveu sobre a paternidade de José, expôs assim a questão: Jesus tinha «nascido de virgem sem germen de marido; aos dois, porém, tinha-os por pais. Como o provamos? Maria o disse: *teu pai e eu te procurávamos cheios de aflição*». «Não teve ela presente - prossegue - a dignidade do seu seio mas a hierarquia conjugal pois o varão é a cabeça da mulher (Eph 5, 23). Que, apesar disso, fosse a Virgem e não José a dirigir-se a Jesus, tem como explicação o vínculo particular, único, que unia a Mãe com o Filho. Não era propriamente da competência de José o pedir contas, mas trabalhar para eles, defendê-los, guardá-los. Ele, tão calado mesmo quando, com todo o direito, podia fazer perguntas, ia agora quebrar este costume quando o que era preciso fazer era da competência de Maria que, por estar mais unida a Jesus, e precisamente por isso, podia dar o tom e

o matiz justo às suas palavras? Isto não tira que tivesse sido a ele - cabeça de família - e não à sua esposa, a quem Deus ia mostrando por um anjo, as determinações que em cada momento devia adoptar para proteger o Menino e a sua Mãe.

Jesus não desautorizou o nome de «pai» que Maria deu a José. Pois não existe apenas uma paternidade biológica e muitas vezes esta espécie de paternidade é de categoria inferior a outras. No que se refere aos filhos, escreveu J. Escrivá de Balaguer em *Caminho* (n. 779): «Muitos privam-se deles pela sua glória (de Deus), e têm milhares de filhos do seu espírito. Filhos, como nós o somos do nosso Pai que está nos Céus». A graça infundida no homem pelo baptismo eleva-o à ordem sobrenatural, fazendo-o filho adoptivo de Deus e herdeiro da sua glória, não havendo nisto nada que tenha a ver com biologia; apesar de que, a paternidade de Deus sobre os baptizados é não apenas de um nível superior à pura paternidade física mas mais verdadeira e, sem dúvida, mais perdurável. Pois «certamente, que a nossa fé nos afirma que José não era pai segundo a carne, mas não é essa a única paternidade» (J. Escrivá de Balaguer).

Costumamos incorrer num erro quando, ao pretendermos fazer uma ideia da paternidade de Deus com respeito aos baptizados, pensamos naquilo que é a paternidade humana para depois tentarmos transferir tal imagem para Deus. É um erro porque a realidade é exactamente o contrário. Não podemos perceber claramente a paternidade humana até que não entendamos - no que é possível à nossa limitada capacidade - o que Deus é para nós como Pai. É ele o modelo e quem dá a pauta pois foi-nos revelado por São Paulo (Eph 3, 14 e 15) que toda a paternidade procede de Deus, a paternidade propriamente dita. Esta outra, a humana, é a maneira que Deus escolheu para trazer novas vidas ao mundo - e podia ter escolhido outras mil maneiras -, associando um homem e uma mulher ao seu poder criador, como colaboradores, no que respeita ao corpo, depositando neles a sua confiança para que educassem aquele novo ser de acordo com a condição de filho de Deus e o dispusessem bem para vir a herdar a glória. Assim, pôde Santo Agostinho escrever a respeito de São José:

Quem disser, portanto: «Não lhe devemos chamar pai porque não o teve como os outros pais», coloca na concupiscência a essência da

paternidade e não no afecto da caridade. Melhor levou ele a efeito a paternidade de coração do que outro qualquer a da carne (...) José foi esposo de Maria sem nenhum comércio carnal, pelo laço único do matrimónio. Precisamente por isso, pôde ser chamado pai de Cristo, que tinha nascido da sua própria esposa, com muita mais razão do que se simplesmente o tivesse adaptado».

«É pois bem verdade, comenta um autor moderno, que a expressão *pai adoptivo*, aplicada a José com relação a Jesus, é fraca demais, embora seja muito mais forte do que a de *pai legal*. José considera o Filho da sua esposa Maria, não como um estranho que adapta mas como o fruto de uma virgindade que está unida à sua e que é o bem próprio do seu matrimónio com Maria. Assim, segundo Santo Agostinho, José foi verdadeiramente esposo e pai e isso sem que a sua virgindade esteja em causa mas por ela e pela de Maria sua esposa (L. Cristiani).

Não é muito difícil consciencializar a força que tem este raciocínio. Para mencionar um nome de muita ressonância, que teve a ousadia de escrever sobre educação e a quem o mundo moderno tem acompanhado em bastantes afirmações gratuitas e indemonstráveis, podíamos citar J. J. Rousseau que teve de Thérèse Levasseur alguns filhos dos quais se desentendeu completa e prontamente. Foi pai só no sentido de os ter engendrado, mas de resto nunca teve a ver grande coisa com eles. Eram como incómodos aborrecimentos não desejados e por quem só sentiu indiferença. Seria perguntarmos até que ponto, a um homem que dá o seu sémen para fecundar uma mulher que quase não conhece, se pode chamar pai do filho que esta concebe e dá à luz. E é claro que quem adopta uma criança não gerada por ele e abandonada num orfanato, e a rodeia de cuidados, e educa, e trabalha para ela, e contribui sem lhe regatear amor para fazer dela um homem, é mais pai do que aquele que, tendo-a gerado - talvez sem querer - não quis saber dela. Não se é pai pelo simples facto de ter deixado grávida uma mulher. Um conceito exclusivamente biológico de paternidade é puramente animal. Ser pai é muito mais do que tudo isso.

«O nascimento de Jesus em Belém introduziu esta Família, única e excepcional, na história da humanidade; nesta Família veio ao mundo, cresceu e foi educado o Filho de Deus, concebido e nascido da Virgem-

Mãe, e encomendado aos cuidados verdadeiramente paternais de José, o carpinteiro de Nazaré que foi, ante a lei hebraica, o esposo de Maria e diante do Espírito Santo, o digno esposo e tutor verdadeiramente paternal, do materno mistério da sua Esposa» (João Paulo II). Cuidados verdadeiramente paternais, os que são expressão do amor de um pai pelo filho. Como a um filho, José amou a Jesus, a quem teve de sua esposa, embora não «do sangue, nem do desejo de carne, nem da vontade do homem» (Jo 1, 13), mas sim do querer de Deus. Falando com Jesus, aludia Bossuet a São José como «O santo homem que vos adaptou, ou melhor, a quem vos destes como filho. Foi escolhido como pai pelo próprio Filho de Deus.

Todas estas considerações deveriam fazer-nos pensar se não haverá hoje um tremendo esquecimento de verdades elementares que deveriam estar frescas na memória dos homens e presentes no momento de assumirem as responsabilidades que o matrimónio traz consigo. Pois já que o matrimónio é o acto inicial pelo qual se constitui uma nova família, tanto o homem como a mulher - mas especialmente o homem por ser a cabeça - devem ter muito clara consciência de que o casamento é algo mais do que mera fisiologia. Uma paternidade puramente física pode ser - e por desgraça isso não é uma pura hipótese - uma coisa muito triste, principalmente para os filhos. E às vezes, até criminosa. Não é instinto paternal evitar os filhos como se fossem uma desgraça, um parasita ou uma vergonha; não é propriamente ser pai o facto de suportar um filho não desejado, resultado de um descuido ou de uma imprevisão e não fruto de um amor limpo manifestado numa entrega sem reservas.

E não se pode chamar paternidade responsável à que faz os seus cálculos para decidir quantos filhos são compatíveis com um nível de vida aceitável, ou a quantos se devem limitar segundo as previsões de alguns sociólogos ou a política planificadora de tal ou qual governo. Nem também a que calcula cuidadosamente se uma nova criança irá pôr em perigo as férias, o apartamento na praia, ou simplesmente a cómoda tranquilidade doméstica que se julga ameaçada pelos inconvenientes de um bebé.

A paternidade responsável, a que sente um pai que verdadeiramente o é, quando o é duma forma essencial (e não apenas accidental, quer dizer,

quando o filho não passa de um mero acidente, nem procurado nem querido), não é calculadora embora seja previsora. Não cega as fontes da vida nem se une à esposa só pelo prazer, como dizia Santo Agostinho, buscando o gozo mas negando os seus efeitos. Deixa a natureza seguir o seu curso sem a violentar, porque não pode ir contra aquilo que Deus dispôs; e se vem outro filho, esforça-se por fazer render mais o seu tempo e não considera uma humilhação nem diante de si nem da sociedade o renunciar a alguns sinais exteriores - e muito reais, sem dúvida - da sua posição social, para acolher outro filho. Com aquilo que algumas famílias esbanjam em luxos ou em diversões inúteis e vazias, podiam-se manter bastantes bocas. E uma criança não precisa de muito: só cuidados e amor.

José exerceu o seu ofício de pai, protegendo Jesus de Herodes e depois preservando-o do possível perigo que pudesse vir de Arquelau. Para protegê-lo abandonou a sua pátria, habitou em terra estranha, mudou de planos tantas vezes quantas foram precisas. Subordinou a sua vida ao bem de Jesus.

Educou-o na Lei do Senhor, fazendo por Ele quanto Deus mandava. São Lucas (2, 27) usa uma expressão muito significativa quando, ao tratar da apresentação do Menino Jesus no Templo, diz que os seus pais o levaram lá, «para cumprirem as prescrições usuais a seu respeito». Como chefe de família, a responsabilidade neste campo recai sobre José; ele, pois, ocupou-se de cumprir o que em relação a Jesus prescrevia a lei, tudo o que, por ser criança, não podia fazer por si.

E ensinou-lhe um ofício, o seu. Talvez neste aspecto seja onde mais pôde notar-se a influência de José na educação de Jesus, pois evidentemente foi «no aspecto humano mestre de Jesus» como observou J. Escrivá de Balaguer, e é provável que determinados gostos, modos de fazer as coisas ou de manejar uma ferramenta tivessem passado para os hábitos de Jesus por ver José fazer assim durante anos inteiros.

Também podemos nós, os homens que estamos prestes a chegar ao terceiro milénio da era cristã, aproveitar-nos desta lição que, a uma distância de dois mil anos José nos dá. Para os filhos, em primeiro lugar, abnegação. Para proteger Jesus, para o libertar de um perigo mortal e certo, José abandonou a cidade onde se tinha estabelecido, levando os seus para

uma terra estranha para começar de novo. Evidentemente que o primeiro dever de um pai, que é cabeça de família, é proteger os seus e libertá-los dos perigos que os ameacem. São mais importantes as pessoas do que as coisas; e a mulher e os filhos são mais importantes de que a situação social e económica e até do que o próprio trabalho. A preocupação dos pais pelos filhos deve conduzi-los à prevenção de possíveis perigos, sem perder de vista que os de tipo moral são às vezes mais graves e de piores consequências de que os que possam ameaçar a saúde. Aqui não basta uma olhadela de vez em quando, ou uma crença tão cega na bondade dos filhos que seja impossível conceber que não possam fazer nada mais grave do que uma inocente brincadeira, como se estivessem vacinados contra o mal ou confirmados na graça. Também não se trata de viver em contínua ansiedade, imaginando os numerosos perigos que possam ameaçar os filhos, fazendo-lhes mil perguntas todos os dias para averiguar minuto a minuto o que fizeram, onde estiveram, com quem e quando, até produzir irritação e fastio.

Nem desconfiança nem ingenuidade. Conhecê-los, conhecer os seus amigos, interessar-se por eles, pelas suas coisas, escutá-los, ir-lhes dando pouco a pouco critério para que saibam conduzir-se e principalmente, amá-los até ao ponto de perceber qualquer sintoma dissonante a fim de pôr remédio no começo do mal. E especialmente rezar à Virgem. Não julguem os homens que esta é a tarefa da mulher pois tão responsável é um como outro. Nenhum marido cumpre como pai simplesmente por ganhar dinheiro e intervir com a sua autoridade quando, nalgum conflito, a mãe foi posta em cheque. Este modo de agir foi causa de bastantes danos e não apenas para os filhos.

Tarefa do pai, talvez a mais importante, é a de educar os filhos na lei de Deus. Há possivelmente uma grande maioria de pais que costumam inibir-se neste aspecto da sua obrigação, seja por julgarem esta tarefa mais própria de mãe, ou do colégio, seja porque não têm tempo para pensar nisto ou porventura porque pensem que o seu dever é ensinar coisas mais importantes. Ou também poderia acontecer que esta sua inibição fosse devida a que eles próprios não tomam muito a peito os seus próprios deveres para com Deus, com tantas ocupações. E no entanto, a atitude do pai que se permite o luxo de ser religiosamente frio, que não se preocupa grande coisa com o facto de os filhos cumprirem ou não os seus deveres

religiosos (ele próprio talvez não os cumpra), que lhe parece razoável que a mulher deva aparecer como a piedosa (como se a piedade fosse, no homem, uma tara vergonhosa que seria preciso ocultar ou pelo menos dissimular), seria muito pouco paternal. José teve o cuidado de levar o Menino ao templo para fazer por ele tudo o que a lei mandava; cuidou que fosse circuncidado a seu devido tempo, apresentou-o no templo e resgatou-o. Não cumpre como pai aquele que não se preocupa com que o seu filho seja batizado sem dilações desnecessárias, pois priva-o desnecessariamente de um bem imenso. Nem vale a pena mencionar aqueles que se negam a fazê-lo com um argumento tão tolo como o de respeitar a sua liberdade para que eles o peçam espontaneamente ou decidam quando forem mais crescidos. Há já quase três quartos de século que Chesterton, a propósito de ter ouvido dizer a uma jovem mãe: «Não quero ensinar nenhuma religião ao meu filho; não quero influir sobre ele; quero que escolha por si mesmo quando for grande», fazia troça desta inconsciência que aplica tal princípio só à religião e não a todos os outros campos, o que supunha, não um grande respeito pela liberdade mas pouco senso comum e até uma notável arbitrariedade só desculpável como efeito da ignorância.

Não cumpre os seus deveres de pai quem não conhece a fundo o colégio e os homens ou mulheres a quem confia a educação dos filhos pois em muito pouco tempo estes podem desfazê-los até ao ponto de torná-los irrecuperáveis. Deve ensinar-lhes - com o exemplo: se o pai não avança à frente, os filhos não o seguirão - a cumprir o que Deus manda, levando-o a confessar-se, a ouvir Missa, instruindo-os nos Mandamentos de Deus e da Igreja, explicando-lhes o seu sentido de modo que, à medida que crescem em idade, cresçam também em sabedoria e não apenas em instrução humana. Claro que, para o fazer, tem o pai que estar a par e além disso encontrar tempo para dedicar aos filhos; mas ambas as coisas são fáceis de conseguir quando as estimamos pois então há tal interesse por eles que nenhum obstáculo é infranqueável. É claro que chega uma altura em que a autoridade do pai deve deixar o caminho livre à vontade do filho e então este continuará ou não a praticar o bem que, em relação a Deus, deve fazer e no qual foi instruído mas já por sua conta. O pai terá cumprido diante de Deus com o seu dever. Eles, depois, no modo de agir, por essa misteriosa razão que escapa a todo o raciocínio, hão-de decidir-se talvez em algum

caso pelo que não devem. Será coisa lamentável que entristecerá os pais mas esse é o risco da liberdade.

E ensinar um ofício. Também é dever do pai, pôr o filho em condições de poder defender-se na vida. Aqui toma-se necessar1a uma nova observação pois os pais tendem a decidir-se, como é natural, pelo que pensam que é melhor para os filhos, falando em termos absolutos. Mas o que é melhor absolutamente, pode ser desastroso para aquela pessoa em concreto. Falando em termos absolutos, e aos olhos da sociedade pelo menos, supõe-se que a posição de um advogado com bom escritório é melhor perspectiva do que a de um mecânico; mas se um rapaz tem facilidade para a mecânica e também gosto, forçá-lo a seguir a carreira de Direito será provavelmente arruinar-lhe a vida pois o que não é nada seguro é que valha mais um medíocre advogado com um mau escritório do que um bom mecânico. É preciso observar e reparar nas suas aptidões, interersses, e qual o trabalho que faz com gosto. Torcer aquilo que com verdade se pode chamar vocação profissional, além de injusto, é pôr o filho no caminho da desgraça pois passar uma vida a trabalhar contrafeito, executando tarefas sem gosto, é coisa difícil de suportar. E uma obrigação dos pais será ter a honestidade, mesmo quando custa, de renunciar aos sonhos próprios para que o filho possa realizar os seus. Não nos empenhemos em que ele faça aquilo para que não serve. Boa coisa é uma instrução de nível superior; mas custear os estudos a quem não mostra nenhum interesse por eles e se vai arrastando sem proveito, é atirar fora o dinheiro e prestar um fraco serviço a quem começa logo a acostumar-se a não fazer nada numa idade em que já podia estar a trabalhar ou pelo menos a pôr-se em condições de o fazer. Isto costuma trazer más consequências embora para o pai seja mais cómodo deixar correr do que tomar decisões drásticas.

Não, ser pai não é fácil; José fê-lo muito bem porque se entregou à sua missão e, para educar na lei e dar um ofício, tinha a preparação mais do que suficiente. A sua união com Deus fez o resto. E embora não tenha sido brilhante nem tenha seguido cursos de nenhuma espécie nem alcançou fama como educador, talvez os homens possam aprender dele algumas coisas necessárias para cumprirem bem com a difícil tarefa que lhes impõe a paternidade.

16. NÃO ENTENDERAM A SUA RESPOSTA

Depois dos dias angustiosos em que Maria e José andaram à procura de Jesus, a primeira sensação que tiveram ao encontrá-lo no templo foi, sem dúvida, de um alívio imenso. Todo o peso que lhes oprimia o coração se desvaneceu como a névoa sob os raios de sol para dar lugar a esse típico estado de distensão interior que se experimenta quando cessa a tensão provocada por um conflito.

Maria e José, só reagiram instintivamente num primeiro momento ante o encontro de Jesus. Tinham-no encontrado e toda sua angústia cessou ao desaparecer a sua causa. Mas isso foi só num primeiro momento, como reacção natural e espontânea, quase inconsciente, igual ao sentimento de bem-estar quando se atenua ou desaparece uma dor física. Mas logo a seguir, e sem que a tranquilidade recobrada deixasse de existir, antes precisamente devido a ela, outro sentimento foi abrindo caminho lentamente, principalmente na Virgem mas também em José.

Que foi que viram ao chegar ao templo? A Jesus, sentado juntamente com outras crianças a escutar e a perguntar aos doutores; e eles, Maria e José, alegraram-se e maravilharam-se. Mas existiu alguma coisa mais que só depois, passados os primeiros momentos de alívio e admiração, puderam observar, talvez por contraste. Porque, efectivamente, contrastava a aflição com que durante esses dias tinham vivido, com a tranquilidade de Jesus. A actividade incessante ao procurá-lo de uma parte a outra era o oposto ao sossego de Jesus, que parecia estar à vontade no templo escutando os rabinos como se isso fosse a sua ocupação habitual; a inquietação, a preocupação e até o mal-estar físico, o sofrimento, em resumo, pela perda de Jesus, não tinha correspondência na paz que este mostrava. Eles tinham sentido a sua falta com uma intensidade que produzia dor mas ele não parecia ter sentido a sua falta; eles tinham sofrido por Ele mas Ele não parecia ter sofrido por eles. Era isto o desconcertante, o inexplicável, pois até então sempre tinha havido entendimento, sempre tinham os três vibrado em uníssono, com plena confiança, sem mal-entendidos; e agora, segundo se estava a ver, já não partilhavam das mesmas coisas. Jesus não parecia ter pensado sequer que, actuando por sua conta e ficando em Jerusalém sem

lhes dizer nada, lhes causava preocupação e ansiedade e isto era muito estranho porque jamais se havia comportado com aquela falta de atenção. Eles, Maria e José, tinham-se afligido mas não Jesus, pelos vistos.

Provavelmente foi diferente o modo como José e a Virgem tiveram que sofrer por este acontecimento. A Virgem estava mais unida a Jesus do que José e, principalmente, a sua união tinha uma intensidade e uns matizes que não podiam existir em José. Este, por sua vez, segundo se depreende do relato evangélico, tinha consciência disso. O facto de ter sido a Virgem Maria a dirigir-se a Jesus e não ele, apesar da sua condição de cabeça de família, parece indicar que estava certo de que, a partir de um certo nível, existia uma zona na qual ele nunca poderia actuar com a confiança e naturalidade com que o fazia a Virgem. Foi pois ela, a Mãe, quem interpelou Jesus: «Filho, porque procedeste assim connosco? Eis que teu pai e eu, te procurávamos cheios de aflição.

Ele era um menino de doze anos; e um menino de doze anos não pode actuar com independência dos seus pais, resolvendo por si, como se não dependesse de ninguém, assuntos que não lhe diziam respeito só a ele. A surpresa —e de certo modo uma segunda dor, diferente da outra mas nem por isso menos real - foi verificar que Jesus não se tinha perdido mas havia deliberadamente resolvido ficar em Jerusalém sem pedir licença, sem sequer lhes comunicar esse desejo. Isto era o mais doloroso porque parecia desconfiança, uma certa reserva, como se temesse que se opusessem aos seus desejos. Que outra explicação podia haver senão essa? Que lhe teria custado a ele expôr o seu desejo de ficar no templo, com os rabinos, para escutar a sua exposição das Escrituras?

Assim, a queixa da Virgem é explicável e também a atitude de José, Ele, porque sabia menos e porque tinha consciência do seu papel, absteve-se de tomar a iniciativa. É um rasgo muito típico neste homem justo, o de não sair nunca dos limites dentro dos quais devia mover-se, ao mesmo tempo que mostra uma grande sensibilidade e consideração em não interferir jamais com a intimidade de Jesus e da Virgem. Não era ele o indicado para pedir uma explicação a Jesus.

José foi, pois, nesta parte do episódio, de novo espectador, mas de nenhum modo um estranho. Não havia nele o desinteresse nem a

indiferença do simples curioso. Estava mais do que interessado, implicado, e nada que se referisse a Jesus ou à sua Mãe lhe podia ser alheio pois a sua vida estava comprometida e indissolivelmente unida à deles. Não obstante não interveio e só neste sentido se lhe aplica a categoria de espectador. Talvez por ser o que era pôde não se deixar levar por reacções naturais ou instintivas apenas, essas reacções praticamente incontíveis, que brotam tão espontaneamente que quase sempre devem ceder lugar ao arrependimento.

A resposta de Jesus foi desconcertante mesmo para nós. Desconcertante apesar de todas as explicações que os exegetas procuraram dar: «Porque me buscáveis? Não sabíeis que devo ocupar-me das coisas de meu pai?» (Lc 2, 49). Não foi uma resposta pouco respeitosa embora fosse muito significativa. Pela primeira vez, Jesus mostrou externamente ser quem era: o Redentor, enviado pelo Pai para salvar os homens, e não dependente enquanto tal, de criatura alguma. Esta independência foi a que pôs de manifesto, no que talvez se possa considerar como o primeiro acto em que actua mais como Unigênito do Pai do que como Filho da Virgem Maria. A sua resposta foi como um modo de assinalar a Maria e a José os limites nos quais, para o futuro, deveriam exercer a sua autoridade, como uma lembrança do que eles já sabiam: que Ele viera, principalmente, para se ocupar na obra que lhe havia sido encomendada e que, por ser Ele quem era, a sua obediência ao Pai não estava sujeita à autorização das criaturas, mesmo quando fossem tão excelentes como Maria e José, pois embora o papel que eles desempenhassem no conjunto da Redenção fosse importante, não lhes dava direito a conhecer os planos e decisões de Deus que ele não lhes comunicara e menos ainda a autorizá-los.

É muito significativo o comentário que faz São Lucas à reacção de Maria e José depois da resposta de Jesus: «Eles porém não entenderam o que lhes disse». Também não parece, por outro lado, que esta falta de compreensão constituísse um problema para eles. Ronald A. Knox comenta com a sua habitual agudeza este texto, dizendo que não lhes pareceu importar muito o não entenderem as palavras com que Jesus respondeu à Virgem. Bastava-lhes saber que havia uma explicação para aquele acontecimento anómalo, saber que havia uma resposta, mesmo que eles não a compreendessem. E em verdade, deram aqui também, com esta sua atitude, outra esplêndida lição.

Os exegetas e comentaristas interpretam, cada um a seu modo, estas palavras de Jesus. Maldonado, por exemplo, não se resigna a que não fossem compreendidas: «Sim, eles entenderam o que significavam as palavras, chamar seu Pai a Deus e cujos negócios Ele devia tratar, pois não podiam ignorar isto depois das cenas dos anjos, dos pastores, dos Magos, de Simeão e de Ana; mas o mistério encerrado nestas palavras, isso foi o que não compreenderam, como fossem o que chamava negócios do seu pai, de ensinar primeiro os homens e depois morrer por eles». Outros, explicam-no no sentido de que não alcançaram em *toda* a sua extensão e em *toda* a sua profundidade as palavras de Jesus.

«Mas eles não entenderam o que lhes disse.» Talvez nos ajude a penetrar um tanto no sentido desta expressão e principalmente a deduzir um ensinamento para as nossas vidas, recordar uma passagem análoga do Evangelho. Quando Jesus começou a revelar ante os seus discípulos o mistério da Redenção, dizendo-lhes que convinha que o Filho do Homem fosse entregue aos gentios, escarnecido e crucificado e que ressuscitaria ao terceiro dia, o evangelista comenta que eles não perceberam o que lhes dizia (Lc 9, 45). Evidentemente que entendiam todas e cada uma das palavras, percebiam também o que o conjunto dizia, mas mesmo assim não percebiam o que lhes queria dizer.

A Virgem e São José, sem dúvida, perceberam todas e cada uma das palavras da resposta de Jesus, e portanto perceberam também a frase no seu conjunto, mas não compreenderam o que lhes queria dizer com ela; escapava-se-lhes o seu sentido.

Não é estranho, Jesus tinha doze anos e nunca antes lhes falara daquela maneira. Eram palavras, não de criança mas de adulto, ditas com consciência daquilo que era dito - e de quem era - e com autoridade, e eles não estavam acostumados ao modo de falar que Jesus empregou nessa ocasião. Foi uma surpresa porque talvez o que esperassem (o que esperariam todos com certeza) depois da suave e dorida queixa da Virgem, era alguma expressão de sentimento pelo que tinham sofrido com a sua ausência, alguma desculpa ou explicação da razão porque tinha actuado por sua conta, sem contar com eles. E esta resposta que parecia a que devia ser

dada, segundo o nosso modo humano de ver as coisas, não se deu, mas sim, aconteceu outra muito diferente e, sem dúvida inesperada.

Para eles foi assim como um relâmpago, como uma sacudidela para que não se acostumassem à placidez daqueles anos em Nazaré, tão felizes, durante os quais Jesus se desenvolvera sem ter dado nenhum sinal da sua origem e qualidade acima do nível corrente e natural. E também foi um recordatório de quem Ele era, o Filho Unigénito do Pai, o próprio Deus. Puderam assim Maria e José perceber que alguma coisa tinha acontecido, e começado a desenvolver-se, escapando à sua compreensão e também à sua autoridade.

Mas eles eram humildes e não se importaram por não perceberem a resposta de Jesus; como a crianças, bastou-lhe saber que havia uma resposta mesmo quando não a percebessem.

E a nós devia bastar-nos também. Bastar-nos-ia se fôssemos humildes mas não o somos e por isso às vezes perturbamo-nos ou irritamo-nos, perdemos a paz e formulamos um conjunto de perguntas inquietantes que se enredam na nossa mente dificultando o olhar simples da fé. Há momentos na vida de cada homem, quando a dor, a contradição, a injustiça ou a desgraça mordem a alma, e experimentamos a impotência para combater o dano injusto que nos vem de fora e parece que se vê triunfar o mal, e o homem que procura comportar-se com honradez se vê abatido e espezinhado pelos espertalhões e pelos atrevidos, e além disso lhe chamam parvo por não utilizar esses meios «eficazes» que conduzam ao triunfo e ao êxito, ou se vê como que esmagado por toda a espécie de apertos que repercutem sobre aqueles a quem ama e sobre os que têm responsabilidade; nesses momentos é quando se insinua a tentação no justo, e também quando se descobre a qualidade de cada um.

Existem problemas, há questões postas, às quais o homem não consegue responder com facilidade. Há também respostas que, mesmo sendo verdadeiras, às vezes não acabam por satisfazer. A existência do mal (é um modo de falar; o mal, por ser ausência de bem, é como um buraco que deveria estar ocupado), por exemplo: porque o permite Deus podendo impedi-lo? O sofrimento dos inocentes, porque o consente? Sim, há explicações. Os teólogos raciocinam, e a nível intelectual o seu raciocínio é

impecável, mas ... Um puro raciocínio não basta à generalidade dos homens. Não o entendem, porventura porque o homem não é só intelecto, e porque muitas vezes o intelecto não chega para anular o que o coração sente ou a sua própria limitação o impede de penetrar até à raiz da resposta.

Mas é necessário entender para aceitar? E preciso que seja tudo tão pequeno que caiba na nossa limitadíssima inteligência? O problema do mal e do sofrimento do justo e do inocente está equacionado já desde tempos muito longínquos e o livro de Job trata-o com uma profundidade e uma beleza insuperáveis. Aí está o paciente e atribulado Job com as suas queixas ainda não igualadas e aí estão os seus amigos Elifaz, Baldad e Safar que, depois de estarem sentados diante dele, na terra, «durante sete dias e sete noites», sem nenhum deles dizer palavra alguma, «vendo como era grande a sua dor» (Job 2, 13), tomaram sucessivamente a palavra para consolá-lo, procurando conseguir que reconhecesse o seu pecado pois devia tê-lo cometido já que de tal modo era castigado por Deus, para que desta maneira Ele lhe perdoasse e lhe levantasse o castigo. Isto, até que o próprio Deus toma a palavra e faz ver a todos, embora dirigindo-se a Job, a sua enorme limitação. «Cinge como varão os teus rins. Vou-te perguntar, responde-me tu. Onde estavas ao fundar Eu a terra? Diz-mo, se tanto sabes». E sucedem-se as perguntas sem resposta. Quem fechou com portas o mar? Porventura mandaste, alguma vez na tua vida, no amanhecer ou mostraste o seu lugar à aurora? Qual é o caminho para as moradas da luz? «Di-lo se o conheces.» E as trevas, onde habitam? Foste aos esconderijos da neve? Qual é o caminho pelo que se espalha a neblina? Quem abre os seus atalhos ao raio? «Mandas tu nos relâmpagos e vão eles dizendo: Eis-nos aqui?»

São tantas as coisas que ignoramos, tantas as coisas que desconhecemos sem por isso nos sentirmos inquietos, irritados ou cépticos, que alguma mais não nos deveria importar. Os antigos gnósticos queriam compreender para crer mas estavam a pôr o problema ao contrário pois só o que acredita alcança a compreensão. E além disso existe o mistério que é real mesmo quando o não entendamos. Neste aspecto, e dada a limitação da nossa inteligência, do mesmo modo que a «essência de muitas perguntas consiste precisamente em não receber uma resposta humana adequada» como alguém disse, é preciso admitir a existência de respostas que exigem de nós

o assentimento pela única razão de ser Deus quem as dá. Não é preciso compreender para aceitar pois muitas vezes basta simplesmente amar.

Talvez hoje o mundo - os homens e as coisas - andem tão à deriva, tudo tão revoltado e sem direcção porque a pequenez da razão humana não admite senão aquilo que cabe dentro de si, que é bem pouco. E antes que admitir uma regra moral que não depende de nós, e uma natureza humana caída e redimida, antes que admitir uma resposta que não somos capazes de entender - talvez porque não a queremos admitir - preferimos criar uma «ordem» e dar uma explicação «racional» - racionalista diríamos, em termos filosóficos - do homem e do mundo. Mas é em vão.

Tanto como dista o céu da terra e o ocidente do oriente assim distam os caminhos de Deus dos nossos. Como vamos pretender penetrar nos desígnios de Deus? A Ele basta-lhe que confiemos no seu amor por nós como uma criança confia no amor dos seus pais. Pergunta, respondem-lhe, não percebe e vai-se embora tão satisfeito como antes porque deram resposta à sua pergunta. Não percebem mas que importa? Até no plano humano é impossível viver com a pretensão de entender tudo.

«Não entenderam a sua resposta» mas não foram mais além porque lhes bastou que Jesus respondesse. Sabiam que havia uma razão, mesmo quando não chegassem a penetrá-la. Foi suficiente para eles, e deve sê-lo também para nós, se como eles sabemos pela fé que Jesus é Deus e que portanto, tudo quanto diz é certo pois EJe é a Verdade.

17. ERA-LHES SUBMISSO

Depois do episódio do templo, São Lucas encerra dezoito anos em três linhas apenas. Diz: «Desceu com eles e foi para Nazaré; e era-lhes submisso. Sua mãe conservava todas estas coisas no seu coração. Jesus crescia em sabedoria, em estatura e em graça diante de Deus e dos homens» (Lc 2, 51-52). Não se menciona no texto, explicitamente a José, mas está incluído nas expressões «desceu com *eles*» e «era-*lhes* submisso». Desceu com Maria e José, era submisso a Maria e José.

Destes dezoito anos não se sabe quantos esteve submisso a José pois, embora nos custe, não há modo de averiguar quando morreu o santo patriarca. Há uma coincidência geral em afirmar que foi antes de Jesus começar com a sua vida pública, coincidência fundada em observações e argumentos muito razoáveis e que muito dificilmente podem ser rebatidos; mas quaisquer que fossem os anos que ainda viveu, o certo é que, desde o regresso do Egipto até que, cumprida a sua missão, abandonou esta vida, só é mencionado quando se narra a viagem a Jerusalém, na Páscoa. Depois, nunca mais, a não ser em alguma alusão indirecta.

Isto não significa que, a partir dessa altura, a sua vida ou a sua missão junto de Jesus e Maria, perdessem importância; apenas indica que não voltou a haver um acontecimento que saísse do corrente, nada que sobressaísse em relação ao que era comum e normal e que tivesse portanto de ser mencionado.

Quando o Evangelho diz que Jesus «lhes era submisso» deve-se entender principalmente que Jesus lhes obedecia, que estava sujeito à autoridade de Maria e de José; e sendo José o chefe de família, estaria sujeito principalmente à sua autoridade. Não, na autoridade puramente teórica, formal, mas na autoridade real, exercida. Não se podia ter dito de Jesus que obedecia se não tivesse alguma coisa em que obedecer e isto sempre supõe alguém que mande.

Existem textos extra-bíblicos que esclarecem as obrigações - pelo menos algumas delas - que os pais tinham em Israel em relação aos filhos:

«Deveres do pai para com o filho: circuncida-lo, resgatá-lo, instruí-lo no Tora e num ofício, dar-lhe mulher.» Ambos os tipos de instrução, o da Lei de Deus e a de um ofício requeriam mestre e discípulo: alguém que sabe e ensina e alguém que ignora e é ensinado. Até aos doze anos, enquanto Jesus não possuía essa personalidade que a lei reconhecia aos varões e que lhes facultava - e obrigava-a a visitar o templo pela Páscoa, ele obedecia aos pais como qualquer criança e, evidentemente, era-lhes submisso. Porquê pois São Lucas - ou melhor, o Espírito Santo através de São Lucas - considerou oportuno dizer que «era-lhes submisso no seu regresso a Nazaré depois do episódio do templo? Porquê precisamente o afirma em relação a este tempo e não aos anos anteriores, antes da adolescência, durante os quais, evidentemente, também lhes era submisso?

Que José tivesse autoridade e a exercesse é indiscutível. Não se pode educar se não se mostra aquilo que deve ser feito, o que está bem ou o que está mal, o modo como é preciso comportar-se. Jesus, como todas as crianças - e não há na Revelação o mais leve indício de que nisto fosse diferente - aprendeu a andar e a falar, a conhecer os objectos, o modo como devia fazer as coisas, a ser desvolto. Ambos, Maria e José, ensinaram-no e influíram no seu aspecto humano. Não sabemos se antes do episódio de templo terá sido preciso corrigi-lo alguma vez que cometesse esse género de erros que as crianças cometem ao aprenderem. Em todo o caso houve qualquer coisa no episódio do templo que nos chama a atenção ao confrontá-lo com a expressão «era-lhes submisso»; qualquer coisa que tornava de algum modo diferente a submissão de depois do templo, da que Jesus tinha antes.

No templo, durante a viagem a Jerusalém na Páscoa, Jesus adoptou pela primeira vez uma atitude diferente daquela que sempre teve; isto ficou manifesto e, para o futuro, as coisas não eram já exactamente como antes. Jesus continuava a ser submisso, José continuava a deter a autoridade familiar mas tanto a obediência de Jesus como a autoridade de José apresentavam um matiz diferente. Jesus substraira explicitamente uma parte da sua vida à autoridade familiar, fazendo notar a sua independência no que tivesse relação com «as coisas do Pai». Manifestava-se diante deles, por breves momentos e com toda a clareza como o Messias e nada continuou a ser já como se tal coisa não tivesse acontecido. Depois disto, mencionar

aqui, explicitamente «era-lhes submisso» parece indicar que Jesus, com plena consciência, obedeceu não apenas em tudo o que era de competência de José e Maria - isto já o fazia antes - mas com uma deliberação maior, com uma liberdade mais determinada, como querendo acentuar a importância da união da família na qual deve existir sempre uma cabeça e uma autoridade.

Pouco restava já a José para ensinar a Jesus - se é que algo restava - com respeito à Lei, mas muito ainda no ofício. José remeteu-se aos limites em que a sua autoridade devia exercer-se e Jesus continuou tão submisso como sempre. Só que não podemos pensar em ordens ou mandatos e em obediência servil; exercer a autoridade, neste caso, deve ter sido coisa simples por causa das disposições de Jesus e pelo conhecimento que José tinha da sua condição. E, principalmente, porque o amor dava uma tal unidade aos três, que bastava uma ligeira indicação, uma palavra, um olhar, para se entenderem perfeitamente.

Se Deus quis que o seu Filho, no aspecto humano, se cingisse à ordem por Ele estabelecida, nascendo, crescendo, e educando-se no seio de uma família, é evidente que quis também para ele tudo o que esta ordenação leva consigo. Deus quis, pois, que Jesus vivesse submisso, obedecesse à autoridade familiar, se deixasse educar e aprendesse um ofício; e para isto era preciso que tivesse alguém a quem estar sujeito, alguém que tivesse autoridade para mandar, obrigação de educar e vontade de lhe ensinar tudo quanto era conveniente. Este foi o papel que, em ordem àquilo que poderíamos chamar a preparação humana de Jesus, teve José de desempenhar.

A expressão «era-lhes submisso» exprime pois, por um lado, tanto a ordenação à qual o Pai quis que o seu Filho Unigênito se submetesse como a vontade de Jesus de ficar sujeito a quem Deus tinha escolhido para governar a família de que Ele formava parte; e por outro, tanto a obrigação de José de ensinar e educar Jesus, como a de Jesus de ser dócil e aprender o que, no plano humano, precisava para se desenvolver no ambiente em que devia viver.

Em geral, os comentaristas do Evangelho e naturalmente os Santos Padres, centram a sua atenção no exemplo de Jesus como é natural. Assim,

Maldonado diz, em conformidade com Orígenes e Santo Ambrósio, São Beda e outros, que parece como se o evangelista tivesse posto especial empenho em observar que lhes era submisso, «não fosse alguém pensar que Cristo se tinha emancipado e que, para se dedicar aos negócios do seu Pai, menosprezara a obediência aos seus pais. Retirou-se pois com eles e era-lhes submisso de tal modo que, aquele que pouco antes se mostrava como Deus ensinando os doutores dos judeus, mostra-se agora como homem, obedecendo até aos seus pais terrenos, dando-nos justamente um exemplo de humildade e reverência». Mas tal submissão - indica Santo Ambrósio - não é indício de fraqueza mas de piedade.

Agora, porém, estamos a considerar a figura, ou se preferirmos, a conduta, de José no que ela tem de exemplaridade aproveitável para as nossas vidas e na medida em que pudermos estabelecer factos certos embora nem todos explicitamente mencionados. E estes factos certos são que José era o chefe da família e por sê-lo, tinha a autoridade; que como chefe de família tinha a obrigação de educar Jesus e para isso era preciso que exercesse essa autoridade ensinando e, se fosse necessário, corrigindo. E, é claro, sustentar a família.

Dito assim, parece que tudo isto é coisa feita; mas quando se pensa um pouco mais devagar e atentamente, não é difícil perceber que se trata de tarefa delicada e de não pouca responsabilidade.

Começando pelo que é mais evidente, o sustento, há uma diferença notável entre o que é necessário e supérfluo, entendendo por necessário, não apenas o estritamente indispensável para sobreviver, como aquilo que uma criança precisa para se desenvolver no ambiente em que vive. Quando uma família é pobre, o nível do que é necessário não costuma ser muito elevado e, é claro, o perigo de educar mal os filhos satisfazendo-lhes os seus caprichos é mínimo, supondo que exista. Mas quando o nível familiar é alto e os meios económicos abundam, então o perigo existe e é grande já que os filhos podem acostumar-se a gastarem alegremente o que ainda não ganham, a criar necessidades supérfluas e não poucas vezes nocivas, que depois não poderão satisfazer sem um trabalho sério e constante ao qual não faz tender a abundância familiar, nem a facilidade com que dos pais obtêm o dinheiro. Isto, sem mencionar o mal que a irresponsabilidade e o

desconhecimento do valor do dinheiro - que só pode ser apreciado por aquele a quem custa ganhá-lo - poderá acarretar-lhe a longo prazo.

Nada disto era problema para José nem é para uma imensa maioria de pais, mas é bom conhecê-lo e tê-lo presente.

Quanto à educação dos filhos, é um fim essencial do matrimónio e um dever e um direito dos pais. Que é um dever, significa que é algo a que não se podem subtrair pelo processo simples de colocar os filhos em algum lugar onde os eduquem; devem fazê-lo, sem dúvida, na medida em que puderem, mas isto não os exime daquilo que ninguém pode fazer no seu lugar. O ambiente familiar é tão decisivo na educação dos filhos que dificilmente se pode suprir. E ser um direito, indica que ninguém pode legitimamente impedir-lhes a educação dos seus filhos ou a livre escolha do centro educativo ou obrigar-lhes a que eduquem na mentira. Devem defender este direito enfrentando o Estado ou quem pretenda arrebatá-lhes o exercício desta obrigação. São eles os que, em primeiro lugar, devem responder pelos seus filhos diante de Deus e isto confere-lhes o direito a educá-los.

Se se é pessoa por ser imagem e semelhança de Deus, se o que a constitui como tal, é estar dotada de uma razão capaz de conhecer e de uma vontade livre que pode querer ou não querer, escolher uma coisa ou outra, ou abster-se, a educação deve dirigir-se principalmente à formação da inteligência e à formação da vontade. Como o objecto da razão é a verdade, educar a inteligência é prepará-la para que sempre procure e aceite a verdade, e jamais admita a mentira; e como o objecto da vontade é o bem, educá-la consiste em treiná-la - se podemos utilizar esta palavra tão gráfica - para que queira aquilo que deve, acima de gostos ou apetências. Mas trata-se de um querer eficaz, como vem em *Caminho*: «Dizes-me que sim, que queres. Está bem. Mas queres como um avaro quer ao seu ouro, como uma mãe quer ao seu filho, como um ambicioso quer às honras ou como um pobrezito sensual ao seu prazer? - Não? - Então não queres» (n. 316)

Fica claro que educar é obrigação do pai. Ora se quer educar, deve mandar. Não, evidentemente como um oficial aos seus soldados. Não é concebível pensar em São José a gritar, a dar ordens. Basta uma indicação ... se quem manda tiver autoridade. São precisamente os que a não têm, que

precisam de gritar e até ameaçar com castigos. E a autoridade que se tem em princípio - as crianças não costumam rebelar-se nem menosprezar as indicações embora às vezes desobedeçam, atrasando o que lhes mandam - deve-se conservar. Neste aspecto é importante uma observação de Sigrid Undset, fruto da sua experiência: «Cheguei também a outra conclusão - escreve - a de que é dever dos pais viverem de tal maneira que os filhos os possam venerar». Muito tempo antes, outra mulher - Santa Teresa de Ávila - em circunstâncias muito diferentes e com um estilo diverso, tinha chegado também a idêntica conclusão: «Considero algumas vezes quão mal fazem os pais que não procuram que os seus filhos vejam sempre coisas de virtude de todas as maneiras». Há uma autoridade moral que não só inspira respeito como obediência e docilidade e que é, num pai, muito mais importante de que o facto de ganhar muito dinheiro. A exemplaridade na conduta, o talento, a atenção ao desenvolvimento e aos problemas dos filhos, - mas não como mera condescendência para com eles, como se isso fosse uma insignificância à qual é preciso prestar uma amável atenção para não defraudar -, e até o respeito com que são tratados, são tudo elementos que estão relacionados com a autoridade moral. Com a sua agudeza habitual, Bernanos faz de passagem uma alusão à educação dos filhos em *Diálogos de Carmelitas*, alusão que não é demais recolher para ilustrar este ponto. Depois de um breve diálogo, um dos interlocutores termina afirmando esta grande verdade: «é mais fácil ser amigo do que pai».

Assim é. Toma-se muito mais fácil e requer menos trabalhos e desvelos ser amigo do que pai. Isto de ser pai, saber sê-lo, é tarefa que exige dedicação, estudo - mas não de livros mas dos filhos -, sensibilidade, tempo, delicadeza, e de modo especial, muito amor e consciência de responsabilidade. Hoje, quando o conceito de autoridade dos pais está minado e até é apresentado como um obstáculo à liberdade dos filhos, como se fosse um travão que impede o seu livre desenvolvimento, ser pai é muito difícil. Como acertar? Se se é pai «à antiga», do tipo «ordeno e mando», de castigos, os filhos podem acabar por se rebelarem; se, para evitar o rompimento se transige, os filhos podem de facto submeter os pais a uma espécie de «chantagem» que lhes permita o viverem como lhes apetece, sem travões, sem disciplina, de modo que os pais cedam em tudo sob esta espécie de espada de Dâmocles, vivendo entre desgostos e angústias e sem

saberem nunca se o melhor será continuar a transigir ou adoptar uma atitude enérgica.

O mal deste assunto é que não há receitas embora, felizmente, existam alguns princípios. Em primeiro lugar, os pais devem saber que há coisas que dependem deles e outras não. Estas últimas, devem encomendá-las a Deus e desentender-se delas pois, por muito que as considerem e por mais que se movam, não vão poder fazer nada pois não dependem deles. Naquilo que depende deles, eis onde devem ocupar-se, e ocupar-se seriamente. Como não são proprietários dos filhos - mas delegados de Deus para os ajudar a fazerem-se homens - respeitar a sua liberdade é tão importante como fazê-los respeitar a alheia e uma parte importante desta educação na liberdade consiste em deixá-los assumir responsabilidades e isto supõe a necessidade de os deixar enfrentar as consequências dos seus próprios actos.

f: dever dos pais educá-los na Lei de Deus e ensinar-lhes um ofício, como já antes se viu: quanto ao primeiro, as verdades necessárias para a salvação - e necessárias também para viver em paz no mundo - têm que ser o objectivo mais importante da educação mas se não há temor de Deus, não existirá garantia alguma para nada; e se a sua vida se desenvolve, não sobre uma base de verdades mas de falsas ideias, então essa vida pode ser destruída e desgraçada e, além disso, pôr em grave perigo a salvação eterna. Por isso devem os pais «educá-los na lei,.. Quanto ao segundo, pô-los em condições de que possam ganhar honradamente a vida e formar um lar, mas respeitando as aptidões, interesses e desejos dos filhos; aconselhando - não impondo: é muito duro encontrar-se na situação de ter que passar a vida a trabalhar contrafeito - e não confundindo os estímulos com os prémios à preguiça ou à abulia.

Claro que José não encontrou nunca problemas ou dificuldades da parte de Jesus; encontrou-os, e muito duros, noutros campos. Mas no que respeita à educação - e aqui está talvez a mais clara lição e até talvez a mais prática e segura que nisto podemos deduzir - José fez, em cada caso e circunstâncias aquilo que devia fazer. Não, o mais eficaz para obter determinado resultado, não o mais conveniente para acertar naquilo que se julga melhor. É muito importante que nos detenhamos aqui, um momento. Não se pode tornar numa espécie de adivinha a obrigação dos pais (que

fazer para acertar?), pois não se trata de um jogo de azar nem de «obter resultados». No que respeita ao primeiro caso - «acertar» - porque o exercício da autoridade ou a adopção de uma medida adequada não é uma simples questão de sorte mas de maturidade, de prudência, de inteireza, que nunca se deve tomar ou exercer às cegas. No segundo, porque o resultado não é, - nem deve ser - um objectivo, mas uma consequência. O objectivo é fazer o que deve ser feito, agrade ou não, seja cómodo ou não. Pois se, por procurarmos um resultado fazemos o que não devemos fazer, ou deixamos de fazer o que deveríamos ter feito, então é muito difícil que alguma coisa corra bem. Faltar ao dever nunca traz boas consequências. Outra coisa é que a prudência nos dite a maneira como se deve proceder ou a altura. Passar por alto sem corrigir o que está mal por temor à reacção, é cobardia mais do que prudência, e um modo de fazer dano a quem só quereríamos fazer bem.

E pela mesma razão é importante, para efeitos educativos, não colocar ao mesmo nível o essencial e o accidental, pois se com o primeiro, qualquer transigência pode ser funesta, qualquer intransigência, no segundo, é deformadora e capaz de despertar sentimentos de irritação. Daqui se conclui que, ajudar os filhos a terem um âmbito cada vez maior de iniciativa pessoal e capacidade de escolher, segundo vão crescendo em idade, inculcando-lhes o sentido da proporção e deixando-lhes responder pelas consequências que acarretam as suas decisões, seja o meio mais apropriado para que vão adquirindo a progressiva maturidade que o crescimento deve trazer consigo.

Em suma: os pais devem exercer a autoridade se querem educar, mas devem saber exercê-la; devem levar por diante a sua missão ensinando, corrigindo e mesmo castigando quando isso é o único modo de evitar um mal, compreendendo, exigindo, ajudando e desculpando; mas sempre com esse respeito pela liberdade que os fará ver até onde devem chegar a partir de onde devem deixar o filho tomar decisões e carregar com as consequências. Mas sabendo que a educação e o exemplo não produzem efeitos mágicos, pois não basta ensinar os filhos se estes não querem aprender nem, em geral, basta conhecer o bem para praticá-lo. Há um grande mistério nesta delicada e sensível relação entre a liberdade e a graça, e ninguém pode nunca garantir um determinado resultado na educação dos filhos. Por isso, talvez, a atitude mais razoável dos pais seja ter a humildade

suficiente para pedirem luz e ajuda para tão tremenda tarefa, além de empregarem os meios pertinentes.

18. O FILHO DO ARTESÃO

Depois de contar o episódio do templo, São Lucas diz que Jesus «desceu com eles e foi para Nazaré». Aí, em Nazaré, parece ter transcorrido praticamente toda a vida de José. «E, que pode esperar da vida um habitante de uma aldeia perdida como era Nazaré? Apenas trabalho, todos os dias, sempre com o mesmo esforço. E no fim de cada jornada, uma casa pobre e pequena para recuperar as forças e recomeçar o trabalho no dia seguinte» (J. Escrivá de Balaguer).

Foi esta, com efeito, a vida de São José desde o regresso do Egipto, como o tinha sido antes, desde que foi homem. Morreu provavelmente antes de Jesus ter começado a sua vida pública mas ainda era recordado em Nazaré tempos depois; e recordavam-no principalmente pela sua condição de trabalhador, como se vê nas referências que o Evangelho faz.

«Jesus, quando começou o seu ministério tinha cerca de trinta anos, filho como se julgava de José» (Lc 3, 23). Assim diz São Lucas quando, depois de se ter ocupado brevemente do baptismo de Jesus, abre com a sua genealogia os anos de vida pública. E um pouco mais adiante, tendo como motivo a visita que Jesus faz a Nazaré, e que tão pouco fruto veio a dar devido à incredulidade dos seus conterrâneos, recorda o comentário do povo assombrado pela sabedoria das suas palavras: «Não é este o filho de José?» (Lc 4, 22).

Desta vez São Lucas inclinou-se para o lado de José enquanto que é São Mateus que menciona a Virgem: «Não é este o filho do carpinteiro? Não se chama sua mãe Maria ... ?» (Mt 13, 55). São Marcos, por sua vez, coincide mais com São Mateus do que com São Lucas: «Não é este o carpinteiro, filho de Maria?» (Mc 6, 3).

Deve notar-se que nas traduções não é completamente exacto dizermos «carpinteiro», tanto em relação a José como a Jesus. «Faber» diz a Vulgata, termo esse que segundo a opinião mais geral deve traduzir-se como «artesão». José, pois, era um artesão, um trabalhador que ganhava com as suas mãos o sustento para si e para os seus. Provavelmente foi São Justino a

origem de se identificar o ofício de São José com o de carpinteiro, pois assim o descreveu no *Diálogo com Trifón*; tendo em conta a sua autoridade e o facto de escrever no século II, não é estranho que depois esta ideia tenha prevalecido. Porém, o termo utilizado no texto grego tanto pode designar um operário que trabalha o ferro como um que trabalha a madeira. Santo Ambrósio, e também Santo Hilário, pronunciaram-se por um José ferreiro, e não foram únicos. De qualquer modo, é também possível que fosse ambas coisas; Nazaré, ao fim e ao cabo, não era uma cidade tão grande como para ter, digamos, operários especialistas e, como acontece nas aldeias pequenas, mais do que aprender uma especialidade, aprendia-se a resolver os problemas que a vida quotidiana apresentasse; a remediar ou a satisfazer as necessidades mais prementes da gente simples de uma simples aldeia, o que equivale a dizer que eram ofícios com que se podia atender a diversos campos. Há quem traduza o termo grego como significando «pedreiro, construtor de casas», e ainda algum outro autor antigo - embora não com grande fundamento, na verdade - fá-lo ourives de prata.

Qualquer que fosse, no entanto, o seu trabalho, está fora de qualquer dúvida que seria um ofício humilde e de escasso relevo: «um operário que trabalhava ao serviço dos seus concidadãos, que tinha habilidade manual, fruto de anos de esforço e suor» (J. Escrivá de Balaguer).

Era chefe de família e homem pobre. Como chefe de família, recaía sobre ele a responsabilidade de manter com decoro os seus, e como pobre, não tinha outro capital senão o conhecimento de um ofício, capital que era preciso fazer render mediante o trabalho. E até nisso se traduz essa espécie de selo pessoal de José que é o óbvio, o simples - que não é o mesmo que o fácil -. Perseverou sempre no mesmo trabalho, como se se tivesse imposto a si mesmo ser fiel àquele conselho do Eclesiástico (11, 21) que dizia «sê constante no teu ofício e vive nele. E envelhece na tua profissão». Toda uma vida a trabalhar, mas com gosto e sem dar maior importância àquilo que foi um contínuo serviço, não apenas - embora principalmente - a Jesus e Maria, mas a qualquer que precisasse da sua habilidade e do seu esforço.

Como São Paulo anos depois, José não comeu o seu pão de balde e trabalhou com empenho e fadiga dia e noite para não ser pesado a ninguém (II Tes 3, 8). A ninguém o foi, e sustentou a sua pequena família, muito à

justa, sim, porque nunca deixou de ser pobre, mas com o suficiente. E não se limitou à materialidade de fabricar coisas, de cumprir encargos. Há modos e modos de trabalhar e o trabalho pode fazer-se com ressentimento, com indiferença - quase mecanicamente - ou com pouco ou nenhum interesse, mas também com gosto. Em geral, só o trabalho que se faz com gosto é bom trabalho porque então esse trabalho é amado. Há uma enorme dignidade no trabalho e esta dignidade - como recordou Monsenhor Escrivá de Balaguer - «está fundada no amor» porque o amor à obra bem feita é o que é capaz de dignificar a mais humilde das tarefas ... e aquele que o exercita.

Pois sendo o trabalho a actividade à qual Jesus dedicou a maior parte da sua vida, foi santificado por Ele e dotado de um valor redentor. Portanto, é capaz de transcender os limites puramente naturais e converter-se numa oferta a Deus e, o que ainda é mais, numa colaboração com a obra redentora. Com a condição, porém, de que realmente esteja feito com amor, pois é este, o amor, quem despoja o trabalho da carga do servilismo que possa arrastar e o converte num serviço. Então é quando há esmero em fazê-lo bem feito e também quando se pode falar com inteira propriedade da honra do trabalho, essa honra acerca da qual escreveu Charles Peguy páginas esplendidas, uma das quais merece ser transcrita, mesmo quando a citação se torne talvez excessivamente extensa.

Conhecemos a honra do trabalho (...). Conhecemos esse esmero levado até à perfeição, tanto no conjunto como no mais ínfimo pormenor. Conhecemos essa piedade da *obra bem feita* levada até às suas exigências mais extremas (...). Aqueles operários ... tinham honra. Era preciso que a perna de uma cadeira estivesse bem feita. Era algo subentendido. Era mostrar superioridade. Não havia que fazê-la forçosamente bem por causa do salário ou então em parte pelo salário. Não era bem feito por causa do patrão nem para os entendidos, nem para os clientes do patrão. Era preciso que estivesse bem feita por si mesma, em si mesma, para si mesma, no seu próprio ser. Uma tradição que procede do mais profundo da raça, uma história, um absoluto, uma honra, queriam que essa perna da cadeira estivesse bem feita. Cada perna da cadeira, embora não estivesse à vista, era tão perfeita como a que se via. E este o mesmo princípio das catedrais (...)

Todas as honras convergiam nesta honra. A decência e a finura da linguagem; aquele respeito para com o lar. Um sentido do respeito, de todos os respeitos, do próprio ser do respeito, por assim dizer. Tudo era uma cerimónia constante. Por outro lado, o lar confundia-se frequentemente com a oficina e a honra do lar e da oficina eram uma mesma honra (...). Tudo era ritmo e cerimónia desde a primeira luz da aurora.

Tudo era tradição e ensino, tudo tinha sido legado, tudo constituía o mais saudável dos costumes. Tudo era elevação interior e a jornada era, toda ela, oração. O sono e a vigília, o trabalho e o escasso repouso, o leito e a mesa, a sopa e a carne, a casa e o jardim, a porta e a rua, o curral e o umbral, e o prato sobre a mesa (...).

Como consequência, todos os sentimentos derivados e filiais. O respeito para com os anciãos, os pais, a família. Um admirável respeito para com as crianças. Naturalmente, respeito para com as mulheres - e é muito preciso dizê-lo porque hoje faz-se sentir a falta de respeito para com a mulher, por si mesma. Um respeito para com a família, o lar. E sobretudo, o gosto e o respeito do próprio respeito. Um respeito para com a ferramenta e para com a mão, essa suprema ferramenta.

Peguy escreveu *L'argent* - de onde foram tirados os textos transcritos - em 1912; pode parecer que as suas palavras não se adequam aos tempos de José de Nazaré nem aos nossos; mas há algumas observações que bem merecem um comentário. Na sua meninice ele ainda conheceu artesãos que trabalhavam na sua própria casa. Lar e oficina eram uma mesma coisa. Um artesão modesto mas independente, não a soldo de nenhum patrão, que geralmente trabalha por encargo, assim parece que foi São José. Tarefas variadas, objectos úteis para diferentes usos que ele ia confeccionando desde o começo até ao fim bem acabado. Uma vida «simples, normal e corrente, feita de anos de trabalho sempre igual, de dias humanamente monótonos, que se sucedem uns aos outros» (J. Escrivá de Balaguer). Sim, mas também sempre novos, porque cada um tinha o seu modo peculiar de descobrir Deus ao realizar a sua tarefa quotidiana. Pois fazer o seu trabalho face a Deus é coisa muito importante; tanto, que precisamente nisso estriba a diferença que há entre um trabalho, por bom que seja, e um trabalho que,

além de ser bom, transcende os limites naturais para ser meio de santificação.

Um trabalho de artesão, desses em que a precipitação parece nunca ter cabimento; um trabalho feito sem impaciência, sem forçar o tempo, com sossego. Em suma, um trabalho bem feito, sem poupar horas, porque o melhor caminho nem sempre é o mais curto, mas sim às vezes o mais longo. E ele, José, tinha todo o tempo do mundo. Não estava sob o premente desejo de produzir muito para ganhar muito à custa, inclusive, de um trabalho feito com precipitação e defeituoso. Tinha o que precisava e nem ele nem a Virgem cobijavam mais nada. Com efeito, mostrava-nos a norma do mais profundo da virtude cristã da pobreza, norma essa que, para a mentalidade do homem contemporâneo, Monsenhor Escrivá de Balaguer fez ressuscitar num dos pontos de *Caminho* (n. 631).

«Desapega-te dos bens do mundo. Ama e pratica a pobreza de espírito. Contenta-te com o que basta para passar a vida sóbria e temperadamente». Por isso, é talvez, mais fácil a um homem pouco ou nada ambicioso fazer bem o seu trabalho: tem-no em suficiente estima para não o repelir com maus modos, de modo que pode cuidar dos pequenos pormenores e deixá-lo bem acabado.

Não importa que um trabalho seja humilde, nada vistoso, pouco apreciado. Os trabalhos mais selectos costumam ser os menos necessários para a generalidade dos homens e por isso mesmo, os mais supérfluos. É mais preciso - e presta maior serviço -, fazer pão do que desenhar uma jóia; é mais útil um armário do que uma figura de porcelana e pode prescindir-se mais facilmente, no lar, de um lustre de cristal do que de uma mesa.

É certo que há ofícios que os homens chamam «nobres» e outros que se consideram «vis»; trabalhos liberais e trabalhos servís, trabalhos intelectuais e trabalhos manuais. Mas também é certo que aos olhos de Deus o que conta são bem outras as coisas pois «ao ter sido assumido por Cristo, o trabalho apresenta-se-nos como realidade redimida e redentora. Não é só o âmbito em que o homem vive, mas também meio e caminho de santidade, realidade santificante e santificadora». Esta é a razão pela qual o autor destas linhas, Monsenhor Escrivá de Balaguer (a quem penso que se deve a mais fecunda clarificação acerca do trabalho como vocação cristã e

também uma das mais pródigas em consequências), afirmava que media a eficácia de um trabalho pelos resultados que tinha em ordem à santificação de quem o realizava. E assim, também não pode deixar-se de lado outra importante e esclarecedora consequência, a saber: que a categoria de um trabalho não reside no facto de ser deste ou daquele tipo, mas no amor com que é feito. Deste modo, um bom pedreiro tem certamente mais categoria do que um mau professor e o trabalho de uma mulher da limpeza pode ser, ante Deus, mais valioso do que o dum ministro. Por baixo da extrema rusticidade de algumas tarefas, esconde-se uma nobreza que costuma passar inadvertida aos olhos dos homens mas não ao amoroso olhar de Deus, que tem mais penetração e outro modo de medir as coisas e de valorizar o trabalho humano e as acções dos homens.

Para nós, para os homens correntes que realizam um trabalho vulgar ao longo de toda a nossa vida; para as mulheres que se afadigam um dia e outro nas mesmas tarefas, feitas ao mesmo ritmo e com a mesma ausência de aplausos, como se nada daquilo que fazem tivesse a menor importância; para esses trabalhadores alagados em suor cuja tarefa ninguém valoriza porque carece de relevo; para todos os que realizam um trabalho obscuro e sem brilho, o trabalho de José, o artesão de uma aldeia de muito escassa categoria («de Nazaré pode sair qualquer coisa boa?», lê-se em Jo 1, 46) é um exemplo e um consolo.

O seu trabalho não foi cómodo nem brilhante, mas graças a ele levou por diante aquela pequena família; foi monótono, sem grandes perspectivas, sem obras-primas, mas não decaiu a sua substância nem o seu paciente e diário esforço. José não foi inquieto, sempre descontente com a sua tarefa, mudando constantemente de um trabalho para outro, permanentemente insatisfeito e procurando na mudança de ofício um sossego impossível de encontrar fora de si mesmo, pois quando não se ama o trabalho é impossível encontrar nele qualquer espécie de satisfação, por muitas vezes que mudemos de tarefa. E o trabalho nem sempre é fácil de amar, se está ausente a referência a Deus e aos seus planos.

É verdade que nem sempre é possível sentir satisfação quando se realiza o trabalho ou pelo trabalho realizado. Talvez que muitas vezes não possamos oferecer a Deus senão a própria fadiga, o cansaço que em nós

deixou o esforço contínuo, o trabalho de cada dia, sempre o mesmo, que nem sequer chega a ter o aliciante de uma certa novidade ou a ilusão de ser algo cujo mérito acabará por ser apreciado. Uma fadiga nada gloriosa como poderia ser, por exemplo, a do desportista no fim de uma prova. Não importa: José de Nazaré passou por tudo isso e até talvez por toda a espécie de dissabores no seu trabalho. Também Jesus conheceu o cansaço e a fadiga da oficina e a monotonia dos dias sem relevo e sem história. Porém, jamais houve tarefa tão frutífera como a de José. Lope de Vega, na comédia sobre o nascimento de Cristo e o regresso do Egipto, soube captar um dos seus aspectos menos chamativos mas mais importantes:

ANJO: Bendita mil vezes seja e tua humildade divina e santa pois tanto a José levanta
quando humilhar-se ele deseja!
Viveis vós, Senhor eterno,
do seu trabalho?

JESUS:
Ele sustenta
a minha vida, e eu por conta dele vivo, amparo-me e governo.
José, meu pai legal,
este privilégio tem,
que dar sustento a Deus vem, que é sustento universal.
Deverá a José o chão
o sangue que eu lhe darei, pois do seu trabalho foi.

ANJO: Que o céu bendiga o teu nome

JESUS: O sangue com que hei nascido esse deve-se a Maria;
o que encontro cada dia,
a José o hei devido.

E Péguy tinha razão quando, falando do trabalho, acrescentava: «Professores, párocos, pais, dizem-nos que um homem que trabalha bem e que sabe comportar-se pode estar seguro de não carecer nunca de nada». Nestas duas coisas está a dignidade do pobre; em trabalhar bem e em saber comportar-se. Neles também está a sua força. São José, é verdade, nunca foi durante a sua vida o que se costuma chamar «um homem de êxito». Mas - à

parte o facto de a ânsia do êxito poder ser às vezes um sério obstáculo à boa realização do trabalho, por quanto aparece como objectivo aquilo que só costuma ser consequência - não parece que isto chegasse a perturbar o sossego de José. Nunca entrou na sua cabeça a ideia de que a permanência, pela vida fora, na sua humilde condição fosse coisa má; ou a falta de ambição para trepar pela empinada e resvaladiça encosta das honras pudesse ser defeito.

Talvez os cristãos deste nosso mundo considerem um fracasso o facto de José ter passado a vida inteira sem subir, sem que, em todos estes anos de duro trabalho tivesse conseguido - se é que alguma vez aspirou a isso - o que se designa por «um futuro» ou «um abrir caminho na vida». Mas este tipo de critérios, nada difíceis de achar hoje, são enganosos pois ao fim e ao cabo José conseguiu ambas as coisas. Não, é claro, à maneira como a generalidade dos homens entende estas expressões, mas de outro, não convencional mas real. Abriu caminho para a vida eterna, abriu o caminho da santidade, e conseguiu um futuro tão brilhante que a Igreja Universal o tem por padroeiro e com Jesus e Maria mereceu integrar a trindade da terra.

19. SERVO FIEL E PRUDENTE

Na antífona de entrada da Missa de São José que se lê no dia 19 de Março encontramos estas palavras:

«Este é o servo fiel e prudente. O Senhor confiou-lhe a sua família».

Não é um texto longo, um desses textos que abrem uma infinidade de horizontes cheios de sugestões. Pelo contrário, trata-se apenas de duas breves frases, embora muito claras e com muitas possibilidades, não apenas para meditação como também para aplicação à realidade da vida.

Servo fiel e prudente. Que é um servo fiel e prudente? Servo é como «servidor», mas um servidor que, de certo modo, pertence ao Senhor a quem serve, qualquer que seja o título de pertença. Neste sentido, José era um servidor, um homem que se tinha dado em serviço a Deus. Não propriamente como escravo pois na escravidão há uma raiz de certo modo inumana: não tem liberdade. José, sim, teve-a sempre, mas exerceu-a servindo voluntariamente a Deus em tudo o que conheceu como seu querer. Deu a sua vida a Deus, não a perdendo como um mártir, mas consagrando-a à missão para que fora chamado.

Foi fiel porque guardou sempre a devida fé para com o seu Deus e Senhor. Talvez a respeito de José pudéssemos recordar o conceito de fidelidade que em tão alto grau se desenvolveu durante a Idade Média: uma relação pessoal de adesão e lealdade ao «Senhor», uma firmeza sem fissuras na guarda da palavra dada, da promessa feita, apesar dos pesares e quaisquer que fossem as dificuldades, obstáculos ou inconvenientes que se apresentassem. A fidelidade tem pois um matiz, ou melhor, uma propriedade, que inspira e dá confiança. Homem fiel é aquele que é firme na fé prestada, um homem, portanto, em quem se pode confiar.

E foi prudente porque actuou sempre com prudência. Actuar com prudência é ter discernimento, saber distinguir o bom do mau, mas não é só isso. Há mais. Homem prudente é, principalmente, o que é capaz de conhecer a realidade e cingir-se a ela e portanto, um homem que conta com

uma sólida base para acertar nas suas decisões. José, com efeito, não parece ter pertencido àquele tipo de homens que consomem toda a sua actividade, ou pelo menos uma grande parte dela, planeando projectos que nunca se acabam, entre outras razões porque nem se chegam a começar; dessa espécie de gente que sonha com coisas grandes e enquanto se ocupam com isso, deixam escapar o dever concreto cujo cumprimento reclama o momento, esse dever que é mais real do que todas as maravilhosas, mas imaginárias, construções em que costumam andar entretidos. José, como homem prudente, não construía sonhos inconsistentes; tomava as suas decisões sobre dados precisos que lhe eram fornecidos pela realidade das coisas.

Ora bem: um homem que tenha clara consciência da sua condição de servo em relação ao seu Deus e Senhor; que por isso mesmo, sabe que está para servi-lo e assim o quer, livre e deliberadamente; que precisamente por ter aceite ambas as coisas com plena deliberação e com toda a liberdade, se mantém fiel à sua decisão até ao ponto de permanecer firme apesar de todos os obstáculos, inconvenientes ou perigos; e que, além disso, por ser prudente e se cingir à realidade das coisas, é capaz de tomar a resolução apropriada a cada caso e circunstância, sem se deixar levar por atordoamentos de optimismos, cegas ambições, vaidades tolas, um homem assim é um homem digno de confiança.

José era um homem assim; de modo que «O Senhor lhe confiou a sua família». Deus confiou nele até ao ponto de entregar ao seu cuidado o seu Filho Incarnado e a sua Bem-aventurada Mãe: os dois maiores tesouros que jamais se confiaram a criatura alguma. Pois confiar consiste em esperar no outro, com firmeza e segurança, em depositar algo valioso a seu cargo sem outra garantia que a certeza da sua fidelidade. Deus sabia que ele era fiel e prudente e por isso fê-lo - como já foi dito com expressão afortunada - o seu homem de confiança, essa espécie de homem em que se pode descansar com a tranquilidade que dá saber que não falhará, por piores que fiquem as coisas, que permanecerá leal por mais contradições que haja e que levará a cabo do modo devido as tarefas que lhe encomendarem.

Nada desviou José do caminho que lhe tinha sido assinalado. Nenhum obstáculo, nenhuma ameaça, nenhum perigo pôde quebrar nem sequer

diminuir, a sua lealdade. Também não cedeu à tentação, às vezes demasiado fácil da ambição, de subir, de ser mais, essa espécie de encosta resvaladiça pela qual, de modo quase insensível e sob a capa de um maior rendimento, se pode acabar por justificar a falta de fidelidade, com o pretexto de estar em condições de prestar um serviço mais eficaz. José foi um homem que se manteve no seu posto e subordinou toda a legítima ambição à missão encomendada embora, na verdade, não pareça que tivesse outra ambição e empenho senão o de servir. Bem pode pois, a Igreja, escolher para antífona da Comunhão da missa de 19 de Março aquelas palavras da parábola dos talentos que São Mateus recolhe no seu Evangelho: «Servo bom e fiel, entra na alegria do teu Senhor» (Mt 25, 21).

Na verdade, um servo fiel e prudente é um servo bom, isto é, um servo que faz o bem, não ocasionalmente, como por excepção, mas habitualmente, como resultado de uma causa. E a causa, neste caso é a bondade. Um homem é bom porque a sua qualidade é tal que dela se desprende o bem. É como a árvore boa que dá bons frutos.

Que outra coisa foi a sua vida senão uma total dedicação ao serviço para o qual tinha sido chamado? Esposo da Virgem Maria, Pai legal de Jesus (foi muito mais do que isso, mas é preciso qualificar o substantivo para evitar mal-entendidos, embora o Evangelho não utilize este tipo de adjectivo, o que não deixa de ser motivo de reflexão), consumiu a sua vida com a atenção posta neles, entregue ao cumprimento da missão a que tinha sido chamado. E como um homem entregue é um homem que não se pertence, deixou de se preocupar consigo mesmo desde o instante em que, ilustrado pelo anjo naquele primeiro sonho, aceitou plenamente o desígnio de Deus sobre si e, ao receber Maria, sua esposa, começou a viver apenas para aqueles que tinham sido colocados sob a sua guarda. O Senhor confiou-lhe a sua família e José não O defraudou. Deus apoiou-se nele e ele manteve-se firme em todo o tipo de adversidades. Não lhe foi confiado um papel brilhante - tal como habitualmente se costuma entender - mas ele não se importou e empenhou-se em realizar a sua tarefa oculta como se teria empenhado na execução de qualquer outro serviço que Deus lhe tivesse pedido.

E, assim foi como um homem simples, trabalhador, paciente na dor, serviçal, calado, humilde, obediente e ignorado, foi louvado como um homem justo, fiel, prudente e bom; como um homem eficaz, que soube sustentar e proteger em circunstâncias difíceis, a família que Deus pôs à sua guarda, protegendo-a dos perigos ou livrando-a deles. E tudo fez sem lhe dar a menor importância, sem se envaidecer, pela confiança nele depositada, sem queixas nem protestos, sem um gesto de mau humor pelos momentos duros e difíceis, incompreensíveis dum ponto de vista humano, que Deus lhe fez e sem que nenhum acontecimento favorável ou adverso alterasse a sua lealdade a Deus e a sua entrega ao serviço de Jesus e de Maria.

Tão constante era na sua tarefa do dia-a-dia que, se alguma vez houve um homem a quem se pudesse chamar fiel com plena verdade e justiça, esse homem foi José de Nazaré.

Se a Igreja aplica a José o qualificativo de servo, se chama àqueles que morreram em odor de santidade «servos de Deus», então ser-se servo, servidor, não deve parecer-nos coisa tão desprezível como geralmente parece, a julgar pelo modo como esta expressão por vezes soa aos ouvidos dos nossos super-civilizados contemporâneos. Há algo de pejorativo na forma como hoje se vê aquele que serve, salvo quando serve o Estado, uma empresa ou uma outra coisa assim tão vaga e impessoal como uma entidade. Parece que o servir outro homem, ou a família ou a outros homens é rebaixante: uma espécie de tara que situa o servidor abaixo da dignidade humana.

E no entanto, Jesus disse que tinha vindo para servir e não para ser servido (Mt 20, 28); ajoelhou-se o Senhor, serviu-os. «Dei-vos o exemplo» (Jo 13, 15) disse-lhes, mandando que servissem uns aos outros. Servir não é, portanto, algo de mau nem rasteiro, nem humilhante para a dignidade humana; e a condição de servidor não é nenhum desdouro nem servir uma humilhação. E José de Nazaré não fez outra coisa senão servir os seus com a sua pessoa, e os seus vizinhos com a sua profissão, e isto, embora não se julgue, regra geral, como coisa digna de ser mencionada, constitui aquilo que deveria ser a vida de qualquer homem e o que foi a de José.

Sempre, claro está, que se trate de serviço e não de servilismo. É diferente, embora esta diferença dos dois conceitos talvez se tenha de procurar dentro de cada um de nós e não fora. Uma mãe não acha humilhante servir os seus filhos ou uma mulher o seu marido. Quando se ama, servir não é trabalhoso e, se o é, então, como dizia S. Agostinho, ama-se esse mesmo trabalho. Quando se vê no próximo a imagem e semelhança de Deus, servir não humilha. Quando se faz um trabalho com gosto, nem sequer se põe o problema. Nenhum professor, por exemplo, se o é por vocação, pensa que está a prestar um serviço quando dá aulas ou fala com os alunos. O servilismo aparece quando uma pessoa se vê tão grande que não suporta servir os outros porque lhe parece que se rebaixa e se manifesta inferior a quem serve e no entanto tem de o fazer contra a sua vontade, por interesse ou porque a obrigam. Nem o humilde nem aquele que ama são servis. Só o egoísta, o interesseiro ou o soberbo podem chegar a sê-lo.

Não é fácil que quem é chefe de família esteja à altura daquilo que a sua missão requer se não está disposto a servir abnegadamente os seus, a procurar, sobretudo, o bem dos seus, e à custa de si mesmo; a não se considerar humilhado pelo facto deste serviço lhe exigir dedicar à família o tempo necessário, embora para isso seja preciso recortar algum do que dispunha para os amigos, diversões ou relações sociais.

Hoje não parecemos muito inclinados, nem sequer os que nos chamamos cristãos - isto é, discípulos de Cristo - para a virtude da humildade. E talvez seja esta a razão da deterioração de tantos ofícios e profissões exercidos sem amor, sem espírito de serviço, sem cuidado pelo trabalho bem feito. Um cristão deve saber que ele não é mais do que o seu Mestre. E se Jesus disse que tinha vindo para servir e não para ser servido, o serviço aos outros deve ser uma aspiração e, em relação àqueles que Deus confiou ao seu cuidado, uma obrigação. Assim, é fácil encontrar a razão pela qual João Paulo II, na homilia da Missa com que inaugurou oficialmente o seu pontificado, exclamasse: «Oh Cristo! Faz que eu me converta em servidor e o seja! (...) Faz com que eu seja um servo!»

E a prudência. Parece que esta virtude, tal como a paciência, é coisa típica de velhos, quase como se fossem virtudes residuais, as que restariam àqueles que, pela idade, já não pudessem praticar as virtudes brilhantes,

como a audácia, a magnanimidade e a fortaleza. Naturalmente que isto é falso. A prudência, como a paciência ou a mansidão, qualquer dessas que se consideram pouco vistosas ou até um pouco passivas, não indicam velhice nem senilidade mas maturidade. Um pai de família imprudente tem muito de imaturo e demonstra estar muito abaixo do que a sua condição exige. O matrimónio não é brincadeira nenhuma, nem apenas simples remédio para a concupiscência, nem uma espécie de aventura sentimental legalizada. Exige sentido de responsabilidade e, é claro, a prudência própria de maturidade, que não é outra coisa senão uma recta apreciação da realidade. Aquele que se lança loucamente a empresas duvidosas confiado na sorte porque pensa que correr riscos é próprio de homens, demonstra não só pouca inteligência mas também pouca consideração para com a família. Ninguém pode arriscar a razoável segurança que se deve proporcionar à mulher e aos filhos mudando alegremente de uma coisa para outra na esperança de melhorar ou de ir mais longe, sem outra garantia do que um cego optimismo. Não quer dizer que devamos ficar quietos. Mas é preciso procurar prudentemente, isto é, sem correr riscos desnecessários, sem ligeirezas optimistas, sem abandonar o terreno firme. Já existe em tudo o que fazemos um certo risco; mas não é preciso, ainda por cima, que embarquemos em projectos onde os dados mais seguros são os oferecidos pela imaginação. É importante saber até onde se pode chegar. Não se pode andar sempre a desejar mais quando se trata de coisas terrenas, pois só para o amor de Deus não devem existir limites. De resto, constitui uma verdadeira desgraça para os seus, aquele tipo de homem àcerca do qual não podemos ter a certeza senão de que qualquer determinação que adapte será provavelmente prematura e precipitada, traços típicos do imprudente.

Quanto à fidelidade... É um estupendo bem do matrimónio. Com o seu laconismo habitual, S. Tomás disse: «corresponde à fidelidade do homem cumprir aquilo que prometeu». Séculos antes, S. Jerónimo, comentando Isaías, caracterizava-a como a qualidade própria daquele que cumpre o que prometeu e executa o que disse. Da mesma forma que não se pode edificar sobre a areia pois com tão incerto fundamento não há garantia de segurança, nem que a casa permaneça em pé durante muito tempo, construir uma família sobre a promessa de um homem ligeiro, irreflectido e volúvel, pode trazer más consequências. E uma família é algo muito importante: é a célula da sociedade, sobre a qual descansa a vida da Humanidade. E a família

cristã ainda é mais porque é a «igreja doméstica», o lugar onde se formam novos cristãos. É escola de costumes, o meio onde os filhos se devem desenvolver até se tornarem capazes de se valerem por si mesmos. Naturalmente, para levar a cabo esta tarefa, é preciso que os esposos estejam unidos. E estarão unidos enquanto forem fiéis à palavra dada, ao compromisso contraído livremente. Pois como poderá alguém confiar num homem que não guarda a sua palavra? Se não é fiel àquela que livremente escolheu entre muitas, se não é capaz de aguentar o que for preciso ou de cortar com o que for preciso para manter uma promessa e assegurar aos seus filhos um lar estável e a paz, como se poderá confiar em que mantenha a sua palavra ou os seus compromissos com aqueles com quem tem menos obrigações do que com a sua mulher e os seus filhos?

«Era efectivamente um homem corrente em que Deus confiou para realizar coisas grandes. Soube viver, exactamente como o Senhor queria, todos e cada um dos acontecimentos que compuseram a sua vida. Por isso, a Sagrada Escritura louva José, afirmando que era justo (...J. Escrivá de Balaguer). Deus confia em homens comuns para fazer coisas grandes. Coisa grande, muito grande, é formar homens e ainda mais fazer cristãos capazes de servir a Deus e aos seus irmãos os homens. Deus espera de homens correntes, como José, que sejam capazes de assumir a sua responsabilidade, de servir com prudência e fidelidade, de viver segundo Deus todos os acontecimentos da sua vida. Então serão, como José, homens justos.

A quem, senão a José, pôde Deus confiar a Sagrada Família? Quando S. Francisco de Assis disse que «nunca nos devemos considerar superiores aos outros mas sim servirmos a toda a criatura humana por Deus» parece como se tivesse estado a pensar em José. E é uma excelente razão tomada de S. Jerónimo, a que S. Tomás dá para indicar a conveniência de que Nossa Senhora estivesse desposada: «Para que S. José a servisse».

Numa homilia pronunciada na Santa Missa do dia 19 de Março de 1969, Paulo VI traçou o perfil do humilde esposo da Virgem Maria que equivale a um profundo e condensado resumo da sua personalidade: «Um homem pobre, honesto, laborioso, talvez tímido, mas que tem uma insondável vida interior, da qual lhe chegam ordens e consolos singularíssimos, e a lógica e a força próprias das almas simples e limpas, das grandes decisões, tais

como a de pôr imediatamente à disposição dos planos divinos a sua liberdade, a sua legítima vocação humana, a sua felicidade conjugal, aceitando a condição da família, a sua responsabilidade e o seu peso e renunciando, por um incomparável amor virginal, ao natural amor conjugal que o constitui e alimenta, a fim de oferecer assim, com o seu total sacrifício, toda a sua existência às imponderáveis exigências da surpreendente vinda do Messias, a quem ele imporia o nome sempre bendito de Jesus (Mt 1, 21) e que reconhecerá como fruto do Espírito Santo.»

E assim, na mesma linha do Sumo Pontífice e do Magistério, Monsenhor Escrivã de Balaguer - que «entre os promotores da devoção a S. José nos últimos tempos, ocupa um lugar destacado», como escreveu L. Herrán - aconselha com insistência recorrer àquele que Santa Teresa costumava chamar «glorioso santo» com estas palavras tão breves como densas: «Mestre de vida interior, trabalhador empenhado no seu trabalho, servidor fiel de Deus em relação contínua com Jesus: este é José. *Ite ad Joseph*. Com S. José, o cristão aprende o que é ser de Deus e estar plenamente entre os homens, santificando o mundo. Ide a José e encontrareis Jesus. Ide a José e encontrareis Maria que encheu sempre de paz a amável oficina de Nazaré».